

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

BRUNO EDUARDO PROCOPIUK WALTER

**O DISPOSITIVO DO TEMPO E
A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO PESQUISADOR**

Maringá

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

BRUNO EDUARDO PROCOPIUK WALTER

**O DISPOSITIVO DO TEMPO E
A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO PESQUISADOR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Administração, do Programa de Pós-graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá.

Orientador:
Prof. Dr. João Marcelo Crubellate.

Maringá

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

W231d Walter, Bruno Eduardo Procopiuk
O dispositivo do tempo e a constituição do sujeito
pesquisador/ . -- Maringá, 2014.
95 f.

Orientador: Prof. Dr. João Marcelo Crubellate.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas,
Programa de Pós-graduação em Administração, 2014.

1. Sujeito pesquisador - Constituição. 2.
Dispositivo do tempo. 3. Relações de poder. 4. Ética
5. Cuidado de si. 6. Resistências. I. Crubellate,
João Marcelo, orient. II. Universidade Estadual de
Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas.
Programa de Pós-Graduação em Administração. III.
Título.

CDD 22. ED.658.3

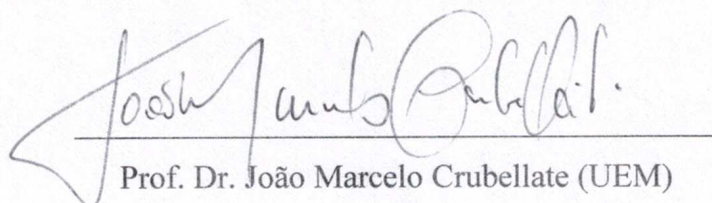
JLM-001934

BRUNO EDUARDO PROCOPIUK WALTER

**O DISPOSITIVO DO TEMPO E
A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO PESQUISADOR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Administração, do Programa de Pós-graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá.

Aprovado em 05/09/14



Prof. Dr. João Marcelo Crubellate (UEM)

(presidente)



Prof. Dr. Benilson Borinelli (UEL)

(membro convidado)



Prof. Dr. Francisco Giovanni David Vieira (UEM)

(membro)

A todos que têm o caos dentro de si, pois
como falou Zaratustra, apenas estes podem dar
à luz uma estrela dançante.

AGRADECIMENTOS

Ao João Marcelo Crubellate, professor e orientador, a quem admiro não só pela seriedade acadêmica, mas, sobretudo, pelo caráter, humildade e ponderação. Sou grato pela oportunidade de conhecê-lo, pela convivência, pelas orientações e pela confiança depositada em mim.

Ao professor Luciano Mendes, pelas agradáveis horas em que conversamos após as aulas.

Aos pesquisadores, que me receberam e dispuseram de seu tempo para falarem de sua trajetória acadêmica, de seus sonhos, de suas lutas, de suas frustrações e conquistas.

Ao Pedro Henrique de Gois, por permitir que eu fizesse uso das entrevistas que realizou com os pesquisadores na Universidade Estadual de Maringá. Certamente, elas foram inspiradoras para as minhas reflexões.

À Alice, minha esposa, cujo apoio e confiança foram fundamentais para que eu conseguisse concluir este mestrado.

Aos meus pais, Celso e Rosa, pelo amor incondicional e também por me propiciarem uma educação voltada à autonomia.

Aos meus irmãos Nikasion e Rafael, por fazerem parte de minha vida.

Ao amigo e filósofo Frederico Lopes de Oliveira Diehl, pelos comentários, sugestões e revisão textual.

Aos colegas de mestrado, pela companhia ao longo desses dois anos e, especialmente, ao Everton Verga, pelas suas histórias engraçadas, e à Liciane Roling, pelos trabalhos conjuntos, cuja dedicação demonstrada tornou-se exemplo para mim.

Ao Bruhmer César Forone Canonic, secretário do PPA, que sempre me atendeu com presteza, inclusive presenteando-me com o manual “Normas e Padrões para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos”, de sua autoria.

“Talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno” (Michel Foucault).

WALTER, B. E. P. **O dispositivo do tempo e a constituição do sujeito pesquisador**. 95 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração (PPA), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá , 2014.

RESUMO

Inspirando-se em Michel Foucault, especialmente em suas contribuições acerca das relações de poder e da ética do cuidado de si, esta pesquisa teve por finalidade responder o seguinte problema: de que forma se dá a constituição do sujeito pesquisador, na Universidade Estadual de Maringá, a partir do dispositivo do tempo? Partiu-se, assim, do método genealógico, presente em Nietzsche e retomado pelo filósofo francês, para compreender as relações de forças por meio das quais o pesquisador é produzido. Ressalta-se que a genealogia não pressupõe essências imutáveis, dadas *a priori*, pois, para ela, o próprio sujeito é compreendido enquanto efeito de um determinado estado de forças. Assim, buscou-se o conhecimento das condições e circunstâncias nas quais o sujeito pesquisador nasceu, desenvolveu-se e modificou-se ou, em outras palavras, buscou-se seu nascimento empírico. Para compreender a constituição do sujeito pesquisador, a categoria de dispositivo teve papel fundamental, já que serviu como operador metodológico auxiliando na análise das práticas discursivas, de poder e de subjetivação. Dentre os diversos dispositivos envolvidos na constituição do sujeito pesquisador, optou-se por focar o dispositivo do tempo. Este foi proposto enquanto uma hipótese teórica pelo autor deste trabalho e teve por finalidade dar visibilidade ao campo de forças no qual o pesquisador é engendrado. A análise desse dispositivo recorreu a elementos diversos e heterogêneos, tais como editais, regulamentos, leis, páginas da internet, entre outros. Também foram realizadas 9 entrevistas e consultadas outras 21 (vinte e uma) realizadas por Gois (2012,2013). A partir das análises realizadas foi possível desenhar uma cartografia das linhas de produção da subjetividade do pesquisador, percebendo-se, por meio da escola-universidade, o sequestro de sua existência. Notou-se um imperativo para que o tempo do pesquisador seja cada vez mais utilizado de forma exaustiva e produtiva. Contribui para isso uma série de elementos como as bolsas de produtividade em pesquisa (ofertadas por meio de editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o currículo lattes, as avaliações dos cursos de pós-graduação (realizados pela Coordenação de Pessoal de Ensino Superior), dentre outros. Contudo, se o dispositivo do tempo age sobre os pesquisadores dando-lhes certos contornos, surgem, em oposição, as resistências – expressas especialmente por meio do exercício da reflexão enquanto uma prática de liberdade. Diante disso, como conclusão, ressaltou-se que a forma pesquisador encontra na Universidade um lugar privilegiado de ser. Há, entretanto, à margem dessa moldura que constitui o pesquisador nas universidades sujeitos que fazem pesquisa e que escapam às formas de subjetivação sofridas pelo dispositivo do tempo. Ressalta-se, desse modo, a necessidade de criar outras formas de existência e subjetivação que transponham o dispositivo do tempo.

Palavras-chave: Constituição do sujeito pesquisador; Dispositivo do tempo; Relações de poder; Ética do cuidado de si; Resistências.

WALTER, B. E. P. **The device of time and the constitution of the subject researcher.** 95 f. 2014. Dissertation (Master in Management) – Post Graduation Program in Business Administration (PPA). Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2014.

ABSTRACT

Inspired by Michel Foucault, especially in his contributions on the power relations and ethics of self-care, this research aimed to answer the following problem: how is the researcher subject constituted, in the State University of Maringá, from the device of time? The author of this work used the genealogical method present in Nietzsche and retaken by the French philosopher to understand the power relations through which the researcher is produced. It is important to remember that the genealogy does not presuppose immutable essences which are given *a priori*, because, for it, the subject is understood as the effect of a given state forces. Thus, we sought to understand the conditions and circumstances in which the researcher subject was born, developed and changed, or, in other words, we sought his empirical birth. In order to understand the formation of the researcher subject, the category of device had fundamental importance, since it served as methodological operator aiding in the analysis of discursive practices, power practices and subjectivity process. Among the various devices involved in the constitution of the researcher subject, we chose to focus on the device of time. This one was proposed as a theoretical hypothesis by the author of this work and aimed to give visibility to the field of forces in which the researcher is engendered. The analysis of this device used several and heterogeneous elements, such as public notices, regulations, laws, websites, among others. Nine interviews were also conducted and other twenty-one (made by Gois, 2012, 2013) were consulted. From the analysis it was possible to draw a *cartography* of the production lines of the researcher's subjectivity, perceiving through school-university the kidnapping of his existence. It was noted a must for the time of the researcher to be increasingly used in an extensive and productive way. A number of factors such as reward research productivity (given by of the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), the lattes curriculum, assessments of post-graduate (made by the Coordenação de Pessoal de Ensino Superior), among others contributed for this. If on one hand the device of time acts on researchers by giving them certain contours, on the other had resistance emerges in opposition – especially expressed through the exercise of reflection as a practice of freedom. Thus, in conclusion, it was emphasized that the researcher form finds a special place to be in the University. There are, however, researcher subjects who are escaping the forms of subjectivity experienced by the device of time that are outside this frame that constitutes the researcher in the universities. It is noteworthy, therefore, the need for other forms of existence and subjectivity that transpose the device of time.

Keywords: Constitution of the researcher subject; Device of time; Power relations; Ethics of self-care; Resistances.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 METODOLOGIA	3
1.2 JUSTIFICATIVA.....	7
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	8
2 O PODER	10
2.1 A ANALÍTICA DO PODER DE FOUCAULT	11
2.1.1 O poder não é essencialmente repressivo.....	12
2.1.2 O poder se exerce, ele não é uma propriedade ou mercadoria	15
2.1.3 O poder é uma relação de forças que passa pelos dominantes tanto quanto pelos dominados...	17
3 O DISPOSITIVO DO TEMPO E O TRABALHO	20
3.1 O QUE É UM DISPOSITIVO?	21
3.2 O DISPOSITIVO DO TEMPO E O TRABALHO	23
3.3 A SOCIEDADE DISCIPLINAR E O TEMPO	28
3.4 O TEMPO E O TRABALHO: RESISTÊNCIAS E CONFLITOS	34
3.5 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: DAS DISCIPLINAS AO CONTROLE.....	36
4 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO	39
4.1 OBJETIVAÇÃO	39
4.2 SUBJETIVAÇÃO	42
4.2.1 As “artes da existência”	42
4.2.2 A subjetivação na modernidade	46
4.2.3 Subjetivação ética e subjetivação jurídica	48
4.2.4 Subjetivação e estetização	50
5 O DISPOSITIVO DO TEMPO E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO PESQUISADOR	52
5.1 A ESCOLA-UNIVERSIDADE: UMA INSTITUIÇÃO DE SEQUESTRO DA EXISTÊNCIA	53
5.2 A TÉCNICA DO EXAME E A PRODUÇÃO DE VERDADES ACERCA DO PESQUISADOR	63
5.3 O CURRÍCULO LATTES E A TECNOLOGIA CONFSSIONAL.....	71
5.4 O ESPAÇO ÉTICO: UM PRINCÍPIO DE AGITAÇÃO OU RESISTÊNCIA.....	74
6 CONCLUSÕES	78
REFERÊNCIAS	80
FONTE DE DADOS PRIMÁRIOS - ENTREVISTADOS	90
APÊNDICE A	91
ANEXO A	94
ANEXO B	95

1 INTRODUÇÃO

Como se produz um pesquisador? Quais são as forças que pesam sobre alguns, sujeitando-os e formando-os enquanto pesquisadores? Pode-se dizer que, na contemporaneidade, os pesquisadores, inseridos nas universidades, estão diante de diversas exigências, incluindo aquelas associadas ao tempo. É-lhes solicitado que ocupem seu tempo desenvolvendo projetos de pesquisa, participando de eventos, elaborando artigos, escrevendo livros, cumprindo prazos institucionais e também das agências de fomento.

O que o “tempo” demanda do pesquisador, assim como de outros trabalhadores, não pode mais ser compreendido apenas nos moldes da sociedade disciplinar (séculos XVIII e XIX), descrita por Foucault (2003; 2010a) e caracterizada pelo tempo organizado, estruturado, previsível e rotineiro. Atualmente, ainda que alguns desses elementos permaneçam, cresce a ênfase na flexibilidade. O controle do tempo torna-se mais sutil e a produção dos sujeitos se dá por meio de novas matrizes. Isso acontece, no entanto, sem excluir o imperativo de que o tempo seja preenchido de forma cada vez mais exaustiva, sendo economicamente produtivo e politicamente útil.

É imerso em relações de poder ou em relações de força que o pesquisador é constituído. Isto não significa que ele seja absolutamente determinado pelo meio social em que está, mas que mediante de relações de forças, que incluem sempre a possibilidade de resistências – de forças opondo-se a outras forças –, é que emerge o que em nossa sociedade é reconhecido por pesquisador.

Dobrando as linhas de força, pela prática de resistências, é possível ao sujeito pesquisador agir sobre si, constituindo-se, dessa forma, sujeito de seus atos. No campo ético, isso significa rejeitar a ideia da moral como obediência estrita a um código de regras como um fim em si, aventurando-se em outras formas de subjetivação como, por exemplo, a estética da existência, encontrada nos gregos.

No Brasil, a maior parte dos pesquisadores está vinculada às universidades e, além disso, pode-se destacar que essa história é recente (CRUZ, 2011). Isso porque a criação das universidades brasileiras se dá no início do século XX, principalmente a partir de 1915 com a Reforma Carlos Maximiliano (FÁVERO, 2000), sendo adotados os modelos alemão, americano e o da multidiversidade (FREITAS, 2002). Já a pós-graduação só deu seus primeiros passos no início da década de 1930, mediante a proposta do Estatuto das Universidades Brasileiras, no qual Francisco Campos propunha a implantação de uma pós-

graduação nos moldes europeus. Porém, apesar da grande influência da tendência européia, a que mais marcou a pós-graduação no Brasil foi a norte-americana (SANTOS, 2003).

Na década de 1940, diante do crescimento da demanda por ensino superior, surgiram várias universidades públicas e privadas. No intuito de apoiar as atividades de ensino superior e de pesquisa científica, foram criados, em 1951, a Coordenação de Pessoal de Ensino Superior (CAPES)¹ e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)², constituindo-se relevantes *stakeholders* para a institucionalização das universidades (FREITAS, 2002).

Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia (2014a), de 2000 a 2010, o número de pesquisadores doutores em grupos de pesquisa saltou de 27.662 para 81.726. Já o número de docentes doutores nos programas de pós-graduação, no mesmo período, saltou de 29.388 para 59.734 e, em 2012, já eram 70.965 (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2014b). Cabe mencionar, ainda, o grande aporte investido em bolsas de Produtividade em Pesquisa e Tecnologia (PQ) no Brasil. Em 2000, era pouco mais de R\$ 80.000.000,00, já em 2010, o valor ficou em torno de R\$ 250.000.000,00 (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2014a).

Há, certamente, um grande investimento nos doutores pesquisadores. Porém, esse investimento é, muitas vezes, atrelado a uma exigência de produção. Se em 2000, os pesquisadores brasileiros publicaram 13.210 artigos, em 2010, foram 47.278 artigos, ou seja, um crescimento de aproximadamente 3,5 vezes (SCIMAGO JOURNAL & COUNTRY RANK, 2014).

Assim, partindo desses dados iniciais e inspirada nas reflexões foucaultianas, mas não restrita a elas, esta dissertação é movida pelo seguinte problema: de que forma se dá a constituição do sujeito pesquisador, na Universidade Estadual de Maringá, a partir do dispositivo do tempo? Para dar desdobramento à questão proposta, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

¹ A CAPES, no Brasil, tem “papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação” (COORDENAÇÃO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR, 2014). Para isso, ela desenvolve um conjunto estruturado de programas nas seguintes linhas de ações: (1) avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; (2) acesso e divulgação da produção científica; (3) investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; (4) promoção da cooperação científica internacional; e (5) indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

² O CNPq “tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2014b) desempenhando, assim, papel primordial na formulação e condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação.

- Identificar as práticas discursivas e não-discursivas que permitem compreender o tempo enquanto um dispositivo envolvido na constituição de sujeitos;
- Descrever as práticas de controle, atreladas ao dispositivo do tempo, presentes no cotidiano do pesquisador na Universidade Estadual de Maringá;
- Identificar resistências ao dispositivo do tempo na prática dos pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá.

1.1 METODOLOGIA

O que se propõe fazer aqui é um ensaio, no sentido entendido por Foucault. Para ele, esse consiste em uma “experiência modificadora de si” (FOUCAULT, 1984, p.15), “um exercício de si no pensamento” (FOUCAULT, 1984, p.16). Trata-se, portanto, de modificar a si mesmo e não de tentar imobilizar o sujeito em uma identidade fixa, trata-se de “pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê” (FOUCAULT, 1984, p. 15).

Para realizá-lo – o ensaio – é necessário problematizar, ou seja, é necessário ter uma atitude, uma prática de inquietação incessante do pensamento. A problematização é sempre “da ordem da provisoriedade das conclusões e não das certezas. Sua índole é arriscar-se, deslocar-se continuamente, tatear e experimentar, não admitindo para si mesma qualquer repouso ou descanso” (MUCHAIL, 2012, p. 13).

É preciso deixar claro que não se tem por objetivo elaborar uma teoria ou um sistema capaz de explicação global, mas sim de realizar análises fragmentárias e transformáveis. É reconhecendo essas limitações, ou melhor, esse enquadramento, que se esclarece que o método escolhido é método genealógico, presente na obra de Nietzsche e retomado por Foucault (FOUCAULT, 1979; NIETZSCHE, 2009; CANDIOTTO, 2010).

Segundo Veyne (2011), a história genealógica não é uma filosofia e nem pretende descobrir uma verdade total, mas estuda fenômenos empíricos chegando a conclusões provisórias e revisáveis, assim como as descobertas das outras ciências. Reconhece-se, portanto, que o saber aqui exposto não é neutro, mas perspectivo.

Dada a complexidade do método genealógico, bem como sua rara presença nos Estudos Organizacionais (sendo uma das poucas exceções o artigo de SOUZA; COSTA, 2013), cabe aqui explicitá-lo. Portanto, o que é a genealogia para Foucault? Para ele é

[...] uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, 1979, p. 7).

A genealogia é uma história que não pressupõe essências imutáveis, dadas *a priori*. O próprio sujeito é compreendido enquanto uma fabricação, enquanto efeito de um determinado estado de forças. É no interior da história que o sujeito se constitui, sendo “a cada instante fundado e refundado pela história” (FOUCAULT, 2003, p.10).

A partir da genealogia, compreende-se que a “historicidade que nos domina e nos determina é belicosa” (FOUCAULT, 1979, p. 5). Isto significa que a história não tem um *telos*, uma finalidade, nem um sentido último, sendo, porém, inteligível por meio “das lutas, das estratégias, das táticas” (FOUCAULT, 1979, p. 5).

Para realizá-la – a genealogia – é necessário “a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados” (FOUCAULT, 1979, p.15) através dos quais é possível apreender não a origem nem a essência das coisas, mas a emergência, a constituição “peça a peça” (FOUCAULT, 1979, p.18) destas “essências”, pois “os acontecimentos emergem ao acaso das forças, e não a partir de uma intenção ou determinação prévia” (LEMONS, CARDOSO JÚNIOR, 2009, p. 354). Não se trata, portanto, de descrever a história como um desenvolvimento linear e contínuo a partir de supostas origens arcaicas, mas de

[...] marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história [...]; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenham papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram (FOUCAULT, 1979, p. 15).

Portanto, este trabalho partirá de três grandes orientações metodológicas. Em primeiro lugar, o pesquisador, compreendido a partir da genealogia, não possui uma essência perene ou um identidade imutável que permanece indefinidamente na história. O pesquisador é, ao contrário, produzido, fabricado mediante práticas sociais. Parafraseando Nietzsche (2009, p.12), é necessário conhecimento das condições e circunstâncias nas quais o sujeito pesquisador nasceu, desenvolveu-se e modificou-se. Logo, a “crítica genealógica busca o nascimento empírico e não a origem ou o fundamento” (VEYNE, 2011, p. 184).

Em segundo lugar, a constituição do pesquisador não se explica por meio de um simples jogo de causa e efeito, como se “a” implicasse “b”, nem tem por primeiro motor a economia ou qualquer outra explicação reducionista de origem *a priori*, pois “tudo age sobre tudo, tudo reage contra tudo” (VEYNE, 2011, p. 98). Na verdade, o modelo de compreensão é o da correlação de forças, do acaso das lutas, de uma rede de “causalidades entrecruzadas que fazem com que haja devir” (VEYNE, 2011, p. 54).

Em terceiro lugar, as resistências aos diferentes tipos de poder servirão como ponto de partida. É por intermédio delas que se pretende pôr em evidência as relações de poder e, dessa forma, “localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados” (FOUCAULT, 1995, p. 234). Trata-se, segundo Foucault (1995), de “analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias” (p. 234).

Para compreender a constituição do sujeito pesquisador a partir do dispositivo do tempo – tema desta investigação –, teve fundamental importância a categoria de dispositivo que, segundo Lemos e Cardoso Júnior (2009), é um operador metodológico que auxilia na análise das práticas discursivas, de poder e de subjetivação, sendo bastante útil na aplicação do método genealógico.

Devido à “natureza” do dispositivo, bem como do método proposto, esclarece-se que os elementos utilizados na análise foram diversos e heterogêneos. Esta pesquisa fez uso de documentos que, em sua maioria, prescrevem as formas de ser do pesquisador, documentos que estabelecem formas de agir e pensar, que esclarecem como indivíduos são conduzidos e se conduzem para se tornarem pesquisadores. São exemplos desses documentos: leis, resoluções, o Regimento e o Estatuto da Universidade Estadual de Maringá, currículos presentes na Plataforma Lattes, documentos institucionais do CNPq, entrevistas etc.

Cabe ressaltar que, num primeiro momento, foram utilizadas as entrevistas realizadas por Gois (2012; 2013). Este, a partir de um roteiro, entrevistou em Maringá, Londrina e Curitiba, de outubro de 2011 a março de 2012, 42 (quarenta e dois) sujeitos que atuavam como docentes e pesquisadores, além de possuírem vínculo com programas de pós-graduação de suas universidades. Dessas entrevistas, 21 (vinte e uma) foram realizadas na Universidade Federal do Paraná e 21 (vinte e uma) na Universidade Estadual de Maringá, todas elas com profissionais que tinham sua formação em ciências biológicas ou em ciências naturais.

Dessas entrevistas, foram utilizadas apenas aquelas realizadas na Universidade Estadual de Maringá. Cada entrevista foi lida, ouvida e analisada, sendo transpostos na dissertação apenas trechos elucidativos das problemáticas abordadas. É importante salientar que o uso das mesmas foi autorizado pelo entrevistador (cf. Anexo 1) que as cedeu em

formato DOCX por correio eletrônico (*e-mail*) e em áudio, no formato MP3 por meio da remessa de um CD.

Em um segundo momento, em abril de 2014, foram realizadas pelo próprio autor deste trabalho 9 entrevistas a partir de um roteiro (cf. Anexo 2) para entrevistas semiestruturadas. Antes da realização das mesmas, foram contatados por telefone, por *e-mail* ou pessoalmente vários coordenadores de programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá. Aos que viabilizaram um encontro, foi-lhes apresentada uma carta de recomendação (cf. Anexo 3), além de ser-lhes solicitada a autorização para a realização da pesquisa de campo (entrevistas) com os docentes vinculados aos seus programas de pós-graduação. Aos que autorizaram, foi-lhes feito o convite para participarem da pesquisa além de ser-lhes solicitado que indicassem pesquisadores que fossem reconhecidos pela comunidade e pelos pares pelas pesquisas que haviam realizado ou estavam realizando.

Contatou-se ao total 37 (trinta e sete) pesquisadores, sendo 26 (vinte e seis) por meio de *e-mail* e 11 pessoalmente. A todos se fez o convite para participarem da pesquisa, sendo-lhes explicado o objetivo e sendo-lhes garantido o anonimato. Daqueles contatados por *e-mail*, apenas 10 responderam. Destes, 7 aceitaram ser entrevistados, porém 2 deles esclareceram que estavam muito atarefados, sendo possível agendar uma entrevista apenas para depois de um ou dois meses. Sendo assim, realizou-se a entrevista com apenas 5 dos que foram contatados por e-mail. Já daqueles contatados pessoalmente, apenas 4 dispuseram de tempo para realizar a entrevista. Os 9 pesquisadores entrevistados são advindos de uma das seguintes grandes áreas: Ciências Exatas, Ciências da Saúde, Ciências Biológicas e Tecnologia³.

No total, foram produzidas 6 horas, 38 minutos e 9 segundos de gravação, sendo que as entrevistas tiveram, em média, 50 minutos de duração. Ao longo do trabalho, a referência tanto a essas entrevistas como àquelas realizadas por Gois (2013) será feita sempre com pseudônimos no intuito de manter o anonimato dos entrevistados.

³ A especificação exata do Programa de Pós-Graduação de cada pesquisador entrevistado não é apresentada justamente para garantir o anonimato daqueles que aceitaram ser entrevistados.

1.2 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa é parte integrante de uma série de outros trabalhos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação do prof. Dr. João Marcelo Crubellate, que versa a respeito da constituição do sujeito tendo por base o referencial teórico foucaultiano (cf. GOIS, 2012; GOMES, 2012; WALTER, WINKLER, CRUBELLATE, 2013; CALDAS; 2013).

Pode-se dizer que os estudos na área organizacional que se apropriam das contribuições de Foucault são recentes, datando do início da década de 1980, e, além disso, no geral, restringem-se à temática do poder (SILVEIRA, 2005; ALCADIPANI, 2008; BARDON, JOSSERAND, 2010; cf. MOTTA, 1981; MATOS, 1984; GARCIA, RODRIGUES, MUNIZ, 1984; GARCIA, 1988; CLEGG, 2002; SOUZA et al., 2006; SOUZA, BIANCO, MACHADO, 2006; ROSA, BRITO, 2010; FERREIRINHA, RAITZ, 2010; FERREIRA, GARCIA, VIEIRA, 2010; LEMOS, RODRIGUEZ, MONTEIRO, 2011; cf. também revisão bibliográfica de periódicos internacionais realizada por MOTA, ALCADIPANI, 2004), existindo, é claro, algumas exceções (cf. ROWNLINSON, CARTER, 2002; STARKEY, HATCHUEL, 2002; CHAN, GARRICK, 2002; ALCADIPANI, TONELLI, 2004; CARRIERI, PIMENTEL, CABRAL, 2005; KELLY, ALLENDER, COLQUHOUN, 2007; SKINNER, 2012; COSTA, LEÃO, 2012).

Nesta pesquisa, porém, as discussões não se limitam a abordar o poder, lançando-se além ao problematizar a constituição do sujeito – tema incipiente nos Estudos Organizacionais. Ressalta-se ainda que, conforme Pereira, Muniz e Lima (2007), a apropriação de Foucault nos Estudos Organizacionais deve ultrapassar a analítica do poder disciplinar, incluindo, assim, contribuições advindas da fase ética.

Neste sentido, ao se apropriar das reflexões sobre o poder, a constituição do sujeito e a ética nos ditos e escritos de Foucault, esta dissertação procurar contribuir para a abertura de novos caminhos dentro do campo da Administração. Pretende-se, a partir dela, compreender a forma pesquisador tal como ela se dá na atualidade, possibilitando-se, dessa forma, pensar e criar outras formas de ser pesquisador, reconsiderando práticas e valores já estabelecidos. Ao apontar os mecanismos e as estratégias do funcionamento do poder, é possível refletir acerca das consequências para a constituição do pesquisador enquanto sujeito ético e, também, a respeito dos modos de subjetivação a que ele está sujeito.

É importante também ressaltar que ao analisar a constituição do sujeito pesquisador interroga-se o presente, permitindo a compreensão da atualidade e a transformação da mesma, afinal, nas sociedades disciplinar e de controle “apenas quem se sabe dominado tenta forjar meios para resistir e instituir a diferença que faça diferença, no trabalho, na praça pública, consigo mesmo e com os próximos” (DUARTE, 2010, p. 116). Assim, esta pesquisa inscreve-se num eixo de reflexão ético-político, pois dá visibilidade às relações que os pesquisadores estabelecem consigo e com os outros.

Por fim, em termos de justificativa, importa destacar que esta dissertação é, antes de tudo, um trabalho de reflexão ética, a obra-efeito de um exercício de resistência e subjetivação, pois, como pensa Foucault, o exercício da liberdade está na possibilidade de pensar e reagir, de escolher outros modos de ser que não aqueles engendrados pelos dispositivos de poder (VEYNE, 2011).

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação é composta por seis capítulos, sendo que o primeiro refere-se a presente introdução.

O segundo capítulo tem por propósito não só situar o leitor na temática do poder tal qual ela se apresenta nos Estudos Organizacionais, mas também, e principalmente, esclarecer como Foucault rompeu com as formas tradicionais de pensar o poder, lançando, dessa maneira, as bases para o capítulo seguinte, que versa a respeito de um dispositivo específico de poder.

No terceiro capítulo, o “tempo”, ou melhor, o dispositivo do tempo é apresentado em sua relação com a produção de sujeitos trabalhadores. Não se trata de uma exposição exaustiva desse dispositivo, mas sim de hipóteses de caráter esquemático e que traçam um desenrolar histórico panorâmico. Tem-se, assim, por objetivo esclarecer ao leitor o que se entende por dispositivo do tempo, sua constituição e a situação atual.

O quarto capítulo centraliza-se no tema da constituição do sujeito, explicitando os mecanismos de objetivação e subjetivação. Nele, busca-se apresentar ao leitor parte da trajetória de Foucault em sua preocupação de compreender a constituição do indivíduo moderno enquanto objeto e sujeito. Para isso, além das análises que abordam a modernidade, também será realizada uma pequena incursão histórica na Grécia Antiga e na cultura greco-

romana, períodos históricos aos quais Foucault se debruçou nos seus últimos anos e que, de certa forma, permite pensar em formas de constituição do sujeito orientadas mais pela relação consigo mesmo do que pelos códigos e regras estabelecidas.

No quinto capítulo, aborda-se a constituição do sujeito pesquisador na Universidade Estadual de Maringá. Nele realiza-se uma reflexão quanto à forma pesquisador tal como ela se dá na atualidade. Para isso, abordam-se alguns processos de objetivação e subjetivação do sujeito pesquisador. É neste momento da pesquisa que o dispositivo do tempo revela-se de forma mais concreta, pois são explicitados tanto alguns de seus mecanismos no âmbito da universidade quanto sua incidência nos pesquisadores.

Por fim, no sexto e último capítulo, são realizadas as conclusões. Mais do que respostas a perguntas ou resultados de hipóteses testadas, apresentam-se questões e, inclusive, novas indagações. Trata-se, sobretudo, de levar a cabo reflexões iniciais quanto ao que é o pesquisador na atualidade e também de se indagar se ele poderia ser algo diferente do que é. Em suma, pergunta-se de que outra maneira é possível ser pesquisador na contemporaneidade tanto dentro quanto fora dos muros da universidade.

2 O PODER

É possível encontrar na literatura uma multiplicidade de vozes diferentes que falam acerca do poder⁴ (HARDY, CLEGG, 2001; MORGAN, 2007; MOTTA, VASCONCELOS, 2006). Longe de consenso, há uma variedade de conceituações contraditórias, sendo que duas tradições parecem se destacar, são elas: a crítica e a funcionalista. A primeira é mais antiga, deriva dos trabalhos de Marx e Weber e enfoca a existência de conflitos de interesses tratando o poder enquanto uma forma de dominação⁵. A segunda desenvolve-se a partir do próprio campo de estudos organizacionais, tendo como algumas de suas referências os trabalhos de Mintzberg e Pettigrew, e aceita como verdadeiro o modo pelo qual o poder é distribuído na estrutura das organizações formais (CLEGG, 1996; HARDY, CLEGG, 2001).

Enquanto os funcionalistas defendem os gerentes considerando, desta forma, a resistência a seu poder ilegítima, os teóricos críticos vêem na resistência a oportunidade para ação humana criativa, uma ferramenta de emancipação, especialmente quando associada a categorias subjugadas (trabalhadores, mulheres, minorias étnicas, entre outras). Já em Foucault, na década de 1970, é possível encontrar uma nova forma de compreender o poder que, diferentemente das outras duas correntes citadas, não envolve a tomada de determinada posição, pois se preocupa antes em descrever o poder, em explicitar sua estratégia a partir de uma investida empírica (HARDY, CLEGG, 2001). Como ressalta Motta (1986), a

[...] proposta contida em Foucault recusa pensar o poder apenas em seu aspecto de dominação de indivíduos e grupos sobre outros. Implica também a recusa em pensar o poder apenas em bases legalistas como fazem a teoria do Estado e a ciência administrativa convencionais (p. 74).

Além disso, Foucault não tem por objetivo explicitar as fontes do poder, tal como o faz Morgan (2007). Importa, antes, para o filósofo, compreender as estratégias, o próprio

⁴ Apenas a título de referência, Motta e Vasconcelos (2006) afirmam encontrar a partir da análise de Pagès, Bonnetti, De Gaulejac, entre outros autores, quatro formas de abordar o poder: (1) a partir da perspectiva marxista, que o trata como um fenômeno de alienação econômica; (2) a partir da compreensão psicanalítica, para a qual o poder seria um fenômeno psicológico de dependência, de projeção e introjeção, da formação de defesa etc.; (3) enquanto um fenômeno político de imposição e de controle nas decisões em relação à organização do trabalho; e, por fim, (4) no nível ideológico, como um fenômeno de apropriação do significado e dos valores.

⁵ Tendo por orientação as reflexões weberianas, Motta (1986) ressalta que a dominação é uma forma de poder, mas não pode ser confundida com ele. Para ele, enquanto a dominação refere-se a “um estado de coisas no qual as ações dos dominados aparecem como se estes houvessem adotado como seu o conteúdo da vontade dominante” (p. 68), o poder “é a possibilidade que alguém ou algum grupo tem de realizar sua vontade, mesmo quando esta vai contra a dos demais agentes da ação comunitária” (p. 68).

exercício do poder tal como ele se dá em sua concretude. É por isso que as análises de dele não podem ser simplesmente transpostas para o estudo das organizações. Isto não significa que o seu trabalho deva ser dispensado, pois, por meio de sua obra é possível contribuir para a reflexão e compreensão das organizações (MOTTA, 1986). Além disso, como ressaltam Carter, McKinlay e Rowlinson (2002), as noções foucaultianas ganham, cada vez mais, proeminência nos estudos organizacionais.

É justamente a compreensão foucaultiana do poder que será apresentada neste capítulo, permitindo, assim, estabelecer alguns pilares para as reflexões que serão realizadas ao longo da dissertação.

2.1 A ANALÍTICA DO PODER DE FOUCAULT

Segundo Foucault (2012a), no século XIX, a miséria e a exploração foram os problemas mais sérios, despertando a reflexão de economistas e historiadores que tentaram resolvê-los e justificá-los como podiam. Já o século XX deparou-se com os excessos do poder, tais como aqueles manifestos no fascismo e no stalinismo. Porém, de acordo com ele, os esquemas existentes de análise para compreender o poder não serviam; era necessário forjar novos instrumentos conceituais para pensá-lo (FOUCAULT, 2012a).

Dentre os diversos escritos e as inúmeras reflexões de Foucault na década de 1970, é possível ver no poder um fio condutor, um problema que o instiga e movimenta seu pensamento. É o caso dos livros *Vigiar e punir* e *História da sexualidade: a vontade de saber*, publicados em 1975 e 1976 respectivamente; dos diversos cursos no *Collège de France*, destacando-se o de 1975-1976, publicado em português sob o título *Em defesa da sociedade*, o de 1977-1978 denominado *Segurança território e população* e o de 1978-1979, cujo título é *Nascimento da biopolítica*; além de uma série de entrevistas, artigos e outros escritos que podem ser encontrados tanto em *Microfísica do poder* quanto em *Ditos e escritos, volume IV: estratégia, poder-saber*.

Porém, apesar de tamanha produção em torno do tema do poder, não se pode dizer que há nela a proposta de apresentar uma teoria global e definitiva (FOUCAULT, 2012d). Isto porque, para o filósofo, toda teoria é provisória, sempre inacabada e sujeita a revisões e reformulações (MACHADO, 1979). Suas reflexões a respeito do poder estão sempre em movimento, sendo construídas a partir da análise e rejeição de algumas hipóteses e da

transformação de outras. Mesmo em seus últimos textos, apesar dos grandes avanços, ainda é possível perceber o mesmo espírito investigativo, desejoso de rever, transformar, aprofundar e ampliar aquilo que já foi dito.

Como afirmado, não há uma teoria do poder em Foucault, mas pode-se dizer que há uma analítica do poder, ou seja, a “definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo” (FOUCAULT, 1988, p. 92). Nela, Foucault apresenta suas teses, como nota Deleuze (2005), a partir de três rubricas abordadas a seguir: (1) o poder não é essencialmente repressivo, (2) ele se exerce antes de se possuir, e (3) passa pelos dominados tanto quanto pelos dominantes.

2.1.1 O poder não é essencialmente repressivo

Teria o poder como função mais importante a repressão? Ou, em outras palavras, teria o poder na noção de repressão o modo principal de operar? Para Foucault (2010b), a resposta é não. Segundo o autor, em determinado período histórico o poder, exercido na modalidade da repressão, pode até ter sido mais ativo, porém, na transição dos séculos XVII-XVIII, outras formas de exercer o poder parecem se sobressair. Dois modelos de exercício do poder e controle político podem ser elucidadores dessa transformação, são eles: o modelo da lepra e o da peste.

Durante toda a Idade Média, os leprosos foram rejeitados, excluídos de suas comunidades e lançados para fora dos muros da cidade. Nesta prática social, além de serem privados do contato com os outros, os leprosos também eram desqualificados política e juridicamente. Eles eram declarados mortos, perdiam seus direitos, tinham seus bens transferidos como herança e seguiam, assim, para o mundo exterior. O mecanismo da exclusão era o do exílio, da purificação do espaço urbano (FOUCAULT, 1979; 2010b). O leproso estava, portanto, sujeito a “mecanismos e efeitos de exclusão, de desqualificação, de exílio, de rejeição, de privação, de recusa, de desconhecimento” (FOUCAULT, 2010b, pp. 37-38).

Com o desaparecimento da lepra, no final da Idade Média, o funcionamento do poder por meio de modelos negativos de exclusão não se findou. Após um período de latência, dois a três séculos mais tarde, os mesmos mecanismos negativos de exclusão e segregação foram retomados e exercidos em relação aos pobres, aos vagabundos, aos mendigos, aos ociosos, aos

libertinos e à loucura (FOUCAULT, 2008; 2010b). Em toda Europa, essa massa heterogênea foi duramente reprimida e punida através das internações nos hospitais gerais, nas casas de correção, nos hospícios, nas *workhouses* etc., sendo que muitos desses estabelecimentos eram, na verdade, leprosários que ficaram vazios durante a Renascença e foram reativados nos séculos XVII e XVIII (FOUCAULT, 2008). Seja por meio da rejeição para fora das cidades, seja pelo internamento nos hospitais gerais, esse modelo de controle político parece ter sido continuamente exercido pela administração real (FOUCAULT, 2010b).

Ao fim do século XVII e início do século XVIII esse modelo – da “exclusão dos leprosos” – parece desaparecer, sendo substituído pelo modelo de controle político da peste. Neste, quando a peste era declarada instituíam-se a quarentena. Nela, delimitava-se certo território que, diferentemente das práticas relativas à lepra, não era um território confuso para o qual se repelia a população da qual a cidade deveria se purificar (FOUCAULT, 2010b). Esse território fechado se tornava “objeto de uma análise sutil e detalhada, de um policiamento minucioso” (FOUCAULT, 2010b, p. 38).

A partir da circunscrição do território, desta delimitação de suas bordas, de seus limites, uma série de divisões e subdivisões se estabeleciam. Os territórios eram organizados em distritos, os distritos em bairros e estes em ruas. Para cada rua se estabeleciam vigias, para os bairros inspetores e para os distritos pessoas responsáveis. Instaurava-se, assim, uma vigilância hierárquica que funcionava de forma abrangente e ininterrupta. Essas autoridades deveriam exercer suas funções continuamente, registrando tudo o que observassem, sem deixar nada escapar. Ninguém poderia sair de casa para que, assim, cada um pudesse ser localizado em apenas um único lugar. Desse modo, os inspetores deveriam constatar presenças e ausências, diferenciando indivíduos saudáveis e doentes, tudo isso por intermédio de um policiamento exaustivo e analítico (FOUCAULT, 1979; 2010a; 2010b). Com relação ao período da quarentena, pode-se encontrar uma série de regulamentos muito semelhantes que vigoraram desde o fim da Idade Média até o início do século XVIII. Neles estavam expressas as seguintes instruções:

De fato, no início da quarentena, todos os cidadãos presentes na cidade deviam dar seu nome. Seus nomes eram anotados numa série de registros. Alguns desses registros ficavam na mão dos inspetores locais, os outros ficavam em poder da administração central da cidade. E todos os dias os inspetores deviam passar diante de cada casa, parar e fazer a chamada. A cada indivíduo era atribuída uma janela à qual devia se mostrar e, quando chamavam seu nome, ele devia se apresentar nessa janela, estando entendido que se não se apresentava é que estava de cama; e, se estava de cama, é que estava doente; e, se estava doente, é que era perigoso. E, por conseguinte, era

necessário intervir. Era nesse momento que se fazia a triagem dos indivíduos, entre os que estavam doentes e os que não estavam (FOUCAULT, 2010b, p. 39).

Se no controle da lepra o poder funcionava por meio do distanciamento, no controle da peste ele funciona pela aproximação. Não se trata mais de afastar para um exterior, mas de ligar, de fixar, de estabelecer, atribuindo um lugar e controlando presenças. Não se trata de rejeição, mas de inclusão (FOUCAULT, 2010b). Por intermédio desse controle e dessas observações constantes, há produção de saber de forma tão minuciosa, tão precisa que atinge o próprio grão dos indivíduos. Constitui-se um exame “perpétuo de um campo de regularidade, no interior do qual vai se avaliar sem cessar cada indivíduo, para saber se está conforme à regra, à norma de saúde que é definida” (FOUCAULT, 2010b, p. 40). É um poder que não está ligado ao desconhecimento, mas que funciona mediante a “formação de um saber, que é para ele tanto um efeito quanto uma condição de exercício” (FOUCAULT, 2010b, p. 45). Se no caso da lepra havia um grande rito de purificação, no caso da peste há a tentativa de produzir uma população sadia, maximizando a saúde, a longevidade e a força dos indivíduos (FOUCAULT, 2010b).

Foucault, portanto, rejeita a hipótese de que o poder é essencialmente o que reprime. O poder, para ele, não tem como única tarefa reprimir instintos, indivíduos, classes etc. (FOUCAULT, 1999). Ele não pesa somente como uma força que diz não; há uma positividade no poder já que ele forma saber, produz discurso, permeia e produz coisas, induz ao prazer e fabrica indivíduos (FOUCAULT, 1979). O que torna o poder forte e eficaz é justamente o fato de produzir efeitos positivos, pois se sua única função fosse reprimir, se o poder agisse apenas por meio da “censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil” (FOUCAULT, 1979, p. 148).

É essa precaução de método – a rejeição da noção de repressão como fundamento último do funcionamento do poder – que Foucault aplica em suas análises. Em *Vigiar e punir* e em *A vontade de saber*, por exemplo, não são os mecanismos negativos do poder que são enfatizados, mas “sua eficácia produtiva, sua riqueza estratégica, sua positividade” (FOUCAULT, 1988, p. 96).

Dessa forma, afirmar que o poder é produtivo é ressaltar sua capacidade de transformar a realidade, de agir nos sujeitos dando-lhes contornos, modificando-lhes os desejos, agregando-lhes pensamentos, conduzindo, enfim, suas condutas. Isto significa que o exercício do poder longe de apenas restringir ações, é capaz de conduzir e criar ações. É por

meio dele que se produzem trabalhadores, médicos, psicólogos, normais e anormais, alunos e professores, e, certamente, também pesquisadores.

2.1.2 O poder se exerce, ele não é uma propriedade ou mercadoria

No Ocidente, o pensamento jurídico desenvolveu-se essencialmente ao redor e em prol do poder régio. Foi por encomenda do rei, para lhe servir de instrumento ou de justificação, que se elaborou o edifício jurídico. Porém, em dado momento o controle do direito (a lei e o conjunto dos aparelhos e instituições que aplicam o direito) escapa às mãos do rei, voltando-se contra ele. A partir de então, as discussões passaram a ser acerca dos limites desse poder e de suas prerrogativas. Assim, pode-se dizer que, desde a Idade Média, o papel essencial da teoria do direito no Ocidente tem sido o de fixar a legitimidade do poder, ou seja, debater o problema da soberania (FOUCAULT, 1999).

Para os filósofos do século XVIII, tais como Rousseau e Montesquieu, a origem da constituição da soberania política pode ser encontrada no contrato (FOUCAULT, 1999). Segundo eles, o poder é considerado “um direito do qual se seria possuidor como de um bem, e que se poderia, em consequência, transferir ou alienar, de uma forma total ou parcial, mediante um ato jurídico ou um ato fundador de direito [...] que seria da ordem da cessão ou do contrato” (FOUCAULT, 1999, pp. 19-20). Neste caso, quando o poder excede os termos do contrato, quando há abuso, surge, então, a opressão. Ao se referir ao contrato, o poder é categorizado, dessa forma, em legítimo e ilegítimo. Tem-se, portanto, uma forma de analisar o poder que Foucault (1999) irá denominar de esquema do contrato-opressão ou esquema jurídico.

O direito, ao tomar como problema central o problema da soberania – da legitimidade do poder e da obrigação legal da obediência – faz desaparecer, ou pelo menos mascarar, o fato da dominação e da sujeição, bem como de suas consequências. O que Foucault (1999) propõe é inverter a direção de análise, privilegiando uma perspectiva que não estava centrada nas relações de soberania, mas sim nas relações de dominação.

Para Foucault (1999), o poder não deve ser compreendido enquanto algo que estaria distribuído na sociedade entre alguns que o possuiriam exclusivamente e outros que dele estariam privados e, nesse caso, submetidos a ele. Rejeição, portanto, da grade de leitura jurídica e substituição por uma forma de análise que compreende o poder como “uma coisa

que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais [...] está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem” (FOUCAULT, 1999, p. 35). Assim, para Machado (1979), o poder não deve ser considerado um objeto natural, algo como uma coisa, mas sim uma “uma prática social” (p. X).

O poder não é uma propriedade ou uma mercadoria. De fato, para Foucault, o “poder não existe” (FOUCAULT, 1979, p. 248), “ele se exerce e só existe em ato” (FOUCAULT, 1999, p. 210). Foucault não dedica suas investigações a algo como “o Poder”, mas ao “como do poder”, ou seja, segundo ele “o que está em jogo é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas” (FOUCAULT, 1999, p. 19).

Em vez de se preocupar em estabelecer a essência do poder, em vez de localizá-lo nas mãos do Estado e de seus aparelhos⁶, Foucault propõe uma microfísica do poder. É necessário, de acordo com ele, analisar o poder lá onde ele está em ato, lá onde ele é exercido. Importa pensá-lo em sua forma capilar de existir, situando “o ponto de atividade, os lugares e as formas sob as quais se exerce essa dominação” (FOUCAULT, 2012b, p. 111). É necessário pensar o poder no ponto em que esse “encontra o próprio grânulo dos indivíduos, atinge seus corpos, vem inserir-se em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana” (FOUCAULT, 2012c, p. 159).

Não há, portanto, um Estado detentor exclusivo do poder e que funcionaria como a “fonte” ou o “princípio” do qual o poder se difundiria sobre toda a sociedade de forma hierárquica e organizada, do centro para a periferia, de cima para baixo. Na concepção de Foucault, o poder funciona a um nível muito mais elementar, cotidiano, ou seja, inclusive fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado (FOUCAULT, 1979). Isto não implica reduzir a importância e a eficácia do poder de Estado, mas apreciar os demais “mecanismos e feitos de poder que não passam diretamente pelo aparelho de Estado, que muitas vezes o sustentam, o reproduzem, elevam sua eficácia ao máximo” (FOUCAULT, 1979, p. 161). São justamente esses mecanismos infinitesimais de poder que, com frequência, são “investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global” (FOUCAULT, 1979, p. 184).

⁶ Por vezes Foucault ressalta o caráter difuso e não centralizado do poder. Tal concepção pode ser apreciada em suas obras por meio da escolha de expressões tais como “feixe de relações” ou “rede de poder”.

2.1.3 O poder é uma relação de forças que passa pelos dominantes tanto quanto pelos dominados

O poder funciona de cima para baixo, mas também há capilaridade de baixo para cima. Ele funciona e se exerce em rede, por meio de suas “malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão” (FOUCAULT, 1979, p. 183), ou seja, os indivíduos não são alvos do poder, pois o próprio indivíduo é um dos primeiros efeitos de poder e “simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 1979, pp. 183-184). Não há, para Foucault, um indivíduo pré-existente, uma “espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os” (FOUCAULT, 1979, p. 183).

De acordo com Foucault, nessa rede as relações são sempre tensas, sempre agonísticas. Estão presentes “inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade comportando cada um seus riscos de conflitos, de luta e de inversão pelo menos transitória da relação de forças” (FOUCAULT, 2010a, p. 30). A própria noção de dominação em Foucault não tem o caráter de uma dominação global de alguém ou de um grupo sobre outro(s), mas se refere às dominações polimorfos que podem se exercer na sociedade (FOUCAULT, 1979). Não há nunca um vencedor final, toda relação de poder é instável, pois “cada ofensiva serve de ponto de apoio a uma contra-ofensiva”, sempre há possibilidade de “resistência e de contra-ataque de uns e de outros” (FOUCAULT, 1979, p. 226).

É preciso ressaltar que, para Foucault (1979), a resistência não é anterior ao poder, pois lhe é coextensiva e contemporânea. Não é também a imagem invertida do poder, pois a resistência é tal qual o poder: “tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele” (FOUCAULT, 1979, p. 241). Sempre, quando há uma relação de poder, há também a possibilidade de resistência, o poder nunca imobiliza aprisionando, pois sempre é possível modificar sua dominação por intermédio de estratégias precisas (FOUCAULT, 1979). Ao falar das relações de poder, Billouet (2003) resalta o aspecto dinâmico, assim como múltiplo das resistências, ou seja, não haveria “*uma grande Recusa, mas resistências, pontos móveis e transitórios*” (BILLOUET, 2003, p. 164).

O exercício do poder distingue-se, portanto, do exercício da violência. Nesta, corpos, objetos ou seres determinados são afetados de tal maneira que sua forma ou é alterada ou destruída, não há senão passividade por parte daquele que é afetado, pois todas as possibilidades lhes são fechadas (FOUCAULT, 1995; DELEUZE, 2005). Já na relação de poder, a força não incide imediatamente e diretamente sobre outros, mas antes ela age sobre outra(s) força(s), é “uma ação sobre outra ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes”, mantendo sempre “todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis” (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Ainda que Foucault (1999) tenha se proposto a analisar o poder político em termos de guerra, parece que sua forma de funcionamento estaria mais próxima do governo, da condução de condutas, pois em um de seus últimos escritos ele traça as seguintes linhas gerais acerca do poder:

Ele não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou um consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Em síntese, o filósofo afirma que “o poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’” (FOUCAULT, 1995, p. 244). A liberdade é, portanto, elemento essencial e imprescindível para o exercício do poder. Poder e liberdade não formam, em sua opinião, um par excludente, mas a liberdade é pré-condição e suporte permanente para a existência e exercício do poder.

Quando as determinações estão saturadas e, portanto, a liberdade ausente, tem-se a coerção pura e simples da violência. Enquanto o poder tende a determinar completamente, a excluir a liberdade da cena, a liberdade é o que permite e sustenta o poder. Entre ambos há uma relação agonística, marcada pelo exercício do poder – que age no sentido de estruturar o eventual campo de ação dos outros – e a insubmissão da liberdade (FOUCAULT, 1995).

Se não é possível escapar às relações de poder – já que estão em toda a parte –, então, em compensação, sempre é possível modificá-las, pois o poder é “uma relação bilateral; ele faz par com a obediência, que somos livres (sim, livres) para conceder com mais ou menos resistência” (VEYNE, 2011, p. 168).

É por meio de relações de poder que os sujeitos são constituídos, não se esquecendo, porém, que, para isso, deve haver um espaço de liberdade, um espaço para resistências. Assim, se por um lado o exercício do poder pode procurar dar uma forma específica ao pesquisador, por outro, a prática da liberdade pode permitir formas outras de ser pesquisador, formas não previstas nos códigos, leis, normas e regulamentos.

3 O DISPOSITIVO DO TEMPO E O TRABALHO

Ainda que há séculos o tempo tenha sido feito objeto de interesse pelos gregos e pela Igreja, apenas na Idade Média, por meio dos mercadores, e depois, dos moralistas, o tempo passou a ser reduzido ao aspecto econômico tal como poderá se ver, de forma mais generalizada, a partir da Revolução Industrial. A partir de então, o tempo torna-se elemento essencial da produção, tornando-se lugar-comum remunerar o trabalho pelo tempo despendido pelo operário.

Além disso, o “tempo”, ou melhor, uma série de elementos que se organizam, que estabelecem relações mais ou menos organizadas em torno do tempo, constitui um dispositivo que tem como uma de suas funções a apropriação da totalidade da existência dos homens de tal forma que cada ano, cada mês, cada dia, cada hora, cada minuto e cada segundo, possam ser empregados tanto para formar trabalhadores disciplinados, competentes e habilidosos, como para os utilizar de forma economicamente produtiva. O dispositivo do tempo tem como função a apropriação desse tempo, sujeitando-o ao sistema produtivo.

Portanto, não se trata aqui de falar do tempo ou da temporalidade a partir do viés filosófico, nem de seguir as elaborações teóricas dos sociólogos, que segundo Hassard (1996) são marcadas por explicações positivistas. Não se trata de apresentar uma concepção do tempo enquanto um fenômeno quantitativo ou qualitativo, cíclico ou linear, heterogêneo ou homogêneo^{7,8}. Talvez não seja demais enfatizar: esta pesquisa não é acerca do tempo, mas a respeito do dispositivo do tempo. O objetivo deste capítulo, portanto, é abordar o tempo enquanto um dispositivo, inspirando-se nas abordagens de Foucault para com a sexualidade

⁷ Para uma abordagem inicial dessas diferentes concepções do tempo no âmbito do trabalho, consultar Hassard (1996), cujo estudo tem por título *Tempo de trabalho – outra dimensão esquecida nas organizações*.

⁸ É possível encontrar diversas concepções de tempo na literatura que o abordam em relação ao trabalho. Estas são diversas, sendo que, segundo Hassard (1996), nas pesquisas sociológicas o tempo aparece “como um fenômeno ao mesmo tempo qualitativo e quantitativo, cíclico e linear, heterogêneo e homogêneo” (p. 176). Nessas pesquisas é possível encontrar desde aqueles que enfatizam questões em torno da redução ou eliminação do tempo improdutivo dos trabalhadores (cf. CONTADOR, 1994; ALENCAR, DINIZ, LIMA, 2004) até aqueles que tomam o tempo enquanto experiência subjetiva – o tempo “vivido” – enfatizando, dessa forma, aspectos qualitativos (cf. TEIXEIRA, 1999; CARDOSO, 2010; LOURENÇO, 2010). Nas reflexões inspiradas na obra de Marx, por exemplo, é comum a discussão acerca do tempo de trabalho *versus* tempo livre ou tempo de trabalho *versus* tempo de não-trabalho (cf. BRASIL, 2003; ARAÚJO, OURIQUES, 2009; SILVA, 2009a). Há também aqueles que se preocupam com o aspecto quantitativo do tempo, analisando, dentre outros fatores, a duração e a possibilidade da redução da jornada de trabalho (cf. DE GRAZIA, 2006). As relações entre tempo e trabalho podem ainda ser abordadas a partir das mudanças históricas ou das diferenças culturais (cf. KAMDEM, 1996; GASPARINI, 1996; HASSARD, 1996). Enfim, cabe destacar a multiplicidade de abordagens existentes, ressaltando-se que esta dissertação não se filia a nenhuma dessas acima citadas, pois parte da compreensão do “tempo” enquanto um conjunto de elementos a partir dos quais, mediante o exercício do poder, os pesquisadores são constituídos.

(FOUCAULT, 1988) e a prisão (FOUCAULT, 2010a), ou seja, por meio do método genealógico.

3.1 O QUE É UM DISPOSITIVO?

Pode-se dizer que definições não são comuns na obra de Foucault e que isso se aplica também ao termo dispositivo. Por mais que seu uso tenha se multiplicado durante suas discussões a respeito do saber-poder, não há uma obra específica em que Foucault se preocupe em esmiuçar o que ele pretende designar por dispositivo^{9,10}. Talvez, o momento em que ele mais se detém nesse tema seja em uma entrevista com Alain Grosrichard, Gérard Wajeman, Jaques-Alain Miller, Guy Le Gaufey, entre outros, acerca da história da sexualidade. Nela, Foucault (1979) aponta três aspectos do dispositivo. Em primeiro lugar, ele é

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo (p. 244).

O dispositivo mistura, dessa forma, “coisas e ideias (entre as quais a de verdade), representações, doutrinas, e até mesmo filosofias, com instituições, práticas sociais e econômicas” (VEYNE, 2011, p. 57). Ele é composto por elementos discursivos diversos, tanto científicos quanto não científicos, de práticas institucionais, dentre outros elementos que compõem um conjunto que não é necessariamente harmônico, e nem suas partes “se encaixam umas às outras sem conflitos, sem ajustes; o próprio balanço, o próprio jogo de poder, jogo

⁹ Foucault (2010a), em *Vigiar e punir*, onde o termo dispositivo repete-se inúmeras vezes, afirma que “ser-me-ia impossível medir por referências ou citações o que este livro deve a G. Deleuze e ao trabalho feito por ele com F. Guattari” (p. 27), que são novamente lembrados pelo “livro-acontecimento” *O Anti-Édipo* no curso do Collège de France de 1975-1976 (cf. FOUCAULT, 1999, p. 9). Segundo Deleuze (1992), o termo dispositivo tal qual utilizado por Foucault aproximava-se da noção de agenciamento, empregada por ele e Guattari: “[n]ossa tarefa era analisar estados mistos, agenciamentos, aquilo que Foucault chamava de dispositivos” (p. 109). Inclusive sugere que possivelmente, em partes, a ideia de dispositivo tenha derivado daquela de agenciamento: “[t]alvez também, o conceito de agenciamento, que Félix e eu propusemos, o tenha ajudado [Foucault] na sua própria análise dos ‘dispositivos’. Mas ele transformava profundamente tudo aquilo em que tocava” (p.112).

¹⁰ O dispositivo, para Billouet (2003), abarca dois sentidos do conceito de poder que, para Foucault, estariam confundidos na década de 1960: aquele que pesa de fora sobre a ciência, como no caso das instituições, e o do regime interior de poder dos enunciados científicos, a episteme.

discursivo e tático, faz parte do dispositivo” (FARHI NETO, 2010, p. 91-92). É preciso considerar que “entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes” (FOUCAULT, 1979, p. 244), o que implica conceber o dispositivo como algo dinâmico. Assim, o dispositivo do tempo pode contemplar tanto um relógio quanto um cartão ponto, tanto um sino quanto os sermões do evangelista John Wesley acerca da necessidade de não desperdiçar nenhum minuto do tempo. O que importa, para Foucault, não é o elemento isolado, mas a relação estratégica estabelecida entre os diversos elementos do dispositivo.

O segundo aspecto, portanto, é que o dispositivo ainda que contemple diferentes elementos não se reduz a eles, pois se caracteriza pela relação que “pode existir entre estes elementos heterogêneos” (FOUCAULT, 1979, p. 244). O dispositivo é essa “rede” (FOUCAULT, 1979, p. 244) que se pode estabelecer entre esses elementos; ele “se constitui como o objeto-elo, supostamente natural, que liga estes elementos disparates” (FARHI NETO, 2010, p. 92). Como afirmado acima, é preciso compreender que o dispositivo não é estático, pois

[...] cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente (FOUCAULT, 1979, p. 244).

E, por fim, o terceiro aspecto é que ao ser formado em um determinado momento histórico, o dispositivo tem como função responder a uma urgência. Ele tem, portanto, “uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 1979, p. 244). Isto não significa pressupor um programa pré-estabelecido na gênese do dispositivo, pois o que há nela é uma “espécie de espontaneidade, independente das vontades particulares” (FARHI NETO, 2010, p. 92).

Por conseguinte, o dispositivo não é um equipamento, mas um regime (TUCHERMAN, 2007) – um regime de fazer ver e fazer dizer – que está “sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam” (FOUCAULT, 1979, p. 246). É dessa forma que ele distribui o visível e o invisível, “fazendo nascer ou desaparecer o objeto que não existiria fora desta luz” (TUCHERMAN, 2007, p. 110).

Foucault discorre sobre dispositivos disciplinares, dispositivos carcerários, dispositivos de poder, dispositivos de saber, dispositivos de sexualidade, dispositivos de verdade, entre outros (CASTRO, 2009; REVEL, 2011), mas em momento algum refere-se a

um dispositivo do tempo. Este é uma hipótese de trabalho lançada nesta dissertação e, sendo assim, faz-se necessário explicitar o que se entende por tal dispositivo.

3.2 O DISPOSITIVO DO TEMPO E O TRABALHO¹¹

A concepção do tempo difere de cultura para cultura e de época para época (cf. a coletânea de ensaios de RICOUER *et al.*, 1975). Ainda que se tome um mesmo povo em determinado período, não é provável que esse tenha uma concepção única do tempo (cf. HASSARD, 1996), como ressalta Lloyd (1975) a propósito dos gregos. Mesmo assim, é possível perceber certas peculiaridades na forma como o homem moderno, na sociedade ocidental, lida com o tempo, aspectos esses que o diferenciam das sociedades mais antigas da Europa e do Oriente (WOODCOCK, 1981).

Se para muitas culturas e épocas mais antigas o tempo era representado pelo ciclo do trabalho, pelas tarefas domésticas (cf. THOMPSON, 1998) ou pelos processos sempre recorrentes da natureza – o nascer e o pôr-do-sol, a contínua repetição das estações, os ciclos lunares etc. –, para a sociedade ocidental contemporânea não é possível dizer o mesmo (WOODCOCK, 1981). Entre os séculos XIV e meados do século XVII mudanças importantes deram-se na percepção do tempo no âmbito da cultura intelectual da Europa Ocidental, sendo notável a crescente difusão dos relógios entre aqueles de maior poder aquisitivo e, a partir do final do século XVIII, também entre os trabalhadores (THOMPSON, 1998).

Ainda que de longa data se conheçam mecanismos de mensuração do tempo, é apenas ao final da década de 1650 que, com a invenção do pêndulo, a precisão dos minutos foi alcançada, sendo que os segundos só passaram a ser medidos no século XVIII (WOODCOCK, 1981; THOMPSON, 1998). Até então o controle do tempo era impreciso e sujeito às condições do clima ou habilidade de quem manjava os instrumentos de mensuração. Tal era o caso da clepsidra, da ampulheta, do relógio de sol, do quadrante solar, do bastãozinho de incenso graduado, da vela ou lâmpada cujo resto de cera ou óleo indicava o

¹¹ Alguns dos historiadores citados neste tópico e nos próximos ou trabalharam junto com Foucault, como no caso de Perrot, ou tiveram interesse pela relação de Foucault com a história, é caso de Le Goff e Veyne já citados em ocasiões anteriores nesta dissertação (cf. FOUCAULT, 1979, pp. 209-227; FOUCAULT, 1984, pp. 14-15; BILLOUET, 2003, pp. 142-143; VEYNE, 2011, obra toda e também, especificamente, pp. 45-46; FOUCAULT, 2012e, p. 191).

tempo percorrido ou restante (LLOYDE, 1975; LARRE, 1975; LE GOFF, 1980a; WOODCOCK, 1981).

Pergunta-se, então, a quais necessidades responde tal façanha humana expressa por relógios que poderiam ser levados no bolso e que indicariam com precisão até mesmo os segundos? Para compreender o uso que foi feito desse controle cada vez mais preciso do tempo, é necessário abordar a Idade Média (período da história da Europa entre os séculos V e XV). É preciso entender como o tempo que pertencia a Deus passou a ser domínio dos homens, ou seja, como o tempo divino foi laicizado e, assim, transformado em tempo que poderia ser comprado e vendido, poupado e gasto, objeto de medida e instrumento de controle dos homens pelos homens.

Durante grande parte da Idade Média o mercador, assim como o camponês, estava submetido, em sua atividade profissional, “ao tempo meteorológico, ao ciclo das estações, à imprevisibilidade das intempéries e dos cataclismos naturais” (LE GOFF, 1980a, p. 51), ou seja, ele submetia-se à ordem da natureza e à ordem de Deus, tendo como formas de ação a oração e as práticas supersticiosas. Suas atividades, assim como as do artesão e as do trabalhador rural e urbano¹², caracterizavam-se por um ritmo irregular – alternando-se momentos de atividade intensa e de ociosidade –, pois eram orientadas pelas tarefas, isto é, atividades realizadas no quadro de ritmos habitualmente marcados pelo tempo natural (cf. THOMPSON, 1998). Mas ao se organizarem em redes comerciais, os mercadores passam a ter a necessidade tomar o tempo enquanto objeto de medida, permitindo, inclusive, certa sincronização entre eles e aqueles com os quais estabeleciam contato. Para terem sucesso em seus negócios, era-lhes necessário levar em conta diversos fatores, tais como: o tempo de deslocamento para irem de um lugar a outro, a flutuação dos preços que interfere diretamente na lucratividade, as diferentes moedas e as operações de trocas e a duração do trabalho artesanal ou operário do qual quase sempre eram dadores (LE GOFF, 1980a). Em síntese, o tempo do mercador tornou-se mensurável,

[...] mas igualmente descontínuo, cortado por paragens, momentos mortos, afectado por acelerações ou atrasos – muitas vezes em ligação com atrasos

¹² Cabe ressaltar que, conforme Hobsbawm (1977), o termo urbano é ambíguo. Em 1789, por exemplo, além de ser utilizado para Londres – com cerca de um milhão de habitantes – e Paris – com cerca de meio milhão –, também era utilizado para “cidades menores, incluindo uma multidão de pequenas cidades de província, onde se encontrava realmente a maioria dos habitantes urbanos; aquelas onde o homem podia, a pé e em poucos minutos, vencer a distância entre a praça da catedral, rodeada pelos edifícios públicos e as casas das celebridades, e o campo” (HOBBSAWM, 1977, p. 27). Cabe, então, levar em conta, que mesmo na Idade Média, falar de trabalhador “urbano” não significa fazer referência a alguém que habite uma cidade que seja grande segundo os padrões atuais.

técnicos e o peso dos dados naturais: a chuva ou a seca, a bonança ou a tempestade, têm fortes incidências nos preços. Nesta maleabilidade do tempo, que não exclui a inexorabilidade dos pagamentos –, situam-se os lucros e as perdas, as margens de ganho ou de perda; aqui agem a inteligência, a habilidade, a experiência e a manha do mercador (LE GOFF, 1980a, p. 54).

Se para a Igreja medieval, o tempo era de Deus e não do homem, para o mercador o tempo era objeto de lucro, “condição primordial do ganho, uma vez que quem tem dinheiro pensa em tirar proveito da espera do reembolso de quem o não tem à sua imediata disposição” (LE GOFF, 1980a, p. 44). Para que obtenha sucesso, o mercador precisava tornar o tempo objeto de medida, “mensurável, quer dizer, orientado e previsível” (LE GOFF, 1980a, p. 52). No cerne desse conflito – entre o tempo de Deus e o tempo do mercador – estava a atividade profissional com suas exigências.

A novidade, porém, não estava na organização do tempo, nem em torná-lo mensurável – objeto sujeito a medidas quantitativas. Isto, de certa forma, já estava presente nos mosteiros, cuja vida era guiada pela disciplina rígida das regras. Segundo Mumford (1934), já no século VII, o Papa Sabiniano regularizou, por intermédio de uma bula papal, os horários canônicos, sendo que os sinos deveriam ser tocados sete vezes nas vinte e quatro horas do dia. Cabe lembrar que este mesmo sino mais à frente foi utilizado também para coordenar a vida dos trabalhadores urbanos e dos mercadores. O que há de interessante nos mercadores é o fato de atrelarem o tempo mensurável ao aspecto econômico, tornando o tempo elemento fundamental no cálculo da lucratividade.

Mas e quanto ao trabalho rural e urbano no Ocidente Medieval, o que se pode dizer a respeito deles? Algo importante é que a duração do trabalho era definida pela unidade do dia – pelo levantar e o pôr do sol –, tendo por referência o tempo natural e o tempo religioso (LE GOFF, 1980b). Até o século XIV, este tempo de trabalho foi “o tempo de uma economia ainda dominada pelos ritmos agrários, sem pressas, sem preocupações de exactidão, sem inquietações de produtividade – e o de uma sociedade à sua imagem, *sóbria e pudica*, sem grandes apetites, pouco exigente, pouco capaz de esforços quantitativos” (LE GOFF, 1980b, pp. 62-63), enfim, uma sociedade marcada pela tradição.

A crise dos salários, em especial do setor têxtil, que se iniciou no final do século XIII, desencadeou reivindicações dos trabalhadores por maiores salários e, ao mesmo tempo, a preocupação de regulamentar rigorosamente o dia de trabalho por parte dos patrões que desejavam assegurar a presença dos trabalhadores no próprio local de trabalho (LE GOFF,

1980b). Uma das soluções encontradas foi a apropriação do sino religioso para fins profanos, como exemplifica o trecho a seguir:

O governador real de Artois autoriza, em 1355, as pessoas de Aire-sur-la-Lys a construir uma torre cujos sinos tocassem às horas das transacções comerciais e do trabalho dos operários têxteis. [...] apareceu a necessidade de uma rigorosa medição do tempo, porque na indústria têxtil “convém que a maioria dos operários jornaleiros – o proletariado têxtil – vá e venha para o trabalho, a horas *fixas*” (LE GOFF, 1980a, p. 52).

Os sinos, que antes se destinavam à indicação de perigo e à necessidade de defesa da cidade, ou a ritmar o tempo dos ofícios religiosos (MUMFORD, 1934), passaram a ser usados também para “marcar as horas de trabalhar e as de comer, além das de rezar” (SENNETT, 2011, p. 40). Houve, então, a multiplicação dos sinos de trabalho, que passaram a regular o início e o fim da atividade laboral, bem como os horários de se alimentar e descansar, implicando, assim, uma grande transformação na organização do trabalho (LE GOFF, 1980b; THOMPSON, 1998)¹³.

Diferentemente da conquista da precisão do tempo nos relógios, o que está em questão não é uma inovação técnica, mas o uso do sino em outro contexto, uma espécie de deslocamento por meio do qual ele continua a ser um instrumento de poder, porém, com outros objetivos. Não se trata mais de ritmar a vida de monges, nem de demarcar o tempo religioso – dos cultos, das preces etc. –, mas de organizar e estabelecer seus efeitos sobre a vida dos trabalhadores, interferindo assim na produtividade.

O uso dos sinos e também a difusão dos relógios a partir do século XIV passaram a responder à necessidade da burguesia, diante da crise, de medir melhor o tempo do trabalho que matinha e ainda mantém estreita relação com a lucratividade (LE GOFF, 1980b; cf. também THOMPSON, 1998). Thompson (1998) propõe que na origem desse entrelaçamento entre tempo e lucratividade está a contratação da mão-de-obra, pois esta substituiria o trabalho orientado pelas tarefas pelo trabalho de horário marcado pelo tempo mecânico do relógio, transformando o tempo em dinheiro: “o empregador deve *usar* o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta” (p. 272).

¹³ Não é sem resistências que os sinos de trabalho se impõem. Le Goff (1980b) relata que as revoltas por parte dos trabalhadores levaram a burguesia têxtil a implantar medidas tais como as multas e a pena de morte.

É possível encontrar no final da Idade Média, mais precisamente no século XIV, por imitação do mercador, o desenvolvimento de uma moral calculadora: “[p]erder tempo torna-se um pecado grave, um escândalo espiritual” (LE GOFF, 1980a, p. 71). Um dos representantes mais significativos dessa nova moral, segundo Le Goff (1980a), é o Dominicano de Pisa, Domenico Cavalca, que escreve sobre a perda de tempo e o dever de conservá-lo e medi-lo.

Referindo-se aos moralistas, em especial a Richad Baxter (1615-1691) – um dos maiores representantes do puritanismo inglês –, Weber (2001) afirma que nos escritos teológicos do protestantismo é possível encontrar a seguinte concepção:

A perda de tempo é pois o primeiro e, em princípio, o mais funesto dos pecados. A duração da vida humana é por demais curta e preciosa para garantir a própria escolha. A perda de tempo na vida social, em conversas ociosas, em luxos e mesmo em dormir mais que o necessário para a saúde, de seis até o máximo de oito horas, é merecedora de absoluta condenação moral (p. 124).

Para esses teólogos inspirados nos reformadores, o trabalho, compreendido enquanto vocação de Deus, deve ocupar a quase totalidade do tempo da vida do religioso. O tempo perdido, ou melhor, cada fração de tempo perdida, implica não ter dado a honra e glória a Deus como ele merece. Não utilizar o tempo de forma produtiva é, portanto, sintoma da ausência do estado de graça (WEBER, 1983).

As sentenças de Benjamin Franklin (1706-1790), fornecidas por Weber (1983), revelam o crescimento e o fortalecimento dessa moral. O que era improvável no discurso sobre o tempo pela Igreja da Idade Média, encontra, no século XVIII, nesse calvinista, a máxima: “tempo é dinheiro”¹⁴.

Até meados do século XVIII a posse dos relógios feitos de metais preciosos ou portáteis era um sinal de luxo, um ornamento que conferia prestígio e *status*, sendo geralmente acessível apenas à *gentry*, aos mestres, aos fazendeiros e aos comerciantes (THOMPSON, 1998). Na Grã-Bretanha, na transição do século XVIII ao XIX, até os trabalhadores ora ou outra conseguiam comprar um relógio. Na verdade, “ocorria uma difusão

¹⁴ Pode-se citar, além de muitos outros, o rev. Oliver Heywood (1827), um incansável ministro britânico, que apresenta uma série de exortações acerca do tempo, tais como: “você já perderam muito tempo”, “preencha todo o seu tempo perdido com algo útil”, “ocupe totalmente esta mercadoria preciosa”, “os homens mais santos têm sido os mais cuidadosos do tempo, e os que têm sido os mais temerosos de perder uma polegada do tempo têm sido mais estimados” e “quanto mais os cristãos devem lamentar a perda de tempo? Uma vez ouvi um eminente ministro dizer: ‘Ele podia comer a carne de seu braço de indignação contra si mesmo por suas horas perdidas’” (pp. 118-120, tradução nossa).

geral de relógios portáteis e não portáteis no exato momento em que a Revolução Industrial requeria maior sincronização do trabalho” (THOMPSON, 1998, p. 279). Como bem lembra Mumford (1934), o “relógio não é apenas um meio de manter o controle das horas, mas também de sincronizar as ações dos homens” (p. 14, tradução nossa) – de sincronizá-las entre si e com as máquinas. Em meados do século XVIII, segundo Sennet (2011), não se dependia mais dos sinos¹⁵ das igrejas, pois se podia “saber o tempo matematicamente exato onde quer que se estivesse, ao alcance da vista ou do ouvido de uma igreja ou não: o tempo deixara assim de depender do espaço” (p. 40).

Em síntese, o uso dos relógios cada vez mais deixa de ter por função principal diferenciar indivíduos, demarcando-lhes certo *status*, e passa a ser utilizado para segmentar e controlar o tempo dos indivíduos, tornando-se o relógio um objeto por meio do qual era possível exercer poder sobre si – ao organizar o próprio tempo – e exercer poder sobre os outros – ao regular as atividades de outrem enquanto o ponteiro se desloca.

3.3 A SOCIEDADE DISCIPLINAR E O TEMPO

Na Inglaterra, com o avanço do capitalismo, deu-se uma transformação econômica importante durante o século XVIII. Se nos séculos XVI e XVII a riqueza era essencialmente constituída pela fortuna de terras, por espécies monetárias ou eventualmente por letras de câmbio, no século XVIII a riqueza passou a se investir materialmente em mercadorias, estoques, máquinas, oficinas, matérias-primas etc. Desta maneira, a riqueza tornou-se diretamente exposta à depredação e à pilhagem pelos trabalhadores, pelos desempregados, pela população de gente pobre e pelos camponeses que, nesse momento, já não tinham mais terra para cultivar (FOUCAULT, 2003, 1979).

Nessa mesma época, com a multiplicação da pequena propriedade, a divisão e a delimitação das propriedades, as terras comuns nas quais todos podiam morar e cultivar desapareceram impulsionando, assim, não só o deslocamento de grandes populações do campo para as cidades, como também o aumento de camponeses desempregados e, conseqüentemente, o crescimento da pilhagem (FOUCAULT, 2003).

¹⁵ Isso não significa que os sinos, nessa época, desapareceram das fábricas. Eles continuam sendo um elemento importante no dia-a-dia dos trabalhadores, ora ao lado dos relógios, ora substituído pelos relógios. No século XIX, por exemplo, o porteiro responsável pela entrada e saída dos operários estava presente na porta que, geralmente, tinha em cima um “sino ou relógio” (PERROT, 1988b, p. 66).

Surgiu, portanto, a necessidade de instaurar novos mecanismos de controle para proteger a riqueza investida materialmente e as propriedades redistribuídas espacialmente. Para tanto, a classe industrial e a classe dos proprietários de terras se apropriaram de uma forma de poder de origem popular já existente e que se caracterizava pelo controle social, pela vigilância e pela ortopedia social – um poder que agia não só sobre o sujeito, mas também em relação às virtualidades do sujeito (FOUCAULT, 2003). Desta forma, mediante deslocamentos e transformações surge uma nova versão deste poder, a que Foucault (2010a) denomina de poder disciplinar. É por meio dele que essa massa heterogênea e dispersa será fixada e ligada aos aparelhos de produção¹⁶.

É preciso lembrar que no final do século XVIII o mundo ainda era essencialmente rural, sendo que na Inglaterra a população urbana só ultrapassou a população rural pela primeira vez em 1851 (HOBSBAWM, 1977). Se o mundo agrícola era lento, os mundos do “comércio e das manufaturas, e das atividades intelectuais e tecnologias que os acompanhavam, eram seguros de si e dinâmicos” (HOBSBAWM, 1977, p. 35). A indústria expandia-se por intermédio do sistema doméstico, no qual

[...] os trabalhadores – em alguns casos, antigos artesãos independentes, em outros, antigos camponeses com tempo de sobra nas estações estereis do ano – trabalhavam a matéria-prima em suas próprias casas, com ferramentas próprias ou alugadas, recebendo-a e entregando-a de volta aos mercadores que estavam a caminho de se tornarem patrões (HOBSBAWM, 1977, p. 53).

No período inicial da industrialização, o grosso da expansão era desse tipo e não por meio das fábricas. Mas à medida que as fábricas foram se tornando o centro da produção, tornou-se necessário conseguir mais trabalhadores e, além disso, discipliná-los de tal forma que esses se tornassem submissos e obedientes:

Em primeiro lugar, todo operário tinha que aprender a trabalhar de uma maneira adequada à indústria, ou seja, num ritmo regular de trabalho diário ininterrupto, o que é inteiramente diferente dos altos e baixos provocados pelas diferentes estações no trabalho agrícola ou da intermitência autcontrolada do artesão independente. A mão-de-obra tinha também que aprender a responder aos incentivos monetários. Os empregadores britânicos daquela época, como os sul-africanos de hoje em dia, constantemente

¹⁶ Trata-se, segundo Foucault (2010a), de “organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de impor uma ‘ordem’” (p. 143). As instituições, assim, apresentam uma disciplina geral da existência que ultrapassa amplamente suas finalidades precisas. A fábrica, por exemplo, não serve apenas para produzir bens, mas para controlar e produzir corpos úteis e dóceis. O que está em jogo é transformar o corpo dos homens em força de trabalho, de formá-lo, reformá-lo, corrigi-lo, torná-lo apto, qualificá-lo enquanto corpo capaz de produzir (FOUCAULT, 2003).

reclamavam da “preguiça” do operário ou de sua tendência para trabalhar até que tivesse ganho um salário tradicional de subsistência semanal, e então parar. A resposta foi encontrada numa draconiana disciplina da mão-de-obra (multas, um código de “senhor e escravo” que mobilizava as leis em favor do empregador etc.), mas acima de tudo na prática, sempre que possível, de se pagar tão pouco ao operário que ele tivesse que trabalhar incansavelmente durante toda a semana para obter uma renda mínima (HOBSBAWM, 1977, p. 67).

O trabalhador não deveria mais produzir apenas o necessário para suas necessidades; deveria também aprender a trabalhar por tempo e pelo dinheiro, e isso no ritmo que lhe fosse imposto. Weber (1983) ressalta que essa transformação de mentalidade não se deu sem dificuldades, sendo que algumas estratégias falharam tal como a elevação da remuneração que provocou um decréscimo e não um aumento da produção como se esperava:

[...] um homem que à razão de um marco por acre, ceifa dois acres e meio por dia, ganhando dois marcos e meio, quando a razão é aumentada para 1,25 marcos por acre, ceifa, não três acres, mas somente dois acres, continuando deste modo a ganhar os dois marcos e meio a que estava acostumado. A oportunidade de ganhar mais era menos atrativa do que a de trabalhar menos. Ele não se perguntava: quanto posso ganhar por dia se trabalhar tanto quanto possível, mas, quanto devo trabalhar a fim de ganhar o salário, dois marcos e meio, que ganhara anteriormente e que era suficiente para minhas necessidades tradicionais? (WEBER, 1983, p. 38).

Tornou-se necessário introduzir o tempo no aparelho de produção, buscando-se apreendê-lo quase que em sua totalidade. Não era mais possível que o trabalhador ditasse o ritmo e os períodos do exercício laboral, nem que esse tempo fosse orientado pela natureza. O tempo deveria estar sob o controle dos patrões de tal forma que a presença e a ausência de cada trabalhador pudessem ser previstas e acompanhadas. Era preciso que o tempo mensurável, aquele para o qual os relógios contribuíram muito para ser difundido, pudesse ser transformado em objeto negociável. Só assim, o tempo poderia ser uma mercadoria a ser comprada e revendida.

Perrot (1988a) ressalta que a o processo de mecanização “não responde a necessidades técnicas, mas basicamente disciplinares” (p. 19). Na verdade, segundo propõe a historiadora, a substituição da mão-de-obra operária pelas máquinas cumpre duas funções: a disciplinarização e libertar o capital da dependência do trabalhador. Com a introdução do maquinário o patronato pôde se assenhorar da totalidade do processo de produção, tornando-se quase que independente dos operários de ofício, que eram mais qualificados e exigentes e, além disso, faziam greve; conseguiam, assim, livrar-se dos operários “turbulentos e

preguiçosos”, daqueles, que como em Paris no final dos anos 1820, se recusavam a trabalhar mais de três dias na semana e, além disso, empregavam homens jovens, mulheres e crianças sem experiência que se submetiam mais facilmente ao controle (PERROT, 1988a).

A resistência dos trabalhadores – a domicílio, rurais ou urbanos – à mecanização, seja de forma explícita como no caso do ludismo, seja de forma mais velada por meio da sabotagem, não pode ser identificada como uma recusa sistemática ao progresso técnico como demonstram Perrot (1988a) e Hobsbawm (1981). Trata-se da luta contra a submissão dos corpos à disciplinarização, à produtividade e seus ritmos e, mais do que isso, da luta em “defesa de um estilo de vida mais folgado e autônomo” (PERROT, 1988a, p. 36).

Foucault (2010a) percebe que se por um lado há a proliferação das instituições disciplinares – a fábrica, a prisão, a escola, o hospital, os hospitais psiquiátricos etc. –, estas não mantêm apenas os propósitos originais de “neutralizar os perigos, fixar as populações inúteis ou agitadas, evitar os inconvenientes de reuniões muito numerosas” (p. 198)¹⁷. Há o acréscimo de uma nova função: aumentar a utilidade possível dos indivíduos – treiná-los, modelá-los, aprimorá-los, adestrá-los de tal forma que seus corpos se tornem economicamente mais produtivos. Trata-se de submeter o corpo ao poder disciplinar, de tal forma que se torne dócil e que possa, assim, ser aperfeiçoado e utilizado. Mas o que são as disciplinas? São “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2010a, p. 133). São vários os recursos utilizados para a fabricação do sujeito trabalhador pelo poder disciplinar: o controle dos corpos, a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora, o exame, entre outros.

Com o controle dos horários, por exemplo, impõem-se atividades determinadas, pausas e ciclos de repetição. Impõem-se um ritmo, uma sequência cadenciada do conjunto de atos que compõe determinada ação e, dessa forma, o “tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 2010a, p. 146). Há horário para entrar na fábrica e para deixá-la, horário de almoço, de descanso e de retornar novamente às atividades. O tempo é controlado de forma ininterrupta, de tal maneira que nada se perca. Trata-se de constituir um tempo integralmente útil, livre de interrupções, perturbações e distrações (FOUCAULT, 2010a).

¹⁷ Um retrato interessante a respeito do temor e do espanto burguês com a multidão, considerada uma constante ameaça política e econômica, pode ser encontrado no livro *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*, de Bresciani (2008).

As instituições, na sociedade disciplinar, têm por objetivo a extração máxima do tempo. O dia, os meses, os anos, as décadas, enfim, toda a existência dos homens deve ser oferecida ao aparelho de produção. Segundo Foucault (2003), para que se forme a sociedade industrial é preciso não só que o tempo dos homens seja colocado no mercado, oferecido aos que o querem comprar, mas também é necessário que esse tempo seja transformado em tempo de trabalho. É por isso que, para o autor, no século XIX multiplicaram-se as instituições em que o tempo das pessoas se encontra controlado.

Uma das estratégias para apropriação cada vez mais intensa do tempo está na vigilância hierárquica. Estabelece-se no poder disciplinar um olhar dominador e vigilante, que não pode ser localizado em apenas um ponto. Esse olhar estende-se sobre todo o corpo social, multiplica-se, torna-se anônimo e funciona de forma automática e quase que constante (FOUCAULT, 2010a):

[...] se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina (FOUCAULT, 2010a, p. 170).

Na oficina, por exemplo, a rede do poder possui uma forma piramidal em que há um ápice, o qual não deve ser confundido como sendo a “fonte” nem o “princípio”. O olhar do patrão se multiplica por meio de prepostos, fiscais, controladores, contramestres, engenheiros, encarregados etc (FOUCAULT, 1979; 2010a). Cada um é observado pelo outro de forma recíproca e hierarquizada, o poder disciplinar manifesta-se de forma “discreta”, porém está sempre alerta (FOUCAULT, 2010a).

Não apenas “cada camarada torna-se um vigia” (FOUCAULT, 1979, p. 220), mas cada um passa a interiorizar esse olhar de vigilância a ponto de observar a si, exercendo essa vigilância sobre e contra si mesmo (FOUCAULT, 1979)¹⁸. O poder torna-se menos oneroso e

¹⁸ A distopia *1984*, de Orwell, traduz muito bem esta forma de funcionamento do poder. Ele exagera o elemento da vigilância de tal modo que essa se faz presente até nos espaços mais privados e recônditos. Por exemplo, na casa de Winston, o protagonista, havia um aparelho denominado teletela que “[...] recebia e transmitia simultaneamente. Qualquer barulho que Winston fizesse, mais alto que um cochicho, seria captado pelo aparelho; além do mais, enquanto permanecesse no campo de visão da placa metálica, poderia ser visto também. Naturalmente, não havia jeito de determinar se, num dado momento, o cidadão estava sendo vigiado ou não. Impossível saber com que frequência, ou que periodicidade, a Polícia do Pensamento ligava para a casa deste ou daquele indivíduo. Era concebível, mesmo, que observasse todo mundo ao mesmo tempo. [...] Tinha-se que viver – e vivia-se por hábito transformado em instinto – na suposição de que cada som era ouvido e cada movimento examinado, salvo quando feito no escuro” (ORWELL, 2005, pp. 6-7). Diante de tal vigilância,

mais eficaz – redução, portanto, do custo econômico e do custo político (FOUCAULT, 1979). O objetivo do poder, nesse caso, é que “mesmo tendo uma multiplicidade de homens a gerir, seja tão eficaz quanto se ele se exercesse sobre um homem só” (FOUCAULT, 1979, p. 214).

Pode-se dizer que, na primeira metade do século XIX, “as atividades urbanas haviam perdido qualquer vínculo com o tempo da natureza; de há muito se encontram subordinadas ao tempo abstrato, ao dia implacavelmente distribuído em 24 horas” (BRESCIANI, 2008, p. 17). A nova noção de tempo arranca, então,

[...] o homem da lógica da natureza, dos dias de duração variada de acordo com as tarefas a cumprir no decorrer das diversas estações do ano, e o introduz ao tempo útil do patrão, o tempo abstrato e produtivo, único concebido como capaz de gerar abundância e riqueza, e, mais importante ainda, o único capaz de constituir a sociedade disciplinarizada de ponta a ponta (BRESCIANI, 2008, p.18).

Assim, a ética protestante contribui para o desenvolvimento do capitalismo com um princípio moral cuja essência é negativa: a não-ociosidade – o desperdício do tempo é um pecado e todo ele deve ser dedicado a Deus (WEBER, 1983). Já as disciplinas, diferentemente, apresentam uma economia positiva: teoricamente, deve-se utilizar o tempo sempre de forma crescente: “[...] importa extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis” (FOUCAULT, 2010a, p. 148). Não se trata de evitar a ociosidade, mas de tornar cada parcela infinitesimal do tempo útil e proveitosa política e economicamente.

Winston a internalizou realizando ele mesmo a vigilância sobre si, pois “[e]ra terrivelmente perigoso deixar os pensamentos vaguearem num lugar público, ou no campo de visão duma teletela. A menor coisa poderia denunciá-lo. Um tique nervoso, um olhar inconsciente de ansiedade, o hábito de falar sozinho – tudo que sugerisse anormalidade, ou algo de oculto” (ORWELL, 2005, p. 63). Seus pensamentos, suas emoções, suas feições, seu comportamento, enfim, todos os seus atos eram permanentemente vigiados e controlados por ele. Orwell (2005) também se utiliza da vigilância multiplicada nos camaradas. Na verdade, ele faz mais do que isso. A vigilância em seu romance torna-se presente inclusive no seio familiar: “[...] as crianças eram sistematicamente atiradas contra os pais, e ensinadas a espioná-los e a denunciar os seus desvios. Dessa forma a família se tornara uma extensão da Polícia do Pensamento. Era um meio pelo qual todo mundo podia ser cercado, noite ou dia, por delatores que o conheciam intimamente” (ORWELL, 2005, p. 129). Winston, nesse sentido, reflete sobre sua vizinha: “Com aquelas horrendas crianças, pensou, essa pobre mulher deve levar uma vida de terror. Dali a um ano, ou dois, começariam a observá-la dia e noite, à cata de sintomas de heterodoxia” (ORWELL, 2005, p. 26).

3.4 O TEMPO E O TRABALHO: RESISTÊNCIAS E CONFLITOS

Perrot (1988b) descreve uma série de conflitos, entre os séculos XVIII e XX, em torno das regulamentações impostas aos trabalhadores pelos donos das fábricas. No século XVIII geralmente esses regulamentos contêm artigos prevendo “os horários, os intervalos, os feriados, a forma de demissão, às vezes disposições morais (proibição de lutarem, de levarem bebidas alcoólicas, de se darem apelidos...) e a natureza das penalidades previstas” (p. 58). Ao longo do século XIX, tais regulamentos que são a expressão da vontade patronal, multiplicam-se, tornam-se cada vez mais cerrados e tirânicos, cada vez mais implacáveis (PERROT, 1988b). Perrot (1988b) afirma que várias sanções estariam previstas nos regulamentos do século XIX, como multas

[...] em caso de faltas e atrasos, falhas de fabricação, mas também por deterioração das máquinas, brigas dentro ou na frente da fábrica, cachimbos mal apagados, “bagunças”, disputas, grosserias, conversas obscenas, maneiras indecentes; embriaguez, falatórios, deslocamentos fora do serviço, insolência em relação aos chefes, escritos nas paredes, etc. (p. 68).

Na França, para vigiar e exercer controle sobre os operários, o patronato recorreu, de início, aos quadros disciplinares tradicionais: o exército e a igreja. Depois, ao fim das guerras napoleônicas, muitos licenciados puderam ser empregados como contramestres, além de suboficiais que aos poucos se aposentavam (PERROT, 1988b). Estes eram responsáveis por manter a ordem, zelar pela disciplina e produtividade, podendo regular o ritmo de trabalho por meio das máquinas. Porém, como lembra Perrot (1988b), “nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente. Feito para triunfar sobre uma resistência, ele suscita imediatamente outra” (PERROT, 1988b, p. 55). Um dos exemplos é a greve dos curtidores de uma pequena aldeia próxima à Paris chamada Gentilly, em 1907, na qual o objeto de conflito era um regulamento que impunha “um horário fixo de entrada e saída, proíbe-lhes ir e vir à vontade, jogar cartas e beber vinho na oficina, como faziam até então, vinculados unicamente pelo cumprimento de sua tarefa” (p. 55). É possível citar ainda os jornais operários que, entre 1883 e 1890, no Norte da França, apresentava cartas dos trabalhadores que “denunciam de modo muito concreto os horários rigorosos demais, as multas excessivamente pesadas e sobretudo os contramestres, incapazes, tirânicos, intrigantes e lúbricos” (PERROT, 1988b, p. 73).

Perrot (1988b) aponta, na transição do século XIX para o XX, principalmente por parte dos jovens, mas também incluindo outros trabalhadores, um “constante absenteísmo, um índice elevado de *turn over*” (p. 73), além da dificuldade de encontrar mão-de-obra para determinados setores – indicações claras da resistência ao poder disciplinador que se apossa do tempo de forma exclusiva e exaustiva. O movimento de Primeiro de Maio, de 1906, por exemplo, lançou um ultimato pelas oito horas, mas fracassa; não, porém, sem produzir desdobramentos. Esse se traduziu “numa queda da produção e num aumento das operações-tartaruga, velha tática de luta contra a aceleração das cadências que tende a se generalizar nas sociedades industriais no início do século XX” (PERROT, 1988b, p. 74).

O primeiro Primeiro de Maio, o de 1890, por mais que tenha sido criação das correntes políticas mais organizadas¹⁹, acabou por ultrapassar o projeto de seus idealizadores, desencadeando uma onda de greves imprevistas (PERROT, 1988b). A reivindicação utópica da redução da jornada de trabalho para oito horas tomou o imaginário popular. Grandjouan, por exemplo, apresentou, para a capa da revista *L’assiette au beurre* (*A abastança*, de 28 de abril de 1906), um desenho em que estão três mulheres nuas, que encarnam os três oitos: oito horas de trabalho, oito horas de repouso, oito horas de lazeres.

Segundo SILVA (1996), a inspiração de Grandjouan vem das *Horas* da mitologia grega. Porém, as alterações realizadas por ele são notáveis e explicitam uma compreensão da relação entre tempo e trabalho diferente daquela dos antigos. Se na representação iconográfica das *Horas* pela mitologia grega estão presentes três jovens, tendo cada uma delas uma flor ou planta nas mãos, no desenho de Grandjouan “as três moças que seriam as horas – aparecem no primeiro plano, como se estivessem liderando uma multidão de trabalhadores, que armados e ameaçadores vêm logo atrás das três jovens” (SILVA, 1996, p. 21). A moça que representa as oito horas de sono (ao lado direito) “tem cabelos pretos, está com os olhos fechados e não traz nada na única mão visível” (SILVA, 1996, p. 21). A moça que representa as oito horas de lazer (a do meio) é uma “loura descontraída, com olhar distante e cabelos esvoaçantes [...]. Suas mãos não são visíveis, estão encobertas pelos dizeres representativos das horas de trabalho e das horas de sono”. E, por fim, a que serve de emblema para as oito horas de trabalho (à esquerda) “tem, ao contrário das outras, um aspecto viril, masculinizado; além disso, ela traz na cabeça um pano vermelho, à semelhança de um gorro de operário, e na mão

¹⁹ Como ressalta Perrot (1988c), não houve um grupo homogêneo no ato político do Primeiro de Maio de 1890. Na verdade, este surgiu como resultado de uma série de interesses nem sempre convergentes, como os dos anarquistas e dos guesdistas, além daqueles específicos dos diversos segmentos dos trabalhadores. Enquanto os primeiros pretendiam fazer a Revolução apoiando-se no povo mais pobre e despossuído, por meio de ações mais violentas, os segundos pretendiam um movimento mais canalizado, contido e ordenado, fundando-se nos grandes batalhões do proletariado industrial (cf. PERROT, 1988c).

direita, uma picareta – seu instrumento de trabalho. O seu olhar é inquisidor!” (SILVA, 1996, p. 21).

Pode-se dizer que a jornada das oito horas, a demanda por mais tempo livre, foi o grande mote do Primeiro de Maio de 1890 (PERROT, 1988c). As greves – tática operária para alcançar mudanças no dia-a-dia de trabalho – já tinham alcançado resultados antes. Em 1848, por exemplo, na França, conquistou-se o dia de onze horas; em 1936, as primeiras férias remuneradas; em 1968, a quarta semana de férias e em 1982, a quinta (PERROT, 1988c).

3.5 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: DAS DISCIPLINAS AO CONTROLE

Em sua obra maior, Taylor (1990) dirige-se especificamente contra algumas formas de resistência operária, dentre elas a “matação de tempo”, a “vagabundagem” e a “preguiça operária”. Seu objetivo é “aumentar a eficiência” (p. 21), evitando diversas formas de desperdício como, por exemplo, o “hábito de fazer cera” (p. 27), bastante comum aos trabalhadores. Ele propõe uma série de estratégias e técnicas como a substituição dos velhos instrumentos por outros mais modernos e padronizados que eram fornecidos pela empresa, a intensificação do vínculo entre salário e produção, a simplificação das tarefas, a gestão da personalidade do trabalhador, e, em especial, a medição do trabalho pela cronometragem (cf. TAYLOR, 1990). Trata-se, no caso dos contramestres, como lembra Perrot (1988b), de substituir os berros ao estilo de um sargento pelo “frio rigor dos cronometristas de camisa branca” (p. 79). Dessa forma, a disciplina transforma-se, torna-se mais sutil e também mais eficaz.

É por intermédio de Taylor, Ford, Fayol, Gantt, dentre outros, que o racionalismo irá atingir um campo até então pouco afetado: o trabalho (MOTTA, BRESSER-PEREIRA, 2004). Pode-se dizer que o sistema Taylor-Ford, que se estabelece e se torna hegemônico ao longo das cinco primeiras décadas do século XX (HELOANI, 2002), revela-se como o grande representante da aplicação das disciplinas ao trabalhador. Porém, como ressalta Deleuze (1992), após a Segunda Guerra Mundial a sociedade disciplinar entra em crise, dando lugar, pouco a pouco, a um novo tipo de sociedade: a sociedade de controle. Gaulejac (2007) afirma a esse respeito:

As técnicas de gerenciamento perdem seu caráter disciplinar. A vigilância não é mais física, mas comunicacional. Se, sob certos aspectos a vigilância continua, graças aos crachás magnéticos, aos laptops, aos computadores, aos bips, ela não é mais direta. Ela incide de preferência sobre os resultados do trabalho do que sobre suas modalidades. Se a liberdade aumenta em relação às tarefas a cumprir, ela encontra a contrapartida de uma exigência drástica sobre os resultados. Trata-se não tanto de regulamentar o emprego do tempo e de quadricular o espaço, e sim de obter uma disponibilidade permanente para que o máximo de tempo seja consagrado à realização dos objetivos fixados e, além disso, a um engajamento total para o sucesso da empresa. Trata-se, portanto, sempre de constituir um tempo integralmente rentável (p. 110).

A disciplina torna-se cada vez mais invisível e interiorizada. Pois, se “os operários do início do século XIX ficavam desconcertados com o trabalho; nós ficamos desconcertados com a liberdade! Nosso contramestre é nossa consciência” (PERROT, 1988b, p. 80). Ou, como nota Gaulejac (2007), o “gestionário não suporta as férias. É preciso que o tempo seja útil, produtivo e, portanto, ocupado. A desocupação lhe é insuportável” (p. 79). Além disso, tem-se também a penetração das ciências humanas, em especial da psicologia, nas relações industriais. Como consequência, os “especialistas, suas medições e testes ocuparam o lugar dos porteiros e das multas. Seu julgamento tem a imperiosidade da ciência” (PERROT, 1988b, p. 80).

É possível citar ainda, a partir dos anos 1980, o duplo movimento de internacionalização e de financeirização da economia que, impulsionadas pelas empresas multinacionais, trouxe profundas mudanças no trabalho (GAULEJAC, 2007). Uma nova palavra de ordem impõe-se, sendo possível ver no Sistema Toyota de Produção, de Ohno (1997), sua expressão e modelo. Trata-se da nova ênfase dada no mundo do trabalho em torno de algo denominado flexibilidade (BERNARDO, 2009; cf. GASPARINI, 1996, sobre as tendências atuais em torno da flexibilidade do tempo de trabalho).

A flexibilidade, compreendida enquanto liberdade e desregulamentação para o capital, significa, para os trabalhadores, disponibilidade para o “deslocamento, horários irregulares, trabalho noturno, desorganização da vida familiar e de seus ritmos biológicos” (GAULEJAC, 2007, p. 57). Os horários de trabalho, por exemplo, não são mais suficientes para dar conta das exigências impostas ao trabalhador e, assim, “a fronteira entre o tempo de trabalho e o tempo fora do trabalho vai tornar-se cada vez mais porosa” (GAULEJAC, 2007, p. 111).

Com as novas tecnologias da comunicação, o tempo passa a ser imediatamente preenchido por outra atividade. Como ressalta Gaulejac (2007), as “perdas de tempo ligadas aos trajetos, às esperas, aos contratempos são ocupados para resolver problemas

momentâneos, para fazer alguns telefonemas, para encontros, para completar notas em seu computador” (GAULEJAC, 2007, p. 111). Assim, o trabalhador passa a pertencer a um universo da autonomia controlada em que não se trata mais de estar disponível durante as horas de trabalho, mas de estar disponível permanentemente. Nesse sentido, ele afirma:

A redução dos custos leva a uma colonização progressiva do espaço-tempo íntimo por preocupações profissionais. Colonização legitimada pela urgência, pela exigência de reatividade imediata. O agente não é desapossado de seu tempo pessoal, mas possuído pelo tempo de seu trabalho. Não se trata de uma exigência autoritária, mas de uma consequência lógica de seu desejo de sair-se bem e ter sucesso (GAULEJAC, 2007, p. 113).

Em síntese, pode-se dizer que o tempo, a partir do século XVIII, torna-se cada vez mais objeto de controle nas relações de poder. Ao longo deste capítulo, pôde-se perceber que a vida humana cada vez mais deixa de ser guiada pelas necessidades biológicas ou pelos ritmos da natureza, tornando-se estruturada e organizada a partir do dispositivo do tempo. Segundo Gaulejac (2007), as atuais representações do tempo

[...] são prisioneiras de uma obsessão da medida de um tempo abstrato, de uma concepção entre um início e um fim. Elas se encontram, definitivamente, descoladas do tempo da vida humana. Elas obrigam os homens a sofrer um tempo abstrato, programado, ao contrário de suas necessidades. A temporalidade do trabalho leva a impor ritmos, cadências, rupturas que se afastam do tempo biológico, do tempo das estações, do tempo da vida humana. A medida abstrata do tempo permite desligá-lo das necessidades fisiológicas ou psicológicas: o sono, o alimento, a procriação, o envelhecimento etc. O indivíduo submetido à gestão deve adaptar-se ao “tempo do trabalho”, às necessidades produtivas e financeiras. A adaptabilidade e a flexibilidade são exigidas em mão única: cabe ao homem adaptar-se ao tempo da empresa e não o inverso (pp. 78-79).

Pergunta-se, então, se o dispositivo do tempo, tal qual apresentado entre os séculos XVIII e meados do século XX, mantém-se ainda na aurora do século XXI, em que o controle faz-se mais importante do que as disciplinas. Questiona-se ainda, quais as formas de resistência e de subjetivação estariam presentes na atualidade ao uso-econômico-do-tempo. Com estas questões, aponta-se a necessidade de análises do presente, que permitam compreender o dispositivo do tempo em suas metamorfoses e consequências para a constituição de novos sujeitos trabalhadores. É justamente isto que será feito no quinto capítulo quando será abordada a forma pesquisador a partir do dispositivo do tempo. Antes, porém, é necessário abordar os modos de constituição do sujeito, tema do próximo capítulo.

4 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

Em um de seus últimos escritos, Foucault (1995) esclarece que o tema geral de suas pesquisas não é o poder, mas o sujeito. Para ele, mesmo que suas obras tenham tratado de temas tão diversos, tinham em comum o objetivo de “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231). Portanto, centralidade do sujeito enquanto tema de investigação.

Assim, rompendo com toda a filosofia que apresenta o sujeito como constituinte, ou seja, como “senhor pleno e criador de seus atos, entendido como um *cogito* de tipo cartesiano, completo, imutável como consciência de si e de seus atos, livre, autônomo” (ARAÚJO, 2008, p. 94), Foucault pensa o sujeito como sendo constituído ao longo da história, “modelado a cada época pelo dispositivo e pelos discursos do momento, pelas reações de sua liberdade individual e por suas eventuais ‘estetizações’”(VEYNE, 2011, p.178).

Tentar esclarecer o que são, para Foucault, os processos de objetivação e de subjetivação do indivíduo é uma tarefa arriscada. Mesmo naqueles comentadores mais reconhecidos e já legitimados é possível perceber que o uso dos termos é, muitas vezes, impreciso, quando não contraditório. Talvez, porque, como nota Fonseca (2003), sua utilização na obra de Foucault não permite a definição de um sentido único, sendo que “por vezes parecem designar fenômenos semelhantes, por vezes diferentes aspectos de um mesmo fenômeno e, por vezes, ainda, fenômenos distintos” (FONSECA, 2003, p. 23). Ainda assim, tal empreitada justifica-se por serem noções importantes para a compreensão daquilo que Foucault entende por constituição do sujeito. Pretende-se, portanto, neste capítulo, ao menos uma especificação, certo delineamento dessas expressões.

4.1 OBJETIVAÇÃO

Dreyfus e Rabinow (1995), no capítulo intitulado “A Genealogia do Indivíduo Moderno como Objeto”, afirmam que, em *Vigiar e punir*, Foucault teria por objeto de estudo “as práticas de objetivação de nossa cultura” (p. 159). Portanto, quais seriam essas “práticas de objetivação” descritas e analisadas por Foucault?

Ao abordar a tecnologia disciplinar, Foucault (2010a) propõe que o homem foi feito, ao mesmo tempo, objeto de dominação e de saber. Nas disciplinas, o poder incide especialmente sobre o corpo, moldando-o por meio da “manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 2010a, p. 133). Pretende-se, mediante as disciplinas, forjar um corpo dócil, útil economicamente e politicamente obediente, um corpo que pode ser “submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2010a, p. 132).

Enquanto técnicas de dominação, as disciplinas caracterizam-se por estabelecer um modo peculiar de “organizar o espaço, de controlar o tempo, de vigiar e registrar continuamente o indivíduo e sua conduta” (MUCHAIL, 2004, p. 61). Se por um lado, um de seus efeitos é a produção de indivíduos habilidosos e obedientes, por outro, engendrado nelas, emergem as ciências do homem.

Foucault (2010a) descreve como as disciplinas transformaram a massa amorfa e confusa dos homens do início do século XVII em “quadros vivos”, em “diagramas” de inteligibilidade (cf. o exemplo dos soldados, no exército, em FOUCAULT, 2010a, p. 131). Não só foi introduzida a ordem, mas, ao fabricarem corpos úteis, as disciplinas produziram, também, saberes. Ao observar, registrar, comparar, diferenciar, hierarquizar, classificar, valorar, as disciplinas individualizam, permitindo medir os desvios e tornando úteis as diferenças (FOUCAULT, 2010a).

Dentre as várias técnicas utilizadas pelas disciplinas, o exame seja, talvez, a que permita visualizar de forma mais explícita o exercício simultâneo de técnicas de poder e de saber. Ao combinar as técnicas da vigilância hierárquica e da sanção normalizadora²⁰, o exame “manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam” (FOUCAULT, 2010a, p. 177).

Três aspectos do exame merecem ser destacados. Em primeiro lugar, o ele inverte a economia da visibilidade no exercício do poder. No exame, o poder disciplinar “se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória” (FOUCAULT, 2010a, p. 179). É pela possibilidade de estar sendo visto a qualquer momento que o poder mantém sujeito o indivíduo. A visibilidade não afeta mais quem exerce o poder, como acontecia na civilização grega antiga ou no regime feudal, a

²⁰ Nas disciplinas, a sanção normalizadora ocupa o espaço vazio deixado pelas leis, tendo por objetivo diferenciar os indivíduos e penalizando as faltas mais leves ao estabelecer uma “infrapenalidade”. Se diante do poder jurídico se é culpado ou inocente, diante da norma se é normal ou anormal (FOUCAULT, 2010a; ARAÚJO, 2008).

visibilidade se torna “descendente”, lançando mais luz e individualizando aqueles sobre os quais o poder mais se exerce.

Depois, em segundo lugar, após dar visibilidade ao indivíduo, o exame o faz entrar num campo documentário que o capta e o fixa, constituindo-o enquanto objeto descritível e analisável. Como consequência, torna-se possível

[...] a constituição de um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa “população” (FOUCAULT, 2010a, p. 182).

É pela troca do eixo político da individualização associada à normalização, da substituição da “individualidade do homem memorável pela do homem calculável” (FOUCAULT, 2010a, p. 184), que as disciplinas tornam possível o surgimento das ciências do homem. Para Foucault (2010a), o nascimento das ciências humanas não é um momento muito glorioso, sendo que o “homem conhecível (alma, individualidade, consciência, comportamento, aqui pouco importa) é o efeito-objeto desse investimento analítico, dessa dominação-observação” (FOUCAULT, 2010a, pp. 288-289).

Por fim, e em terceiro lugar, o exame, por meio de suas técnicas documentárias, faz de cada indivíduo um “caso”. De acordo com a definição de Foucault (2010a), o caso é “o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc.” (p. 183). Com o “caso”, a transcrição por escrito das existências deixa de funcionar como um processo de heroificação e passa a “funcionar como processo de objetivação e de sujeição” (FOUCAULT, 2010a, p. 183).

Pode-se depreender, portanto, que a expressão “objetivação do sujeito” diz respeito à constituição do indivíduo enquanto efeito-objeto de técnicas de saber entrecruzadas com técnicas de poder. Para Araújo (2008), a objetivação do sujeito em práticas epistêmicas é evidenciada em *As palavras e as coisas*, enquanto que a objetivação do sujeito por práticas disciplinares é evidenciada em *Vigiar e punir*. Assim, o uso do termo objetivação pode ressaltar a produção, mediante o exercício do poder, de indivíduos dóceis e úteis; ou pode, por meio das ciências humanas e sociais, enfatizar a produção do indivíduo enquanto objeto do conhecimento.

4.2 SUBJETIVAÇÃO

Foucault (2012f) apresenta uma definição sucinta de subjetivação, segundo a qual esta seria “o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si” (p. 256). Dessa forma, ele estabelece que há diversos modos de subjetivação que são, é claro, diferentes de cultura para cultura, de época para época.

A constituição do indivíduo moderno enquanto sujeito é tratada por Foucault em *A vontade de saber*, quando, segundo Dreyfus e Rabinow (1995), ele “justapõe as tecnologias do sujeito e da subjetivação à análise anterior das tecnologias do objeto e da objetivação [expostas em *Vigiar e punir*]” (p. 186). Neste estudo, Foucault (1988) se depara com uma nova problemática: “a das ‘tecnologias do eu’ e o poder a elas conectado, o poder pastoral” (ARAÚJO, 2008, p. 124), sendo impelido a levar suas pesquisas para épocas anteriores a fim de compreender outros modos de constituição do sujeito. É o que ele faz em *O uso dos prazeres* e em *O cuidado de si*, quando aborda o estilo de vida grego e a cultura greco-latina respectivamente.

4.2.1 As “artes da existência”

Em *O uso dos prazeres*, Foucault (1984) analisa a cultura grega clássica do século V ao início do século III a.C., detendo-se mais especificamente no século IV, abordando documentos, geralmente prescritivos, de filósofos e médicos sobre a estilização sexual. Assim, ele constata a ausência de descrições detalhadas das atividades sexuais dos gregos. Também não estavam presentes especificações estritas do que seria legítimo, permitido ou normal. Existiam, sim, recomendações, conselhos sobre como constituir uma vida bela (FOUCAULT, 1984).

Diferentemente da experiência cristã e da moderna ciência da sexualidade que se preocupam com a morfologia da atividade sexual, a medicina, a filosofia e a moral gregas colocam em evidência a dinâmica dos atos de prazer. A questão ética colocada pelos gregos não é, segundo Foucault (1984), “quais desejos? Quais atos, quais prazeres? Mas: com que força se é levado ‘pelos prazeres e pelos desejos’” (p. 57).

Essa dinâmica pode ser analisada por intermédio de duas variáveis. A primeira diz respeito à intensidade da atividade expressa no número e na frequência dos atos. Trata-se do problema do excesso dos intemperantes. A questão levantada é: trata-se de uma prática moderada ou incontinente? A segunda variável pode ser designada por “papel” ou “polaridade”. Tem-se o papel “ativo” – daquele que penetra, reservado aos homens adultos e livres –, e o papel “passivo” – do parceiro-objeto, reservado às mulheres e também, em alguns casos, a outros objetos de prazer: os rapazes e os escravos. Portanto, na prática dos prazeres sexuais, nessa moral feita de homens para homens, o excesso e a passividade revelam-se como sendo as duas formas de imoralidade (FOUCAULT, 1984).

Nessa forma de moral dos gregos, caracterizada pela estilização da existência, o indivíduo se constitui como sujeito ético por meio de “uma atitude e de uma procura que individualizam sua ação, que modulam e que até podem dar um brilho singular pela estrutura racional e refletida que lhe confere” (FOUCAULT, 1984, p. 77). Portanto, a constituição ética do sujeito não se dá pela normalização nem pela sujeição a uma lei universal, mas por meio de uma *techné* que, considerando princípios gerais escolhidos deliberadamente, guia a “ação no seu próprio momento, de acordo com o contexto e em função de seus próprios fins” (FOUCAULT, 1984, p. 77).

Uma noção bastante importante é a de *enkrateia*, ou seja, “uma forma ativa de domínio sobre si que permite resistir ou lutar e garantir sua dominação no terreno dos desejos e dos prazeres” (FOUCAULT, 1984, p. 80). Aquele que estabelece o domínio de si por si, por meio de uma relação agonística consigo mesmo, constitui-se como sujeito virtuoso. Essa relação que o indivíduo instaura de si para consigo em forma de “dominação-obediência” é o que, segundo Foucault (1984), se denomina de estrutura “heautocrática” (p. 87).

Para governar os outros, para exercer a política, é necessário que antes, por intermédio do exercício (*askesis*), o indivíduo tenha se ocupado de si (*epimeleia heautou*). O governo dos outros é fundamentado no governo de si:

Um princípio geralmente admitido é o de que quanto mais se for visado, mais se tiver ou se quiser ter autoridade sobre os outros, mais se busca fazer de sua vida uma obra resplandecente, cuja reputação se estenderá longe e por muito tempo, mais será preciso se impor, por escolha e vontade, princípios rigorosos de conduta sexual (FOUCAULT, 1984, p. 75).

A liberdade é então compreendida enquanto a condição de não ser escravo de si mesmo. Na verdade, a liberdade é mais do que “uma liberação que tornaria o indivíduo independente de qualquer coerção exterior ou interior; na sua forma plena e positiva ela é

poder que se exerce sobre si, no poder que se exerce sobre os outros” (FOUCAULT, 1984, p. 99).

Não é a partir de um código moral que o homem grego guia sua conduta tal como poderá ser visto, mais tarde, nas sociedades ocidentais cristãs, mas por princípios exigentes e austeros livremente escolhidos. Trata-se de se conduzir e de “usar os prazeres” enquanto uma arte de viver. Foucault (1984) assim sintetiza:

[...] a exigência de austeridade implicada pela constituição desse sujeito senhor de si mesmo não se apresenta sob a forma de uma lei universal, à qual cada um e todos deveriam se submeter; mas, antes de tudo, como um princípio de estilização da conduta para aqueles que querem dar à sua existência a forma mais bela e mais realizada possível (p. 315).

Cabe ressaltar, conforme Billouet (2003), que o essencial da ética grega está na “elaboração do tempo no uso *oportuno* dos prazeres (Dietética) e na manutenção da estrutura hierárquica de toda a gente da casa (Econômica)” (p. 190). Ou seja, a subjetivação nos gregos não se dá por meio de uma moral dos códigos, mas pela relação de si para consigo, mediante o “cuidado com o *seu* tempo” (p. 190).

Foucault (2010c) situa a emergência do cuidado de si na reflexão filosófica no *Alcebiades*, de Platão. Afirma ainda que é possível perceber nesse texto-paradigma três contornos que caracterizam o cuidado de si nesse momento designado por ele de socrático-platônico. Em primeiro lugar, o imperativo do cuidado de si recai sobre os jovens aristocratas que estão destinados a exercer o poder. Há, portanto, uma idade privilegiada, um período crucial para o cuidado de si. Em segundo lugar, ocupar-se consigo tem por finalidade o governo da cidade, o governo de si (ética) está atrelado ao governo dos outros (política). E, por fim, uma terceira condição ou limitação é a de que esse cuidado de si socrático-platônico tem como forma principal o conhecimento de si, ocupar-se consigo mesmo é conhecer-se (*gnôthi seautón*).

Realizando um salto temporal, Foucault (1985), em *O cuidado de si*, passa a analisar a cultura greco-latina nos dois primeiros séculos da era cristã, ressaltando, em comparação ao período anterior apresentado, uma intensificação na austeridade sexual na reflexão moral. Isso acontece, segundo ele, sem se desenvolver uma legislação coercitiva e geral dos comportamentos morais, sem um estreitamento do código que define os atos proibidos. O que ocorre é a “insistência sobre a atenção que convém ter para consigo mesmo” (FOUCAULT, 1985, p. 46) permitindo ao sujeito, por meio desta relação para consigo, constituir-se enquanto sujeito de seus atos.

Portanto, nesse mundo helenístico e romano, há o crescimento, ou melhor, o apogeu de uma espécie de “individualismo”. Sob este termo, Foucault (1985) distingue três sentidos diferentes:

[1] a atitude individualista, caracterizada pelo valor absoluto que se atribui ao indivíduo em sua singularidade e pelo grau de independência que lhe é atribuído em relação ao grupo ao qual ele pertence ou às instituições das quais ele depende; [2] a valorização da vida privada, ou seja, a importância doméstica e ao campo dos interesses patrimoniais; e, finalmente, [3] a intensidade das relações consigo, isto é, das formas nas quais se é chamado a se tomar a si próprio como objeto de conhecimento e campo de ação para transformar-se, corrigir-se, purificar-se, e promover a própria salvação (FOUCAULT, 1985, p. 48).

Logo, é ao terceiro deles que ele se refere para abordar o desenvolvimento de uma “cultura de si”, em que as relações de si para consigo são intensificadas e valorizadas. Ainda que o tema do cuidado de si, do ocupar-se consigo mesmo (*heautou epimeleisthai*), seja antigo na cultura grega, é apenas nos dois primeiros séculos da época imperial que a arte da existência (*techne tou biou*) passa a ser dominada pelo princípio do “cuidado de si”.

Assim, esse tema consagrado por Sócrates²¹ é retomado pela filosofia e transformado, tornando-se um imperativo que, progressivamente, adquire um alcance geral, circulando entre numerosas doutrinas diferentes. O cuidado de si não está mais restrito, tal como no período anterior analisado, a uma época específica da vida, nem se destina apenas a alguns de certo *status*. Cabe lembrar que essa generalização tem restrições, a arte de viver sob o signo do cuidado de si não foi um fenômeno de massa, mas esteve restrita a apenas alguns grupos sociais. Estes, que atendiam a determinadas condições culturais, econômicas e sociais, diferenciavam-se da grande massa, dos numerosos (*hoi polloí*), daqueles que são absorvidos pelas exigências e demandas da vida (FOUCAULT, 1985; 2010c).

O cuidado de si implica um labor que requer tempo. É necessário reservar parte do dia, ao longo da vida, para voltar-se para si mesmo, é necessário tempo de ócio (FOUCAULT, 1985; BILLOUET, 2003; MUCHAIL, 2011). Consagrar esse tempo para si também não significa abster-se de todas as atividades, pois, como ressalta Foucault (1985):

Esse tempo não é vazio: ele é povoado por exercícios, por tarefas práticas, atividades diversas. Ocupar-se de si não é uma sinecura. Existem os cuidados com o corpo, os regimes de saúde, os exercícios físicos sem excesso, a satisfação, tão medida quanto possível, das necessidades. Existem

²¹ Para uma explanação mais profunda das transformações ocorridas no “cuidado de si”, desde Sócrates até aquilo que Foucault denominou de “momento cartesiano”, consultar Foucault (2010c) e Muchail (2011).

as meditações, as leituras, as anotações que se toma[m] sobre os livros ou conversações ouvidas, e que mais tarde serão relidas, a rememoração das verdades que já se sabe mas de que convém apropriar-se ainda melhor [...]. Existem também as conversas com um confidente, com amigos, com guia ou diretor; às quais se acrescenta a correspondência onde se expõe o estado da própria alma, solicita-se conselhos [...] (pp. 56-57).

Foucault (1985) faz notar que o cuidado de si era um princípio válido “todo o tempo e durante toda a vida” (p. 53). Além de ser permanente, havia uma preocupação, uma espécie de urgência, talvez até pressa, que exigia que não se poupassem tempo e esforços para se constituir, para se transformar.

Se no *Alcebíades* o eu era o objeto do cuidado de si que tinha por finalidade a cidade, agora, o “eu aparece tanto como objeto do qual se cuida, algo com que se deve preocupar, quanto, principalmente, como finalidade que se tem em vista ao cuidar-se de si” (FOUCAULT, 2010c, p. 77). O cuidado de si não gravita mais em torno da cidade, mas passa a girar em torno do próprio eu, trata-se de uma “atividade que encontra seu desfecho, sua completude e sua satisfação, no sentido forte do termo, somente no eu, isto é, naquela atividade que é exercida sobre si” (FOUCAULT, 2010c, p. 160). Além disso, outra mudança importante está no imperativo do conhecimento de si que deixa de figurar no primeiro plano para integrar-se no interior de um conjunto bem mais vasto. O conhecimento de si torna-se, portanto, apenas um dos elementos de uma série de práticas de si (FOUCAULT, 2010c).

4.2.2 A subjetivação na modernidade

Em *A vontade de saber* Foucault apresenta a tese de que “a sexualidade foi inventada como um instrumento-efeito na expansão do poder” (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 185). Nessa obra, a sexualidade é compreendida enquanto a construção histórica, datada do século XVIII, que permitiu ao biopoder estender “sua rede aos menores movimentos do corpo e da alma, através da construção de uma tecnologia específica: a confissão do sujeito individual” (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 186).

A confissão pode ser compreendida, segundo Candiotti (2010), enquanto “o ato verbal pelo qual o indivíduo, mediante reconhecimento sobre o que é ou fez, ata-se à sua verdade na relação de dependência a outrem, modificando assim a relação que tem consigo” (p. 72). Para Foucault, a confissão acerca da própria sexualidade é uma tecnologia do eu que apresenta a

promessa de revelar a verdade sobre si mesmo, sobre o eu mais profundo. Ela funciona por intermédio de duas instâncias: aquele que confessa e aquele que ouve, ou seja, o perito que, ao interpretar e decifrar os significados ocultos, modula a subjetividade do confessor (DREYFUS e RABINOW, 1995; FONSECA, 2003).

Pela tecnologia da confissão, o indivíduo é persuadido de que é possível conhecer a si mesmo, expondo, assim, os ouvidos atentos do médico, do psiquiatra, do psicanalista, entre outros, à práticas e fantasias antes ocultas. Dessa forma, a confissão se estendeu pela rede social na forma de um imperativo, deve-se falar sobre si – seus atos, seus desejos, seus pecados, seu sexo etc. O resultado foi uma explosão discursiva, organizada e controlada pela ciência do sexo (FOUCAULT, 1988; DREYFUS e RABINOW, 1995).

Se as tecnologias disciplinares produzem “corpos mudos e dóceis” (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 192), as tecnologias do eu incitam a falar. Por meio desses dois tipos de tecnologias, “o indivíduo [moderno] tornou-se um objeto de conhecimento para si mesmo e para os outros, um objeto que fala a verdade sobre si mesmo, a fim de se conhecer e ser conhecido; um objeto que aprende a operar transformações em si mesmo” (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 192).

Da difusão das disciplinas emergiu certo número de ciências sociais e da expansão da tecnologia confessional surgiu uma grande quantidade de ciências interpretativas. Nestas, o Outro – o especialista do significado – deve pela decifração da fala de seu confessor constituir um discurso de verdade que não é neutro, pois produz efeitos na subjetividade daquele que o recebe (DREYFUS e RABINOW, 1995; ARAÚJO, 2008).

É por meio da confissão, que se extrai e se produz uma verdade sobre o “si mesmo”. Trata-se de um tipo de subjetivação mediante a qual o indivíduo é constituído, segundo Foucault (1995), enquanto sujeito, nos dois sentidos da palavra: sujeitado pelo controle e dependência ao outro que produz a verdade sobre este “si mesmo” pela interpretação, e também sujeitado a pensar a si mesmo enquanto sujeito, ou seja, dotado “de um eu específico, do fundo do qual brotam ações individuais” (ARAÚJO, 2008, p. 128).

Portanto, a subjetivação do indivíduo moderno dá-se de um modo sujeitado, já que a produção da verdade sobre si “prescinde da relação consigo, sendo dependente de tecnologias imanentes aos mecanismos de saber-poder” (CANDIOTTO, 2010, pp. 72-73). O dispositivo da sexualidade²² favorece, enfim, uma única forma de verdade: a científica (ARAÚJO, 2008).

²² Foucault (1988), ao apresentar a genealogia do dispositivo da sexualidade, descreve como este estabelece relações estratégicas que podem ser percebidas nos saberes e práticas de médicos, psicólogos, pedagogos, entre

É por meio dos discursos científicos que o sujeito recebe uma identidade que lhe é imposta e a qual é ligado coercitivamente.

4.2.3 Subjetivação ética e subjetivação jurídica

Segundo Foucault (1986), é preciso distinguir entre os atos e os códigos morais. Se por um lado, o termo moral pode designar a “regra de conduta”, ou seja, um conjunto de valores e regras de ação, de caráter prescritivo, que é proposto aos indivíduos e aos grupos por meio de instituições; por outro, pode também designar o comportamento – de obediência ou resistência – adotado pelos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos, referindo-se, neste caso, à moralidade dos comportamentos.

Ao tratar do significado do termo moral, Foucault (1986) acrescenta ainda o aspecto ético, ou seja, “a maneira pela qual se deve constituir a si mesmo como sujeito moral, agindo em referência aos elementos que constituem o código” (FOUCAULT, 1986, p. 34). Pensar na constituição do sujeito moral é, portanto, pensar nos elementos envolvidos nos processos de subjetivação (FOUCAULT, 1986; FONSECA, 2003).

O primeiro desses elementos é a “determinação da substância ética” que, de acordo com Foucault (1986), compreende a “maneira pela qual o indivíduo deve constituir tal parte dele mesmo como matéria principal de sua conduta moral” (p. 34).

Ao circunscrever tal “região” do sujeito, foco das ações morais, pode-se pensar acerca do segundo elemento, ou seja, dos “modos de sujeição”, “à maneira pela qual o indivíduo estabelece sua relação com essa regra e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática” (p. 35). É diante de um preceito moral que o obriga a agir de determinada forma que o indivíduo fará uma ideia de si próprio (FONSECA, 2003). Foucault (1986) exemplifica os “modos de sujeição” a partir do tema da prática da fidelidade conjugal:

Pode-se, por exemplo, praticar a fidelidade conjugal e se submeter ao preceito que a impõe por reconhecer-se como parte do grupo social que a aceita, e que a proclama abertamente, e que dela conserva o hábito silencioso; porém, pode-se também praticá-la por considerar-se herdeiro de uma tradição espiritual a qual se tem a responsabilidade de preservar ou de fazer reviver; como também se pode exercer essa fidelidade respondendo a

outros, que “ao visarem ao que é mesmo o indivíduo, acabam tendo efeito de poder, no sentido de discipliná-lo, corrigi-lo, normalizá-lo, encaixá-lo em uma instituição” (ARAÚJO, 2008, p. 88).

um apelo, propondo-se como exemplo ou buscando dar à vida pessoal uma forma que corresponda a critério de esplendor, beleza, nobreza ou perfeição (p. 35).

O terceiro elemento refere-se às formas da “elaboração do trabalho ético” que se efetua sobre si mesmo. Trata-se dos diferentes atos utilizados pelo sujeito para se “transformar a si mesmo em sujeito moral de sua própria conduta” (FOUCAULT, 1986, p. 35). Mais do que conformar o seu comportamento à regra, importa moldar a si próprio enquanto sujeito moral de sua própria conduta.

Por fim, o quarto e último elemento é a finalidade, a “teleologia” do sujeito moral. Para Foucault (1986), é preciso ver na ação um elemento de um todo maior, a ação singular só é moral por integrar a conduta moral. Segundo ele, “não existe ação moral particular que não se refira à unidade de uma conduta moral; nem conduta moral que não implique a constituição de si mesmo como sujeito moral” (FOUCAULT, 1986, p. 37). Assim, a teleologia considera não somente a ação pontual em resposta a um código, mas um modo de ser, um constituir-se enquanto sujeito moral ao longo do tempo (FOUCAULT, 1986; FONSECA, 2003).

Assim, toda moral comporta, para Foucault (1986), dois aspectos: um voltado para o código e outro para a ética. Enquanto que as reflexões morais na Antiguidade grega ou greco-romana parecem privilegiar as práticas de si, as “morais cristãs” parecem acentuar a importância do código moral. Se naquelas é dada maior importância “às formas das relações consigo, aos procedimentos e às técnicas pelas quais são elaboradas, aos exercícios pelos quais o próprio sujeito se dá como objeto a conhecer, e às práticas que permitam transformar seu próprio modo de ser” (p. 39), nessas, a “subjetivação se efetua, no essencial, de uma forma quase jurídica, em que o sujeito moral se refere a uma lei ou a um conjunto de leis às quais ele deve se submeter sob pena de incorrer em faltas que o expõe a um castigo” (p. 38), evidenciando, assim, a importância dada à autoridade que impõe o código.

Não é sem motivos que Foucault escolhe o mundo grego do século IV a.C e o mundo greco-romano dos séculos I e II d. C. Em ambos, ele percebe a constituição ética do sujeito moral, ressaltando formas de subjetivação que se diferenciam grandemente daquelas que estão presentes na constituição do indivíduo moderno. Fonseca (2003) ressalta que enquanto a ética é o elemento essencial na constituição do sujeito antigo, no sujeito constituído na atualidade a ética é um elemento ausente, de modo que o “sujeito moderno, sendo produto da normalização empreendida pela disciplina, não tem, no processo de sua constituição, a marca da relação consigo que caracteriza a ética” (FONSECA, 2003, p. 139).

Portanto, é por meio da norma, e não da ética – compreendida enquanto relação de si para consigo –, que o indivíduo moderno é constituído enquanto sujeito. O que Foucault propõe ao indivíduo, em seus últimos textos, é a necessidade de, no presente, “construir uma ética que represente uma possibilidade de constituição de si, diferente daquela que faz dele um objeto e um sujeito” (FONSECA, 2003, p. 140).

Se no presente, o poder “categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o a sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade” (FOUCAULT, 1995, p. 235), por meio da “relação consigo que resiste aos códigos e aos poderes” (DELEUZE, 2005, p.111) é possível escapar às determinações totalizantes do poder. Sempre há margem, diante das normas e códigos, para elaborar a própria conduta, para assenhorar-se de seus atos, transformando o modo de ser (ARAÚJO, 2008).

Segundo Veyne (2011), Foucault nos últimos meses de vida refletia acerca do trabalho de si para consigo que permitia construir um eu fora dos modelos e códigos impostos. Ele ressaltava, ao abordar os gregos, que o indivíduo, mediante práticas de si, de modos alternativos de subjetivação “impõe sua marca à prescrição” (ARAÚJO, 2008, p. 140).

4.2.4 Subjetivação e estetização

Veyne (2011) propõe distinguir subjetivação de estetização. Enquanto as subjetivações seriam sofridas, em oposição, as estetizações teriam o caráter de espontaneidade, uma “iniciativa de uma ‘transformação de si por si próprio’” (VEYNE, 2011, p. 180). Para ele, Foucault constata, por volta de 1980, técnicas que trabalham sobre o eu, somando-se, assim, as já estudadas técnicas aplicadas às coisas e aquelas que se dirigem para os outros:

Como a revolta ou a submissão, a estetização em pauta é uma iniciativa da liberdade. Tipos humanos, estilos de vida como o estoicismo, o monarquismo, o puritanismo ou o militantismo, são, imagino, estetizações. Não são modos de ser impostos pelo dispositivo, pelas objetivações do meio ambiente; ou, ao menos, elas ‘exageram’, de tal modo que podemos considerá-las invenções, escolhas individuais que não se impunham por si mesmas (VEYNE, 2011, p. 181).

Para exemplificar, Veyne (2011) recorre a um trecho de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, de Weber, no qual este resalta que o puritano “queria” ser o homem

de uma vocação e profissão, denotando uma estetização da existência, enquanto que posteriormente, ser um homem de vocação e profissão tornou-se uma “obrigação”, uma subjetivação engendrada e exigida pelo capitalismo.

Apesar da sugestão de Veyne (2011) – de diferenciar processos de subjetivação e de estetização –, opta-se, neste trabalho, em ver na estetização uma forma alternativa de subjetivação àquela proposta pelo poder na modernidade. Para justificar tal escolha, cabe apreciar o movimento de pensamento de Foucault.

Na década de 1970, Foucault trabalha arduamente naquilo que ele designa por “eixo do poder”. Nessa época, ele compreende o sujeito enquanto produto objetivo de dispositivos de poder-saber. Em *Vigiar e punir* e em *A vontade de saber*, por exemplo, o filósofo descreve um poder que “talha indivíduos à sua medida, fixando-lhes identidades predefinidas” (GROSS, 2010, p. 461). É como se Foucault dissesse que a identidade é formatada pelo exterior, produzida de forma imposta – não sem resistências, é claro (GROSS, 2010).

Na década de 1980, às técnicas de dominação – Poder – e às técnicas discursivas – Saber –, Foucault acrescenta as técnicas de si – Ética - que permitiriam ao sujeito se autoconstituir (GROSS, 2010; CANDIOTTO, 2010). Esta mudança de foco pode indicar, como já dito, que Foucault estava interessado em outras formas de subjetivação que não aquelas presentes na modernidade. Assim, tomar-se como obra de arte, não seria algo outro que não uma forma de subjetivação que escaparia, em partes, ao poder individualizante e totalizador. O caminho apontado por Foucault estaria na resistência, expressa por novas formas de subjetivação por meio do governo de si por si mesmo.

5 O DISPOSITIVO DO TEMPO E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO PESQUISADOR

Os capítulos anteriores foram redigidos para subsidiar as reflexões a respeito da constituição do sujeito pesquisador a partir do dispositivo do tempo. Cabe lembrar que pensar acerca do poder aqui não é tentar defini-lo ou classificá-lo, mas compreender as estratégias mediante as quais se dá o seu exercício. Trata-se, de certa maneira, de descrever sua cartografia, de apontar algumas de suas facetas sem se esquecer, no entanto, que seu funcionamento é dinâmico, repleto de reviravoltas.

Nesse sentido, o dispositivo do tempo, proposto no terceiro capítulo, revela-se como um operador metodológico bastante útil ao facilitar a apreensão de algumas das estratégias de exercício do poder. Não é demais relembrar que se existem relações de poder é porque também há espaço para práticas de liberdade. É inserido em uma rede de relações de poder, marcada por pontos móveis – por nós que se deslocam – que o pesquisador é constituído, tanto por meio de processos de objetivação quanto de subjetivação – assunto tratado no capítulo anterior.

Portanto, é diante do dispositivo do tempo que emerge, enquanto efeito, a forma pesquisador. Certamente esse não é o único dispositivo envolvido na constituição do sujeito pesquisador. Porém, dada a sua forte presença na produção de existências, ou seja, de modos de agir, sentir, dizer, pensar e desejar, opta-se por abordá-lo nesta pesquisa.

Como já explicitado na introdução, as reflexões contidas neste capítulo têm por orientação o método genealógico, que pode ser compreendido enquanto um procedimento explicativo. Importa, nessa metodologia, ressaltar o mutável, as discontinuidades, as transformações, a singularidade dos acontecimentos, o antagonismo das estratégias. Não se trata, desse modo, de descrever a essência do pesquisador – já que esta não existe –, mas de sinalizar as peças por meio das quais, imerso em relações de poder, o pesquisador é constituído.

5.1 A ESCOLA-UNIVERSIDADE: UMA INSTITUIÇÃO DE SEQUESTRO DA EXISTÊNCIA

Em *Vigiar e punir*, Foucault (2010a) afirma que a sociedade disciplinar estabelece “quadros vivos” (p. 143). Um dos elementos dos quadros é a sua moldura. É ela que estabelece os limites, as bordas, as linhas de diferenciação entre o que está contido e o que não está contido, entre o de dentro e o de fora, entre o mesmo e o outro.

O pesquisador é alguém que está e se mantém dentro de certa moldura-dispositivo, é alguém que dela recebe contornos. A análise das entrevistas realizadas tanto pelo próprio autor deste trabalho quanto daquelas realizadas por Gois (2012, 2013) permite perceber que a maioria dos pesquisadores tem sua trajetória profissional restrita à universidade. Mais do que isso, antes mesmo do exercício profissional, o futuro pesquisador já tem seu tempo capturado pelas instituições de ensino. Tal fato é percebido inclusive pelos familiares dos docentes-pesquisadores: “Meu pai fala isso: você entrou na escola e nunca mais saiu” (LISPECTOR, 2011)²³. De fato, a vida do pesquisador é apreendida por instituições de sequestro²⁴, especialmente a escola-universidade.

É na escola-universidade que se cria um tempo que é dedicado à formação do estudante-pesquisador. Na sociedade brasileira, a própria legislação tem por objetivo garantir

²³ Na introdução afirmou-se que para garantir o anonimato dos entrevistados optou-se por fazer uso de pseudônimos. Nas entrevistas realizadas pelo próprio pesquisador, os entrevistados aparecem sob os pseudônimos Angelico, Botticelli, Bruegel, Giotto, Lippi, Michelangelo e Ticiano. Já nas entrevistas realizadas por Gois (2013), foram utilizados os pseudônimos Austen, Chistie, Lispector, Meireles, Roberts, Sanzio e Woolf.

²⁴ Nos Estudos Organizacionais, Vieira, Machado e Oliveira (2006) cunham o conceito de “sequestro emocional” para fazer referência à “retenção do empregado, que é emocionalmente coagido a se engajar em uma ação social corporativa, que normalmente ocorre fora do seu local e horário de trabalho, cujo resgate é a execução de um trabalho voluntário, logo não remunerado, utilizado para melhorar a imagem da organização. Nessa situação, o empregado é privado da liberdade e de autonomia sobre o seu tempo livre e não tem noção clara do que está fazendo, pois a ação social fora dos limites geográficos da organização tem por objetivo eliminar desigualdades sociais, enquanto um silêncio absoluto reina sobre as desigualdades intramuros. Formas de extorsão implícitas nessa situação coexistem e podem estar representadas pela ameaça sobre a ascensão na carreira, feita pelos superiores e pelos colegas de trabalho ou pela definição de espaços de poder na organização” (p. 120). O uso do termo “sequestro” neste trabalho aproxima-se daquele feito por Vieira, Machado e Oliveira (2006) ao enfatizar o aspecto de apropriação do tempo e do corpo do trabalhador. Há, porém, algumas distinções importantes. Em primeiro lugar, não se trata de falar de tempo livre e tempo de trabalho remunerado, mas de tempo capturado pelo exercício do poder. Em segundo lugar, não existe a especificidade de uma coação emocional, mas, para além desta, trata-se de uma dominação mediante a qual algo – o tempo, o corpo, a existência – é não só retido, mas também apropriado e utilizado de forma produtiva. Para Foucault (2003), as instituições no século XVIII teriam por função principal a exclusão dos marginais ou o reforço da marginalidade, enquanto que as instituições no século XIX em diante teriam por finalidade a inclusão e a normalização. Ou seja, enquanto aquelas excluía os indivíduos do círculo social, estas têm por “função ligar os indivíduos aos aparelhos de produção, formação, reformatão ou correção de produtores. Trata-se, portanto, de uma inclusão por exclusão” (FOUCAULT, 2003, p. 114). Enfim, as instituições de sequestro, segundo Foucault (2003), realizam a extração da totalidade do tempo e o controle dos corpos ligando-os, fixando-os e incluindo-os no sistema normalizador.

que parte do tempo das crianças e adolescentes seja vivenciado na escola. De acordo com a Lei nº. 9.394/96, mais conhecida por Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, **obrigatório** e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – **progressiva extensão da obrigatoriedade** e gratuidade ao ensino médio (grifos nossos).

Essa tomada da existência começa cedo, alguns já vão para as creches nos primeiros meses de vida. Permanecer na escola ao longo do ensino fundamental (primário e ginásio), do ensino médio, do cursinho pré-vestibular, da graduação, da especialização, da pós-graduação (mestrado e doutorado) e, algumas vezes, até do pós-doutorado é quase que um pré-requisito para ser feito pesquisador.

Em cada uma dessas etapas, estende-se um domínio sobre o tempo. Mais do que adquirir conteúdos, é necessário que o aluno esteja corporalmente presente na escola-universidade. Ainda na Lei nº. 9.394/96, por exemplo, há a seguinte prescrição:

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo, independentemente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

[...]

§ 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

Trata-se de ligar os corpos a um aparelho que cumpre as funções de ensino, disciplina e controle. Dos 365 dias do ano, em aproximadamente 200 deles o aluno e o professor devem estar imersos no ambiente escolar. Há um refinamento normativo, pois desses 200 dias, exige-se, em cada disciplina, um mínimo de frequência por parte do aluno. É lugar-comum, não só no ensino superior, que mais de 25% de ausências em determinada matéria resulte em reprovação. É o que pode ser lido, a título de exemplo, no Regimento Geral da Universidade Estadual de Maringá (2009):

Art. 37. Nos cursos de graduação, a verificação do rendimento escolar deve ser feita por componente curricular, abrangendo sempre os aspectos **assiduidade** e eficiência, **ambos de caráter eliminatório**.

§ 1º. **Entende-se por assiduidade a frequência de, no mínimo, 75% da carga horária presencial de cada componente curricular.**

§ 2º. **Não há abono de faltas adotando-se o regime de atividades domiciliares nos casos previstos em lei** (p. 7, grifos nossos).

Sanzio (2011), ao rememorar o período de faculdade, ressalta o quanto de tempo de sua vida era ali dedicado: “a minha vida girava em torno disso, o curso era integral, na faculdade eu tinha aula das oito ao meio dia e das duas às seis da tarde, de segunda a sexta-feira, tanto que os quatro anos de faculdade eu não consegui trabalhar, tive realmente que cumprir isso” (SANZIO, 2011).

É assim que a máquina-escola²⁵ garante que sua “matéria-prima” tenha sua forma de pensar, agir e desejar moldada segundo seus desígnios. Motta (1981) ressalta esta função modeladora da escola: “Inculcar atitudes e disposições morais é próprio da instituição educacional, qualquer que seja a sua clientela” (p. 40). O aluno – embrião de pesquisador – é disciplinado a dedicar grande parte de seu tempo a permanecer dentro de um espaço específico exercitando-se em determinadas atividades. Desse modo, para dar forma ao futuro pesquisador é necessário que esse tempo capturado seja ocupado e preenchido por meio de uma série de exercícios como as aulas, os estágios, as práticas de laboratório, os projetos de iniciação científica, as monitorias etc.

De estudante a professor, de professor a pesquisador, uma longa jornada deve ser percorrida. Diferentemente da sociedade disciplinar em que o tempo era cronometrado e as ações eram coordenadas em uma sequência e em um ritmo pré-estabelecidos, na contemporaneidade, o tempo passa a ser controlado por outras estratégias. O tempo-fração, aquele recortado em parcelas cada vez menores – meses, semanas, dias, horas, minutos, segundos etc. –, é agora, também, tempo-totalidade, um tempo que passa a ser apreendido de forma mais ampla, mais extensa. Todo segundo é importante, mas também, e acima de tudo, toda a existência passa a estar sob a ação do dispositivo do tempo. A entrevista com Ticiano (2014) retrata essa apropriação longitudinal do tempo: “Férias, férias é complicado. O que a gente tenta fazer é... acho que nos últimos dez anos tirei uns dez dias [...]. Você tem prazos a vencer, e tem que fazer; então acaba trabalhando todo dia, todo dia mesmo” (TICIANO, 2014).

Ao ingressar como docente na Universidade Estadual de Maringá, o indivíduo torna-se um funcionário público e algumas leis passam a incidir sobre ele. Nelas, há uma série de

²⁵ Deleuze (1992) faz corresponder a cada tipo de sociedade um tipo de máquina: “as máquinas simples ou dinâmicas para as sociedades de soberania, as máquinas energéticas para as disciplinas, as cibernéticas e os computadores para as sociedades de controle” (p. 220). Ele, no entanto, ressalva que as máquinas em si não explicam nada, sendo preciso “analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte” (p. 220). É nesse contexto mais específico, ou seja, dos agenciamentos, que o termo máquina-escola é utilizado aqui. Trata-se, desta maneira, de ressaltar o aspecto produtor do dispositivo escolar, de destacar a positividade da escola enquanto capaz de formar alunos.

prescrições que tem por efeito desapropriá-lo de seu tempo. Antes, porém, de ocupar esse tempo, é necessário garanti-lo. Tal intuito está expresso na Lei Estadual nº. 6.174/70 quando esta se refere aos requisitos a serem avaliados no estágio probatório:

Art. 43 - Estágio probatório é o período de dois anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

§ 1º Os requisitos de que trata este artigo são os seguintes:

- I – idoneidade moral;
- II – **assiduidade**;
- III – disciplina;
- IV – eficiência (grifos nossos).

Findo o estágio probatório, sendo aprovado, o docente, então, alcança a estabilidade. É neste momento que ele torna-se um funcionário efetivo do Estado do Paraná. Nesta condição, ele só pode, por essa lei, “art. 135 - [...] ser demitido em virtude e sentença judicial ou de decisão em processo administrativo, em que se lhe tenha assegurada ampla defesa”. Uma vez aprovado, gera-se no funcionário docente a expectativa de que ele dedique o resto de sua vida ao seu trabalho na instituição. A própria aposentadoria só poderá ser obtida em três casos, conforme o art. 138: (1) por invalidez; (2) a pedido, depois de trinta e cinco anos de serviço; e (3) compulsoriamente, aos setenta anos de idade.

Uma das formas de garantir a presença do docente no local de serviço ou mesmo no desenvolvimento de suas atividades é atrelá-la ao salário, tal como está expresso na mesma lei:

Art. 160 - O funcionário perderá:

- I – o vencimento ou remuneração do dia se não comparecer ao serviço, salvo motivo previsto em lei ou moléstia comprovada, e acordo com as disposições deste Estatuto;
- II – um terço do vencimento ou remuneração do dia, quando comparecer ao serviço com atraso máximo de uma hora, ou quando se retirar antes de findo o período de trabalho;
- III – um terço do vencimento ou remuneração, durante o afastamento por motivo de prisão preventiva, pronúncia por crime comum, denúncia por crime funcional, condenação recorrível por crime inafiançável ou processo no qual não haja pronúncia, com direito à diferença, se absolvido;
- IV – dois terços do vencimento ou remuneração durante o período de afastamento em virtude de condenação por sentença definitiva, a pena de que não resulte em demissão.

São, portanto, deveres do funcionário a assiduidade e a pontualidade (cf. Art. 43, já citado, e Art. 279). Mas não basta garantir a presença do funcionário, é preciso que o tempo

apreendido não esteja ao dispor dele para que ele faça o uso que bem entender. É preciso criar um tempo puro, coordenando as ações do funcionário e inibindo o uso não produtivo do tempo. Assim,

Art. 285 - Ao funcionário é proibido:

[...]

XIV – entreter-se nos locais e horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço;

XV – deixar de comparecer ao trabalho sem causa justificada;

XVI – atender pessoas estranhas ao serviço, no local de trabalho, para o trato de assuntos particulares;

[...]

XIX – incitar greves e aderir a elas;

XX – exercer comércio entre os colegas.

Tal zelo para que o tempo remunerado seja devidamente aproveitado chega ao ponto de limitar o número de dias de afastamento considerado de efetivo exercício até nos casos de luto:

Art. 128 Será considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

[...]

III – luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, até oito dias.

Tempo, portanto, que para ser considerado de efetivo exercício tolera apenas minimamente – oito dias – a ausência não produtiva do funcionário. Mais do que isso, exige que após esse período ele retorne e retome seu trabalho. Mesmo a Licença Sabática de 6 meses, que o docente pode gozar após cumprir 7 anos de efetivo exercício de suas funções, não é um período destinado ao descanso²⁶ tal como seu nome dá a entender, pois de acordo com a Lei Estadual nº. 11.713/97,

Art. 18º. [...]. Parágrafo único. A concessão da Licença Sabática tem por finalidade o afastamento do docente para a realização de estudos e aprimoramento técnico-profissional, de acordo com as normas estabelecidas pelas Instituições Estaduais do Ensino Superior.

²⁶ Teologicamente, a guarda do sétimo dia da semana, o *shabbāt*, é expressa em termos positivos, “seis dias farás a tua obra, mas ao sétimo dia descansarás” (Êx 23.12; 31.15), e em termos negativos, “o sétimo dia é o sábado, [nele] não [...] farás nenhum trabalho” (Êx 20.10). Harris (1998) elenca diversos motivos para a guarda do sábado, dentre eles dois aqui são mais relevantes: primeiro, após seis dias de trabalho, Deus descansou, sendo o clímax da criação não a criação do homem, mas o dia de descanso. O sábado seria, portanto, “um convite ao regozijar-se com a criação de Deus e reconhecer a soberania divina sobre o nosso tempo” (HARRIS, 1998, p. 1522); e segundo, o sábado seria “uma estipulação social ou humanística que concede um dia de descanso àqueles que trabalham sob as ordens de alguém” (HARRIS, 1998, p. 1522). Portanto, o sábado, ao menos no seu significado religioso, faz referência ao “parar de trabalhar” e ao “descanso”.

E como esse tempo de efetivo exercício é ocupado? No Paraná, essa mesma lei estabelece a carreira do Magistério Público do Ensino Superior estruturando-a em cinco classes:

Art. 3º. [...]

- I – Professor Auxiliar, níveis A, B, C e D;
- II – Professor Assistente, níveis A, B, C e D;
- III – Professor Adjunto, níveis A, B, C e D;
- IV – Professor Associado, níveis A, B e C;
- V – Professor Titular.

Ao avançar na carreira, partindo da classe de Professor Auxiliar, as atribuições mínimas previstas são crescentes em quantidade e complexidade:

Art. 3º [...]

§ 2º Os docentes terão as seguintes atribuições mínimas, respeitada a titulação:

- I – Professor Auxiliar: exercício das atividades de ensino, participação em atividades de pesquisa ou extensão, em caráter coletivo ou individual. Seleção e orientação de monitores. Orientação de monografias de cursos de graduação e participação na gestão acadêmica e administrativa;
- II – Professor Assistente: além das atribuições da classe de Professor Auxiliar, atividades de ensino em cursos de pós-graduação *lato sensu*, elaboração de projetos de pesquisa ou elaboração e coordenação de projetos de ensino e extensão. Orientação de alunos de pós-graduação *lato sensu* ou bolsista de iniciação científica ou aperfeiçoamento e participação em banca de concurso público para a classe de Professor Auxiliar ou Assistente;
- III – Professor Adjunto: além das atribuições da classe e Professor Assistente, atividades de ensino em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, coordenação de projetos de pesquisa, orientação de alunos de pós-graduação *stricto sensu*, participação em banca de concurso para a classe de Professor Assistente ou Adjunto;
- IV – Professor Associado: além das atribuições da classe de Professor Adjunto, consolidação de uma linha de pesquisa e elaboração de uma proposta teórico-metodológica em sua área de conhecimento, participação em concurso público para a classe de Professor Adjunto ou Professor Associado;
- V – Professor Titular: além das atribuições da classe de Professor Associado, coordenação de pesquisa e desempenho acadêmico de grupos de produção de conhecimento e participação em bancas de concurso para as classes de Professor Associado ou Titular.

A progressão na carreira depende tanto da comprovação do título de mestre, de doutor ou livre-docente, como também de uma avaliação de desempenho. Além disso, é necessário que aquele que tem esses requisitos mínimos observados espere entre as ascensões de nível interstícios de 2 anos (cf. Art. 4º a 14).

Em função da titulação que possui, o docente faz jus à gratificação mensal (cf. Art. 16). Desse modo, alguns docentes sentem-se estimulados a dedicarem ainda mais tempo de suas vidas em sua formação, obtendo o título de mestre, doutor ou livre-docente ainda não conquistado. Porém, o incentivo financeiro mais chamativo refere-se ao regime de dedicação exclusiva, ou seja, quando o funcionário fica proibido de exercer cumulativamente outro cargo, função ou atividade particular de caráter profissional ou público de qualquer natureza (cf. Art. 58, da Lei Estadual nº. 6.174/70). Neste caso, para se enquadrar no regime de dedicação exclusiva é necessário desenvolver projetos de pesquisa ou extensão:

Art. 17 O vencimento básico do regime de dedicação exclusiva em qualquer uma das classes é equivalente ao vencimento básico com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais na classe correspondente acrescido do percentual de 55.0% (cinquenta e cinco por cento).

Parágrafo único. Para o ingresso e permanência no regime de dedicação exclusiva os professores deverão, obrigatoriamente, estar em consecução de projetos de pesquisa ou extensão, além de atender ao estabelecido na lei e nas normas da Instituição de Ensino Superior (Lei Estadual nº. 11.713/97).

Para além de garantir uma jornada de trabalho delimitada, objetiva-se obter exclusividade quanto à existência do indivíduo ou, pelo menos, com relação à parte mais produtiva da mesma. Trata-se de algo muito além de jornada de trabalho, trata-se da própria vida. Um dos entrevistados, nesse sentido, afirma: “[...] eu diria que trabalhei nesses últimos 24 anos no mínimo doze horas por dia, de segunda a domingo [...]. Eventualmente tiro férias, porque legalmente você tem que tirar. Mas geralmente é uma semana ou um pouco mais no final de ano, ou quando vai para Congresso, aproveito um pouco [...]” (ANGELICO, 2014). Assim, os dias, semanas, meses e anos são exaustivamente preenchidos²⁷.

Abaixo, a rotina do pesquisador Giotto (2014) descrita por ele mesmo revela a incidência dessas linhas de força que, pouco a pouco, apropriam-se do tempo de descanso, do tempo de férias:

²⁷ O imperativo de que o tempo seja útil e produtivo não se restringe ao espaço da universidade. Foi possível, em uma das entrevistas com um dos pesquisadores, visualizar como o dispositivo do tempo o atravessa e constitui, dando-lhe contornos que o fazem pensar que o tempo deve ser produtivo não apenas no âmbito da academia, mas também fora dela: “Então eu entendo que um aspecto em que a nossa cidade melhorou em muito é essa visão, acho que é a coisa de que a pessoa tem que estar sempre sendo útil em algum lugar. Eu, por exemplo, acho um péssimo exemplo, você passa na praça e tem uns velhinhos jogando dominó lá. Eu particularmente acho que isso é inutilidade. Você tinha que estar fazendo alguma coisa. Pode jogar dominó, pode tomar uma cerveja, mas eu vejo assim: que tem gente que fica o dia todo sem fazer absolutamente nada. A grande contribuição que eles vão dar vai ser o quê? Vai ser morrer, e aí a aposentaria deles volta pro Governo para fazer alguma outra coisa. Essa vai ser a única contribuição que o cara vai dar. Então eu acho que as pessoas têm que estar sempre trabalhando, no sentido de estar sempre envolvido com alguma coisa. Eu acho o fim da picada o cara ficar o dia inteiro jogando dominó na praça ou ficar fazendo coisas parecidas” (GIOTTO, 2014).

[...] Mas em geral a rotina é: eu levanto de manhã, venho pra cá, hoje eu dei aula pela manhã, agora passei praticamente a tarde toda resolvendo assunto administrativo. Então às vezes eu pego final de semana que eu trabalho de sábado, eu trabalho de sábado das oito até as seis da tarde, até as cinco da tarde. Então, eu trabalho no sábado para colocar em dia as horas. Domingo à noite também. Às vezes, eu trabalho um pouco, além da semana, para colocar em dia os trabalhos. Porque não adianta você ficar avesso, você tem um domingo a tarde ou um domingo à noite, você vai ficar sem fazer nada sabendo que isso vai te custar, na segunda feira, uma sobrecarga. Então o pessoal sempre dá uma organizada. Nas férias eu trabalho também, no sentido de que às vezes aproveito as férias para escrever um artigo, e tal. Então, para mim, estar de férias significa não estar aqui, mas não significa necessariamente estar sem trabalhar. Porque você hoje, como pesquisador, está sempre chegando serviço. Às vezes em semana de Natal o CNPq manda projetos, e você tem que analisar... Você é pesquisador. Então a gente nunca para. Você está num hotel lá, acessa a internet, tem artigo, ele foi mandado para corrigir, um aluno está com a tese e manda, então você nunca para (GIOTTO, 2014).

Não se trata mais de cumprir uma jornada específica de trabalho, exige-se que se vá além. A jornada previamente estabelecida é o mínimo, é apenas o limite inferior. É isso que aponta a entrevistada Woolf (2011):

[...] atualmente tem muitos cursos de pós-graduação dentro da biologia, então quando vai abrir um concurso dentro da biologia para professor são sessenta candidatos para uma ou duas vagas, não vou conseguir, não vou conseguir. Consegue, só que você tem que ser dedicado, você não pode ser um profissional e essa dedicação atualmente se baseia assim: você não pode ser um profissional de oito horas. Você tem que ser um profissional de doze ou quatorze horas, aí você vai além, aí você consegue, a biologia não é uma função de bater cartão. A pesquisa não é uma profissão de bater cartão. Você não pode estar escrevendo uma coisa e dar cinco e meia da tarde, deu meu horário de ir embora então estou indo, vou desligar o computador, porque aí você não vai para frente, então é nesse sentido (WOOLF, 2011).

Os efeitos do dispositivo do tempo podem ser percebidos no próprio desejo do pesquisador que passa a solicitar aos outros e a si um trabalho mais intenso. Deixa de ser necessária uma coerção explícita para que o tempo seja capturado e para que a produtividade aumente. É o próprio pesquisador que passa a se interessar em produzir mais. O que antes fugia à regra, que era excepcional, agora, torna-se comum, pois foi normalizado. Dessa forma, além dos mecanismos extrínsecos de exigência, há, também, por parte dos pesquisadores o estabelecimento de padrões cada vez mais elevados tornando o extraordinário, em alguns casos excessivo, algo recorrente e normal.

Cada vez mais, deixa de existir um enquadramento temporal que distribuía as horas do dia ou semana entre trabalho, descanso, família, lazer etc. Ocorre que a partir de certo discurso de flexibilidade (cf. capítulo 3.5) as fronteiras temporais se diluem e o trabalho torna-se, de fato, de “tempo integral”. A captura da subjetividade, a apropriação do tempo enquanto tempo de trabalho produtivo é tal que não só os finais de semana tornam-se ocasiões para se produzir, mas também as próprias necessidades fisiológicas, como a alimentação, acabam sendo relegadas para um segundo plano, tal como relata o pesquisador Lippi (2014):

Eu faço meu trabalho em tempo integral, com dedicação exclusiva literalmente. Me aproveito do fato de que professor universitário tem uns horários um pouco mais flexíveis do que as outras categorias, mas isso me custa muito porque eu trabalho à noite, sábado, domingo e tal [...] a minha dedicação é exclusiva e integral porque eu me encontro nesse trabalho, quer dizer, é o trabalho que eu gosto de fazer. Então eu nunca fui forçado, exceto por aquele período em que eu ocupei um cargo administrativo ou pela muita burocracia que há na vida universitária, isso me desagradava muito; mas o trabalho em si, até hoje, com cinquenta e seis anos, me faz perder a hora, esquecer de comer às vezes, ou coisas assim que eu não dou conta porque fico envolvido com ele [...]. Então eu acabei levando, eu pago um preço maior e levo coisa para casa. E eu já admiti desde o começo que eu ia trabalhar muito em casa, porque senão não ia sobreviver cientificamente (LIPPI, 2014).

Tem-se em decorrência disso, um transbordar de atividades a serem realizadas, de tal forma que o tempo para si, o tempo gerido por si tende a se extinguir:

Eu já falei um pouco sobre as coisas extras que a gente é obrigado a fazer e aí não sobra tempo, o principal ponto seria esse, de encargos burocráticos, desde um processo de compra, o cuidado com o laboratório, é importante para que a gente tenha um feedback do nosso trabalho. Eu não consigo sentar para escrever um artigo, eu tenho os dados ali para escrever e eu me sinto frustrada como profissional porque eu não consigo transformar isso em um *paper* que as pessoas podem ler esses resultados, esses dados vão ficando ultrapassados e aquilo que eu fiz vai se perdendo. Isso depende de tempo, de dinheiro, da vida pessoal que ficou de lado, então eu acho que melhoraria bastante, mas isso é na universidade com um todo, você pode conversar com qualquer professor e você observa isso inerente à profissão para aquelas pessoas que gostam, que trabalham e fazem, você vai encontrar outros profissionais que são indiferentes a isso. [...] olha, eu acho que o que mais nos priva em certas coisas que a gente gostaria de fazer, de buscar e de aperfeiçoar é a falta de tempo, a sobrecarga de coisas que a gente tem para fazer e que nem sempre são relativas ao ensino ou à pesquisa. Então desde você digitar uma nota, preencher um documento, fazer uma compra, solicitar a compra de uma tomada, limpeza de um local, tem dias que eu mesma jogo o lixo da minha sala porque a zeladora nem entra na minha sala, então tem muitos encargos. O professor hoje na universidade tem muitos encargos e aí acaba não sobrando tempo para aquilo que ele realmente gostaria de fazer

em termos de ensino e de pesquisa, então muitas vezes você deixa de preparar uma boa aula e de melhorar a sua aula porque você tem uma outra coisa urgente para fazer, que um secretário poderia fazer de uma forma eficiente, mas você não consegue com que ele faça (MEIRELES, 2011).

Tem-se um imperativo do “fazer” e do “produzir” sobressaindo-se em relação à preocupação do transformar-se por meio do cuidado de si. Há mais de um século, Nietzsche (2006a) já notava entre os cientistas alemães uma ciência que tendia a excluir o aspecto ascético de sua prática. Assim, segundo ele, as ciências condenavam cada um de seus praticantes a uma “dura vida de hilotas” (p. 57)²⁸, restando-lhes pouco espaço para práticas de liberdade. Tal mudança é também percebida por Lippi (2014) no contexto brasileiro, mais especificamente na área da Física:

[Pergunta: Você acha que fazer pesquisa (ou ser pesquisador) é diferente hoje em relação ao que era antigamente?] É, por causa dessa pressão. Hoje existe uma pressão de fábrica. Eu não estou me lamentando, eu faço parte do jogo, a regra está aí, eu sigo, posso não ser dos melhores jogadores, mas estou escalado e estou jogando, entendeu?! Mas, assim, a diferença é muito grande. A pressão é muito grande. Pra você ter uma ideia, o dia em que eu comecei o meu doutoramento [...] no IFUSP, o meu orientador, que era um professor considerado genial pelos pares, ele falou: “olha, vamos estudar o trabalho desses antigos, desses grandes da Física (que são nomes que talvez na sua área não façam muito sentido, mas que são pessoas importantes na Física), porque tem muita porcaria, desculpe a expressão, circulando por aí. Nossa preocupação não é publicar, nossa preocupação é entender”. E isso foi em 85, no Brasil. É claro que ele estava defasado. Nos Estados Unidos, na Europa, não era assim. Mas no Brasil, em 2015, pra gente arredondar, no próximo ano, não tem ninguém que pensa assim. Pensa exatamente o oposto: não leia muito, não; pode ler, mas não perca muito tempo porque você precisa terminar o trabalho, e você tem que publicar. Então houve uma mudança ao longo da minha vida. Eu fui fazer o Doutorado num centro que era considerado, na minha área, o melhor do Brasil, um dos melhores da América Latina, certamente, e lá havia essa... um dos melhores pesquisadores de lá me disse isso: “Não tenha pressa, estude e entenda”. Hoje ninguém te diz isso. Quer dizer, a mensagem subliminar que passa é: “Tenha pressa, produza, publique”. Então houve uma mudança muito grande, e a mudança é a pressão. Pressão pelo desempenho (LIPPI, 2014).

A agitação no trabalho, imposta pela exigência sempre crescente de produção, tende a reduzir o espaço de contemplação de si mesmo, do diálogo com os próprios pensamentos e com os amigos. Assim, a servidão se torna o modo de vida no qual o pesquisador se constitui. Resta-lhe responder a urgências, a demandas sempre recorrentes. A ciência e a pesquisa como formas de transformação de si tendem a ter um espaço restrito, ainda que este continue a

²⁸ Na Grécia Antiga, os hilotas eram considerados propriedade do Estado, verdadeiros escravos públicos.

existir. Em uma das entrevistas, pode-se perceber essa conversão de olhar de si para consigo. Diante da pergunta “Quanto ao seu envolvimento profissional com a área de Ciências Biológicas, você considera que seu papel como docente e pesquisador influencia de forma geral suas ações e nas escolhas que realiza, inclusive em nível pessoal?”, Roberts (2011) responde:

[...] eu tenho uma sorte muito grande porque a área em que eu atuo, como eu trabalho com substâncias cancerígenas e anticancerígenas que estão na nossa vida e no nosso dia-a-dia, na nossa alimentação principalmente, isso acaba me abrindo os olhos e para os meus alunos também, para os meus orientandos também, para os meus filhos também, para os meus afilhados também, enfim, para os meus vizinhos também. Eu acabo influenciando muitas pessoas com relação a esse olhar e quando vou ao supermercado lógico que eu levo essa visão. **Isso me faz fazer escolhas. Quando eu escolho uma marca e não outra, eu sei por que, é por causa daquele corante, é por causa daquela substância ou daquele aditivo, disso ou daquilo, que me faz escolher as coisas. E quando eu levo o alimento para minha família eu tenho esse olhar também** (ROBERTS, 2011, grifos nossos).

O conhecer – a produção de saberes – nesse caso pode servir ao cuidado de si. A pesquisa, ao invés de ser apenas conquista e transformação da natureza, é também um meio para a transformação de si mediante o governo de si. Pesquisar deixa de ser apenas uma forma de cumprir os requisitos para se ter sucesso e o aplauso dos outros, mas passa a ser um modo de vida em que está no centro a elaboração do eu, o cuidado com o corpo e a saúde, o zelo pela própria vida.

5.2 A TÉCNICA DO EXAME E A PRODUÇÃO DE VERDADES ACERCA DO PESQUISADOR

Enquanto a legislação estadual que é aplicada à Universidade Estadual de Maringá oferece a possibilidade da dedicação exclusiva, o CNPq oferta bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) para aqueles que já são doutores há pelo menos oito anos – enquadrados na categoria 1 – e para aqueles que já são doutores há pelo menos três anos – enquadrados na categoria 2. Essas bolsas são desejadas por vários pesquisadores, pois elas proporcionam benefícios econômicos, recursos para realização de pesquisas (CONSELHO NACIONAL DE

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2006) e, talvez o mais importante, o reconhecimento de que se é um pesquisador pela comunidade científica.

Para obter uma bolsa PQ e ser classificado como pesquisador 1, além do requisito do título de doutor ou perfil científico equivalente, é esperado que se tenha

1.4.2 [...] gradual inserção nacional e internacional, por meio de palestras e assessorias *ad hoc* a revistas nacionais e internacionais e de órgãos de financiamento à pesquisa, bem como envolvimento em atividades de gestão científica, incluindo a organização de eventos, participação em comitês assessores estaduais ou nacionais, sociedades científicas, revistas científicas, assessorias de órgãos de governo estaduais ou nacionais, e conferências proferidas a convite e/ou em plenárias de congressos (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2006).

E quais são os critérios considerados na classificação dos candidatos que almejam obter uma bolsa PQ? A classificação é feita com base comparativa entre os pares e a partir dos dados dos últimos 10 anos, por intermédio de critérios que contemplem no mínimo os seguintes itens:

1.3.4 [...]

- a) mérito científico do projeto;
- b) relevância, originalidade e repercussão da produção científica do candidato;
- c) formação de recursos humanos em nível de Pós-Graduação;
- d) contribuição científica, tecnológica e de inovação, incluindo patentes;
- e) coordenação ou participação em projetos e/ou redes de pesquisa;
- f) inserção internacional do proponente;
- g) participação como editor científico;
- h) participação em atividades de gestão científica e acadêmica (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2006).

Já para a categoria de pesquisador 2, avalia-se para a classificação apenas a “[...] produtividade do pesquisador, com ênfase nos trabalhos publicados e orientações, ambos referentes aos últimos 5 anos” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2006). Ao estabelecer os critérios a serem avaliados, aumenta-se a probabilidade de que aqueles que desejam essa bolsa passem a guiar suas vidas por eles.

Restringindo-se o período avaliado, seja 5 ou 10 anos, o pesquisador é inclinado a aumentar o ritmo de seu trabalho, envolvendo-se em atividades, produzindo e publicando cada vez mais, pois o que conta não é a produção realizada, mas se esta é maior e mais bem

pontuada que a dos colegas. Se o pesquisador foi agraciado com o prêmio Nobel pela relevância de suas contribuições há mais de 10 anos, então, estas contribuições já não devem pesar em sua avaliação²⁹. É necessário que ele tenha sempre algo recente a apresentar, conforme Silva (2005), docente na Universidade Estadual de Maringá:

[...] é preciso apresentar resultados. As exigências de títulos e a necessidade de se superar nos exames são cada vez mais intensas. Não há espaço para os incapazes, para os que não conquistam titulações. Mesmo os vencedores vivem numa espécie de estado de natureza hobbesiano onde a lei do mais forte se impõe e os obrigam a derrotar seus oponentes, a ser o melhor (SILVA, 2005).

Para ser um pesquisador na Universidade Estadual de Maringá é necessário, antes, ser docente. Não há concurso para pesquisador, mas para docente. Para tornar-se pesquisador é necessário cumprir uma série de requisitos já descritos, sendo que destes, a bolsa PQ aparece como uma espécie de coroamento. Ser um pesquisador com bolsa PQ é ser um pesquisador reconhecido pelo CNPq. Para obtê-la, é necessário submeter-se a um exame:

Na realidade a única avaliação efetiva do pesquisador é feita pelo CNPq e dentro da universidade você não tem um órgão que lhe avalie e que te premie ou que lhe penalize, não existe essa figura dentro da universidade, de qualquer maneira tem o CNPq que trabalha em paralelo, que lhe financia, mas que lhe cobra e aí se você não corresponde você é penalizado e se você tem uma boa produção você é beneficiado de alguma maneira, tanto na aprovação de novos projetos quanto com bolsas e outras coisas (CHRISTIE, 2012).

Como resultado desse exame, dessa avaliação realizada pelo CNPq por meio de seus editais, é que o docente-pesquisador é categorizado, sendo-lhe possíveis os seguintes rótulos: pesquisador de categoria 1 (nível A, B, C e D), pesquisador de categoria 2, ou alguém que não obteve a bolsa do CNPq. Neste último caso, o docente-pesquisador fica na margem, no limite entre ser e não ser considerado um pesquisador; é, pois, uma condição que comporta certa ambiguidade. Por conseguinte, estabelece-se uma espécie de gradação entre os pesquisadores,

²⁹ Em entrevista à revista britânica *The Guardian*, Peter Higgs, que recebeu o prêmio Nobel de Física em 2013, afirma: “eu não seria produtivo o suficiente para o sistema acadêmico de hoje” (AITKENHEAD, 2013, tradução nossa). Desde 1964, ele publicou em torno de 10 trabalhos, sendo que, segundo ele, se não tivesse sido nomeado em 1980 para o Nobel correria grande risco de ser demitido. Ele afirma ainda que se tornou “uma vergonha para o departamento quando eles fizeram práticas de avaliação de pesquisa” (AITKENHEAD, 2013, tradução nossa). Quando lhe solicitaram uma lista de suas publicações mais recentes, ele respondeu: “nenhuma”. Por fim, ainda nessa entrevista, ele afirma: “é difícil imaginar que eu jamais iria ter paz e sossego suficiente no presente tipo de clima para fazer o que eu fiz em 1964 [quando publicou o trabalho no qual identificou o mecanismo através do qual o material subatômico adquire massa]” (AITKENHEAD, 2013, tradução nossa).

aqueles que são considerados pesquisadores de alto nível e os demais. Um dos entrevistados, diante da pergunta “Ser um pesquisador com bolsa produtividade em pesquisa é indicativo de que se é um bom pesquisador?” responde:

Sim, porque não existe bolsa para todo mundo. Se existisse bolsa para todo mundo, pensaria que “Todo mundo tem bolsa mesmo, então tanto faz...”. Mas na situação atual, que não temos bolsa para todos, os que têm bolsa realmente a têm porque merecem ter. E o mérito é acadêmico, vai ser medido em números: a quantidade de trabalhos publicados, a quantidade de artigos divulgados, livros, capítulos, e assim por diante. Então realmente é um indicativo. Eu posso não gostar dos critérios que minha área coloca, posso achar que artigo em capítulo de livro ou congresso não deve valer muito, mas tenho que brigar dentro da minha área para que isso melhore. Agora não posso jamais dizer que aquilo não vale só porque eu não tenho. “Não sou bolsista, então aquilo não vale nada”. Não é por aí. Os que são bolsistas, que conseguiram chegar nesse patamar, o conseguiram por mérito, porque tem mais produção do que os outros. É um indicativo de que o indivíduo pelo menos produz mais, publica mais, divulga mais os seus resultados, tem mais resultados para divulgar (MICHELANGELO, 2014).

Não deixa de chamar a atenção o fato de que nessa como em boa parte das outras entrevistas os pesquisadores facilmente aceitam o ter bolsa PQ como um indicativo de ser um bom pesquisador. A produção da verdade acerca do pesquisador, sua qualificação por intermédio desse mecanismo, é geralmente aceita. Questionam-se, ora ou outra, os critérios utilizados (valor das participações em congressos, da publicação dos artigos em periódicos internacionais, publicação de livros etc.) ou mesmo a diferença de critérios entre as áreas. Mas pouco se aborda o próprio mecanismo que vincula a bolsa PQ com a produção de uma verdade acerca do pesquisador, uma verdade que o qualifica e o diferencia dentre os demais. Além disso, para alguns ter bolsa PQ torna-se um desejo e uma meta, um alvo a ser atingido:

[Pergunta: Você possui bolsa produtividade em pesquisa? Qual?]. Tenho a bolsa 2. Esse é um dos grandes desafios da minha carreira: quero ser 1, e obviamente não tenho conseguido fazer isso porque tenho outras atividades em paralelo aqui [...]. Mas acho que não sou uma pessoa frustrada, apesar de ter isso como meta [atingir a bolsa nível 1], porque compreendo que esse trabalho todo precisa ser feito, alguém tem que fazer isso e tem que fazer bem feito. Então entendo a limitação, mas sei que vou chegar lá... é uma questão de tempo (MICHELANGELO, 2014).

Atualmente a Universidade Estadual de Maringá possui em torno de mil doutores. Destes, 158 (cento e cinquenta e oito) são bolsistas produtividade do CNPq, sendo 8 pesquisadores 1A, 16 classificados como 1B, 23 (vinte e três) pesquisadores 1C, 30

pesquisadores 1D e 81 (oitenta e um) pesquisadores categoria 2 (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2013a).

Um desses pesquisadores reconhecidos pela sua produção acadêmica, técnica e científica (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2013b) apresentou nos últimos 10 anos: 185 (cento e oitenta e cinco) artigos completos publicados em periódicos, 31 (trinta e um) trabalhos completos publicados em anais de eventos, 361 (trezentos e sessenta e um) resumos publicados em anais de eventos, 7 livros, 7 capítulos de livros, 19 orientações de mestrado, 13 orientações de doutorado, 89 (oitenta e nove) orientações de trabalhos de graduação e especialização, além de mais de quatrocentas produções técnicas, patentes e registros (sete ao total) (cf. CURRÍCULO LATTES, 2013).

Toda essa vasta produção foi suficiente apenas para que ele obtivesse a classificação “1B”, ou seja, esse pesquisador ainda deve melhorar seu desempenho para chegar ao topo, tornando-se “1A”.

Mais do que uma nota pela produção, a verdade acerca do pesquisador é produzida na comparação entre ele e os demais. Para ser um bom pesquisador, é necessário antes submeter-se a um processo de normalização:

Eu acho que os trabalhos foram reconhecidos, eu tive uma produção boa dentro do contexto nacional, na média dos pesquisadores A1 do CNPQ a minha está boa, então eu acho bom, teve reconhecimento tanto aqui quanto fora, tive trabalhos citados em outros países, desde China, Japão, Canadá e muitos outros, então eu acho que deu certo, a maneira de trabalhar e a forma feita (CHRISTIE, 2012).

É o próprio pesquisador, segundo Ticiano (2014), um dos entrevistados, que deve submeter-se aos editais de bolsas do CNPq para poder saber o quão bom está o seu trabalho em relação aos demais:

[...] Eu tenho bolsa produtividade em pesquisa, sou pesquisador 1 B do CNPq, mas eu interpreto de uma maneira diferente. O sistema de pesquisa no país não tem avaliação dentro das instituições; eu não sou avaliado dentro da UEM, do ponto de vista de pesquisa. Então se eu quiser saber como está o meu trabalho em relação ao sistema nacional, eu tenho que entrar num sistema que tenha avaliação e que essa avaliação seja a mesma para todos os pesquisadores. Aí depende da pessoa. Se você quer ser avaliado, a gente sugere que entre no sistema de bolsas do CNPq. Você vai saber se o que você faz está em nível dos pesquisadores do país. Agora, se você não acha isso necessário, não há necessidade de entrar no sistema. Eu acho necessário, porque na minha concepção, você mexe com dinheiro público, você tem que dar um retorno para a sociedade, e você tem que ver se esse retorno está equivalente ao restante do país (TICIANO, 2014).

É preciso (re)pensar esse enquadramento, refletir acerca das possibilidades de se constituir enquanto pesquisador para além de tais dispositivos, especialmente esses que produzem uma verdade acerca do sujeito a partir da sua capacidade de adequar-se a critérios propostos por um pequeno número de instituições.

Publicar, publicar, publicar... Enfim, se na sociedade disciplinar o poder incidia no processo de trabalho, na sociedade de controle o resultado passa a ter primazia. É claro que para ter resultados é necessário todo um processo de elaboração, de trabalho árduo. Porém, ao invés de controlar cada ato, cada gesto, o controle passa a incidir no resultado-efeito do conjunto de atos realizados. A ênfase está nas publicações, nos currículos, nas orientações de iniciação científica, mestrado e doutorado, nos certificados etc. Importa mais cumprir o prazo do que garantir determinada sequência dos atos. Como consequência, alguns pesquisadores aumentam o ritmo, aceleram a cadência, expandem os limites da jornada.

Se por um lado o CNPq estimula a produtividade por meio das bolsas PQ, a CAPES, por outro, de forma indireta, incita a produtividade por intermédio das avaliações dos cursos de pós-graduação dos quais os pesquisadores fazem parte. Estar vinculado a um programa de pós-graduação reconhecido e recomendado pela CAPES traz consigo não só um certo *status*, mas também certa apreciação de valor do trabalho realizado. Além disso, assim como as bolsas PQ permitem a diferenciação entre os pesquisadores, as notas dos cursos de mestrado e doutorado, que vão de 3 até 7, também possibilitam estabelecer gradações entre os melhores programas e os demais. Não só o programa é qualificado, mas também os pesquisadores que dele fazem parte.

Ainda que não exista uma avaliação institucional na Universidade Estadual de Maringá que se mostre eficaz em alterar a conduta dos docentes-pesquisadores, a avaliação dos programas da CAPES parece suprir essa lacuna ao menos para os docentes que estão vinculados à pós-graduação. Tal fato é apontado pelo pesquisador Michelangelo (2014):

[Pergunta: Há alguma avaliação do docente-pesquisador na Universidade Estadual de Maringá? Você poderia me explicar como ela é?] Tem a avaliação dos programas de pós-graduação que é naturalmente uma avaliação desse docente-pesquisador, porque os que estão envolvidos na pós-graduação são avaliados a cada 3 anos. O programa recebe uma nota, então se um dos pesquisadores ou uma pesquisa não orienta, ele vai puxar o curso para baixo, e o curso acaba sendo penalizado. Ao contrário, se ele produz muito, se ele publica muito, se orienta muito, ele vai puxar o curso para cima [...]. Então existe uma avaliação sim, que é essa avaliação nacional (MICHELANGELO, 2014).

O estímulo por produtividade lançado pela CAPES ganha novo fôlego, pois os próprios colegas de trabalho, os demais pesquisadores que fazem parte do programa, também lançam suas expectativas de que cada um possa contribuir para que os índices propostos possam ser atingidos e que, no mínimo, o programa mantenha a nota que já possui e, se possível, aumente-a. Assim, ao lançar as diretrizes do que e como deve ser feito para um programa ser bem avaliado, a CAPES incita diretamente e por meio dos colegas o pesquisador a publicar e produzir³⁰.

A percepção de Ticiano (2014) é bastante interessante e sintetiza parte do que foi exposto até aqui a respeito da CAPES e do CNPq. Segundo ele, enquanto o “CNPq vê o pesquisador, a CAPES vê o grupo” (TICIANO, 2014). Assim, estabelece-se certa complementaridade entre ambas de tal forma que há o controle tanto do indivíduo quanto da população.

Além disso, o pesquisador não pode mais habitar o espaço do privado, deve, sim, tornar público o seu trabalho. As linhas de força que atuam sobre ele forçam-no a publicar, a expor seus achados, seus resultados, suas teorias, enfim, suas produções:

[Pergunta: O que é um bom pesquisador?]. Vai ficar redundante, mas tem que ser alguém com vontade e que gosta do que faz. Nos dias atuais, principalmente na pós-graduação, a gente tem alguns parâmetros que acaba tendo que seguir, que é a publicação. Se for ver, na pós-graduação, principalmente na CAPES (a qual as pós-graduações estão subordinadas), a cobrança é a publicação. Mas acho que seja o caminho correto mesmo, porque não adiantar você gerar um conhecimento que fica retido em você. Esse conhecimento tem que ser colocado à disposição. E como colocar à disposição? Publicação. Então o bom pesquisador é isso: não só gera conhecimento, que é necessário gerar, mas que coloque isso de forma pública, aí vem a publicação, que acho que é justamente a ideia: tornar público aquilo que você pesquisou (BOTTICELLI, 2014).

Ainda que em algumas entrevistas se questione certo “produtivismo”, a exigência de que seja lançada luz sobre a produção permanece. Mesmo que se pudesse produzir menos, os entrevistados concordam que o produzido deve ser continuamente exposto sob a justificativa de democratização do conhecimento. Pode-se dizer que a estratégia já sedimentada nas práticas discursivas de que se deve obrigatoriamente tornar pública a produção é, também, uma forma de controle e governo das condutas dos pesquisadores. Seja pela quantidade, seja

³⁰ Tal correlação de forças tem por efeito, como nota Silva (2009b), a emergência da prática na qual o orientador aparece como co-autor nos artigos dos orientandos quando “[m]uitas vezes, a co-autoria não se justifica e uma simples nota de agradecimento no rodapé faria justiça ao orientador, mas isso não conta ponto. Em nome da sobrevivência do programa e das necessidades docentes, entra-se no reino do vale tudo” (p. 2009).

pela qualidade, o efeito do uso do tempo deve ser sempre exposto para ser julgado, para ser apreciado pelos demais. A fala de Bruegel (2014), abaixo transcrita, traduz bem estas questões.

Publicar o artigo, eu acho que você tem que publicar. Toda vez que você adquire um novo conhecimento, você tem que publicar, pra democratizar esse conhecimento. Mas essa postura que vem acontecendo há uns 7 ou 8 anos, do CNPq, que eu chamo de produtivismo, eu acho isso péssimo. Acho que foi a pior coisa que fizeram nos últimos tempos. Porque em detrimento desse produtivismo, hoje é difícil encontrar qualidade no trabalho. Porque se você não publica tantos artigos por ano, eles vão te cortar bolsa daqui, vão te cortar bolsa dali, e aí ficou aquela história de que o bom pesquisador é aquele que tem cinquenta artigos publicados, o que é uma tremenda de uma ilusão, porque não é bem assim. Então eu acho que esse produtivismo é o que há de pior ultimamente no sistema, como um todo, de ciência e tecnologia. Eu particularmente não faço questão nenhuma de entrar nessa regra. Mas se eu não fizer isso aí, eu nunca vou ser pesquisador do CNPq. Bom, eu sinceramente, não porque não sou, mas se for pra eu ter que produzir, produzir, produzir igual a um louco até estafar, no final de semana não ficar com a minha família para poder falar que sou pesquisador... Porque é a única coisa que você vai poder fazer: falar que é pesquisador do CNPq [...] (BRUEGEL, 2014).

Cabe ressaltar que ao tornar visível o que foi feito, há um julgamento não somente acerca do que foi produzido, mas sobretudo acerca do produtor. Publicar em um periódico *Qualis*³¹ A1 não é o mesmo que publicar em um *Qualis* B5 ou mesmo em um periódico não indexado. Lippi (2014) ressalta justamente isso em sua entrevista:

Porque quando você exige de um pesquisador que ele publique em uma revista de alto fator de impacto, ele não só tem que se preocupar com a qualidade da pesquisa que ele faz, mas ele tem que ter capacidade de vender bem o seu trabalho, e fazê-lo ser aceito por uma revista de alto fator de impacto, o que pode ser motivada por outras razões, até por razões políticas. Não sei se você me entende. Quer dizer, a qualidade do trabalho pode ser boa, mas ele pode não ser aceito numa revista de alta qualidade, **aí você é julgado: como não foi aceito numa revista de alta qualidade, tida por alta qualidade, seu trabalho é tido como de baixa qualidade ou de qualidade menor, mais baixa, digamos.** E isso não necessariamente é verdade, mas você não tem como provar, a não ser esperando que o tempo passe e as pessoas o descubram. Mas isso não vai dar tempo para uma

³¹ O *Qualis* pode ser definido enquanto o “o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. [...] o *Qualis* afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014).

geração te julgar, porque você é julgado pelos padrões que estão aí (LIPPI, 2014, grifos nossos).

Silva (2009b) ressalta que o *Qualis* apresenta-se enquanto uma “política classificatória, hierarquizante e potencialmente indutiva, [que] influencia o fluxo das publicações e, conseqüentemente o cotidiano dos docentes e suas expectativas, bem como as dos programas de pós-graduação” (p. 119). Emerge, assim, enquanto efeito das relações de poder, um sujeito pesquisador que recebe contornos de competitividade, que controla permanentemente a si mesmo e aos outros. Ao internalizar as exigências de produtividade, o pesquisador torna-se capataz de si e vigia sempre presente de seus colegas.

5.3 O CURRÍCULO LATTES E A TECNOLOGIA CONFSSIONAL

A enunciação da sexualidade enquanto obrigação tem sua história – Foucault a conta tanto em *A vontade de saber* quanto em *Os anormais*. Segundo ele, é possível perceber na revelação forçada um dos procedimentos do poder. Se na Idade Média o discurso era incitado pela Igreja, posteriormente a ciência – por meio da psiquiatria, da psicanálise, da sexologia, entre outras – passou a solicitar e a gerir a confissão.

Para Foucault (2010b), o papel da revelação na penitência mudou consideravelmente desde a Idade Média até o século XVII. Até aproximadamente o século VI, a revelação não era obrigatória na penitência. Esta era adotada de forma deliberada e voluntária, de uma vez por todas, e a um “certo número de razões que podiam ser ligadas a um pecado enorme, considerável e escandaloso” (FOUCAULT, 2010b, p. 146). A partir de então, esse modelo de penitência foi substituído por um modelo essencialmente laico, judiciário e penal – a penitência “tarifada”. Nela, quando se cometia um pecado havia a obrigação de se ver um padre, confessar-lhe o erro cometido, e realizar a penitência por ele imposta. Era a consumação dessa penitência que propiciava a remissão do pecado. Para cada pecado havia uma penitência obrigatória (FOUCAULT, 2010b).

É no século XIII que surgiu, pela primeira vez, a obrigação “de se confessar regularmente, pelo menos uma vez por ano para os leigos, uma vez por mês ou mesmo por semana para os clérigos” (FOUCAULT, 2010b, p. 149). Assim, o fiel, além de se confessar quando cometia uma falta, também deveria se confessar regularmente. Além disso, não

bastava mais confessar apenas os pecados graves, mas se deveriam enunciar todos os pecados contínua e exaustivamente (FOUCAULT, 2010b).

Por intermédio da tecnologia da confissão, o poder pastoral aprofundou sua influência. Na segunda metade do século XVI, somando-se à penitência e à confissão, desenvolveu-se a prática da direção de consciência. Por meio dela não somente os pecados são tratados, mas também “as pequenas penas do espírito, as tentações e os maus hábitos, a repugnância ao bem, até as faltas mais comuns, com as fontes de que procedem e os meios que devem ser utilizados para corrigi-las” (FOUCAULT, 2010b, p.157).

Surgiu, ao logo dos séculos XVII e XVIII, nos meios puritanos ingleses, o procedimento da autobiografia permanente (FOUCAULT, 2010b). Também, a partir do século XVIII, pode-se observar a multiplicação dos discursos sobre o sexo (FOUCAULT, 1988). Enfim, a prática da confissão, no mundo ocidental, difundiu-se amplamente, tendo efeitos na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares e amorosas etc. Dessa forma, como ressalta Foucault, o “homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente” (FOUCAULT, 1988, p. 68).

Mas em que consiste a confissão? De forma geral, pode-se dizer que ela é:

[...] um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar (FOUCAULT, 1988, pp. 70-71).

A exigência de confissão, de enunciar cada detalhe da vida, cada ato praticado, está presente também no exercício do poder que constitui os pesquisadores. O próprio CNPq reconhece que o Currículo Lattes – parte integrante da Plataforma Lattes – é um dos instrumentos adotados pelas instituições como forma de se apropriar de informações acerca dos pesquisadores, de criar uma “verdade” sobre o mérito e a competência:

O Currículo Lattes se tornou **um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país**, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, **se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia** (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2013, grifos nossos).

Cabe ao pesquisador disponibilizar na Plataforma Lattes uma série de informações relacionadas à sua vida que vão desde dados pessoais, números de documentos, formação acadêmica, atuação profissional, até sua produção bibliográfica, técnica, artística e cultural. Se o pesquisador participa de um evento, ele deve relatar; se apresentou trabalho, isto deve ser registrado; se publicou um artigo, isto também precisa ser lançado no sistema. Como ressalta um dos professores da Universidade Estadual de Maringá, “não basta tê-lo [o Currículo Lattes], é preciso que ele expresse sua lista de realizações, e esta deve ser a maior possível” (SILVA, 2005).

Dessa forma, ao se verificar o Currículo Lattes de um pesquisador é possível, com um rápido olhar, saber se ele tem “produzido”, se tem publicado e onde tem publicado. É possível saber o que ele tem feito e deixado de fazer, quando tem feito e com quem tem feito. Suas ações são transpostas para uma espécie de linha do tempo. Cada ação é atrelada a uma data, a um período, a uma localização temporal.

Há, porém, algumas diferenças importantes entre a tecnologia da confissão no poder pastoral e aquela observada no Currículo Lattes. Em primeiro lugar, a confissão no poder pastoral é, geralmente, realizada na presença de alguém (um interlocutor) e através da fala, enquanto no Currículo Lattes a confissão é introduzida no computador por meio de um teclado, ou seja, ela é “escrita” na ausência dos possíveis leitores/ouvintes – não há diálogo. Em segundo lugar, a confissão no poder pastoral é, na maioria das vezes, privada e tem por finalidade manter-se secreta, ao passo que a realizada por meio do Currículo Lattes torna-se pública e tem por objetivo revelar-se a quem tiver interesse. E, por fim, no poder pastoral a confissão dá-se a respeito dos erros, dos desvios, em suma, com relação aos pecados que devem ser perdoados para serem esquecidos/apagados, tendo por substância a virtude moral ou religiosa, já no Currículo Lattes o que ocupa o discurso são os sucessos, as virtudes, as conquistas, as produções dignas de serem lembradas, enfim, a “virtude” profissional.

É interessante ressaltar que, diferentemente do controle exercido no modelo da peste (cf. capítulo 2) em que um terceiro era designado pela instância superior hierárquica para observar, vigiar e registrar, nesse caso, na Plataforma Lattes, são os próprios pesquisadores que exercem essas atividades sobre si. Vale lembrar que é o próprio pesquisador que quer declarar, que quer preencher o Currículo Lattes, sendo-lhe essa tarefa, muitas vezes, fonte de prazer e satisfação. Isso se dá sob o risco de criminalização, pois é o próprio sujeito que preenche quem deve declarar sob as penas da lei que as informações lançadas no sistema são verdadeiras.

Assim como alguém que não confessa seus pecados regularmente ao padre dificilmente será considerado um cristão, também alguém que não “confesse” seus atos, suas produções, sua trajetória, por meio da Plataforma Lattes não será considerado um pesquisador. Cabe ressaltar que ao utilizar a Plataforma Lattes o sujeito é objetivado, torna-se saber sobre o qual e a partir do qual o poder incide.

A objetivação dá-se, como já visto, a partir das instâncias julgadoras, a partir de instituições – como a CAPES e o CNPq – que partindo, no geral, do Currículo Lattes produzem uma “verdade” sobre o pesquisador. É por intermédio dos dados ali contidos que se pode triar e, depois, escolher quem será um pesquisador A1, um pesquisador de alto nível de excelência, alguém que faz parte de um excelente programa de pós-graduação. Isso como se não houvesse outras formas de ser pesquisador que não aquelas expressas por meio dos diversos regulamentos e editais que, no geral, apontam o tempo produtivo como fator determinante na definição e classificação dos pesquisadores.

5.4 O ESPAÇO ÉTICO: UM PRINCÍPIO DE AGITAÇÃO OU RESISTÊNCIA

Como se portar diante das exigências de produtividade sempre crescentes que enfatizam mais o resultado do que o processo, que reforçam o número de publicações mais do que a qualidade das mesmas? O cuidado de si ético consiste, como lembra Foucault (2010c), num princípio de agitação, no exercício do pensamento. Mais do que uma resposta-reflexo ao que é solicitado, é preciso refletir acerca das próprias ações³².

É esse pensamento-resistência, marcado pela reflexão, que pode ser visualizado na fala de Bruegel (2014) acerca das exigências de produção:

[...] Então imagina se eu tiver que ficar nessa neurose de ter que publicar dois artigos por ano, mais isso e mais aquilo outro, pra satisfazer o CNPq, eu vou morrer doido. Não... Final de semana eu tenho minhas coisas para fazer, tem churrasco, tem meu jardim pra cuidar, tem meus cachorros para passear, tem minha esposa, que eu não gosto de ir muito, mas de vez em quando

³² Segundo Sant’anna (2011), reflexo e reflexão não podem ser confundidos. O reflexo tende a ser mais rápido, barato e leve do que a reflexão, já esta “incomoda mais do que acomoda, desestabiliza mais do que apazigua, o que torna as coisas ainda mais difíceis para quem quer continuar refletindo, [...] a reflexão não é promessa de lucro, sucesso ou alegria [...] nem necessariamente de solução” (p. 87). Além disso, a autora ainda ressalta que na “[...] época contemporânea, permeada por prazos de validade curtíssimos, dentro dos quais o risco do descarte e o da obsolescência são bem reais, entre a reflexão problematizadora do mundo e o reflexo imediato, que não se depara com nenhuma dúvida, opta-se, várias vezes, pelo reflexo” (SANT’ANNA, 2011, p. 87).

tenho que ir com ela no shopping... E assim vai indo. Então, nesse sentido, eu particularmente, não tenho pretensão nenhuma. Até porque o pessoal pensa que produzir conhecimento é igual produzir parafuso, você chega na fábrica e fala que vai produzir 1500 parafusos... aí sim. Pesquisa não tem nada disso. Você pode passar 20 anos investigando uma coisa e não chegar a lugar nenhum, sem contar nas diferenças que tem entre as áreas [...] Então algumas áreas são mais promissoras, outras são mais consagradas. Sempre vai ter o problema. Aliás, essa é uma característica da ciência: a ciência não é definitiva. Mas até então, você exigir de todo mundo o mesmo ritmo, que produza cinco, seis, como se fosse uma máquina, é esse produtivismo. É por isso que virou esse produtivismo. Da minha parte eu não tenho compromisso. Se sair o artigo, eu ponho que saiu. Se for útil pra alguém, ótimo. Se não saiu também, não tenho um pingão de dor de cabeça, e não me sinto constrangido de dizer que não publiquei nenhum artigo no ano. “Ah, mas o que você tá fazendo aí que não publicou?”, estou trabalhando, estou trabalhando. Quem sabe o ano que vem eu levo um pouco mais de sorte, os trabalhos fecham, e é assim. Produzir conhecimento não é fabricar parafuso, não. Produzir conhecimento demanda tempo de reflexão, demanda rigor, demanda um monte de coisa. Se você não usar tudo isso, você entra no produtivismo (BRUEGEL, 2014).

Trata-se de algo muito diferente de uma análise reducionista que apenas opõe quantidade e qualidade. O que está em questão é o modo de subjetivação, a maneira pela qual o indivíduo se relaciona com o dispositivo que exige dele determinadas ações e comportamentos³³. Pode-se perguntar qual é a orientação dos processos de subjetivação do pesquisador diante do dispositivo do tempo; seriam eles voltados para os códigos, regras, regulamentos, diretrizes existentes, ou seriam eles voltados para ética, para o cuidado de si por si?

Um dos docentes da Universidade Estadual de Maringá, que não possui bolsa do CNPq, reflete:

Na angústia de atingir resultados e galgar o [O]limpo, ele [o professor] tende a perder a dedicação ao saber, o prazer de estudar, pesquisar, escrever, desenvolver as atividades docentes etc. Em seu lugar, impõem-se as necessidades de sobrevivência: somar mais pontos e exibir títulos que o permita suplantar os concorrentes. Os meios se transformam em fins. Chega o momento em que até mesmo dar aulas torna-se um empecilho, um mal necessário, pois toma o tempo precioso que poderia ser dedicado às atividades que permitem acumular mais pontos (SILVA, 2005).

Ao se priorizar o cumprimento das regras do jogo, a obediência irrefletida dos critérios já estabelecidos, corre-se o risco de que o pesquisador venha a esquecer de si. O cuidado ético de si pressupõe uma convergência de olhar, pressupõe considerar e indagar as próprias ações

³³ No Brasil, o debate acerca dos parâmetros de avaliação da Capes e do CNPq tem se intensificado. Albernaz (2009) cita, a título de exemplo, o *Manifesto contra o CNPq* (ESTADÃO, 2008) que se tornou notícia no Estadão (2008), o artigo de Rodrigues (2007) e trabalho de Fonseca (1998).

por meio de questões como: “Qual a finalidade de realizar determinada tarefa?”, “Como isso me afeta?”, “Qual é o objetivo de publicar?”, “Trata-se somente de cumprir imposições dos órgãos de fomento ou é, de fato, este o contorno que eu quero dar a mim mesmo através da produção de artigos, livros etc.?”. Sanzio (2011), um pesquisador da Universidade Estadual de Maringá, permite-se pensar sobre si:

Agora parece que a gente vive uma corrente de ranking, a universidade tem que ter tantos cursos de pós-graduação, produzir tantos trabalhos, os professores têm que publicar tantos trabalhos por ano, essa corrida, o CNPq lhe impondo, a CAPES lhe impondo, a nota do programa de pós-graduação vem em função dos trabalhos que são publicados, em função das notas, é uma corrida que eu não sei até onde vai. Isso deve haver? Sim, no sentido de busca de qualidade, mas quando isso se torna uma busca em si mesmo, acho que se perde [...] Hoje nós temos uma rotina de publica, publica, mas para que papel? Eu estou publicando isso para quê? Porque a CAPES está me exigindo e eu tenho que publicar três trabalhos por ano porque senão o meu curso vai cair de conceito, por isso que estou publicando. Você sabe o que você está publicando? Eu pego aquele trabalho, divido em três, pego essa pesquisa, a divido em três e faço três trabalhos. No que está resultando isso? Esse repensar é complicado, mas precisa ser feito, de ver qual tem sido o nosso papel, de tanta informação que nós temos, mas e o conhecimento, está ficando como? E o entendimento disso? (SANZIO, 2011).

Para exercer a reflexão problematizadora ao invés do simples reflexo é necessário dispor de algum tempo para si. É justamente este tempo que tende a ser reduzido cada vez mais já que o dispositivo do tempo tende a se apropriar dele para reutilizá-lo de tal forma que lhe seja útil e produtivo. O pesquisador muitas vezes não consegue realizar nem a própria pesquisa quando a deseja fazer, pois o tempo preenchido por outras atividades tende a excluir a ação livremente escolhida. Talvez a questão não seja ter mais tempo, como aparece na entrevista abaixo, mas sim esclarecer quem está gerindo o tempo, quem na relação de poder consegue influenciar mais o seu uso.

Eu gostaria de ter mais tempo para fazer o que deve ser feito aqui no laboratório. A gente conseguiu publicar um livro da área com um esforço muito grande, com o apoio da Eletrobrás na época, e foi à única publicação que teve na área até hoje, isso foi em 2001. Então estão se completando 10 anos e eu não consegui ainda fazer uma segunda edição desse livro, então essa é uma coisa que me angustia e que eu gostaria de fazer. Eu sempre comento com os meus colegas, o conhecimento está aqui na cabeça, mas se a gente morrer vai embora com a gente, então só vai sobrar o que a gente colocar no papel. Esse passo de colocar esse conhecimento que eu sei no papel ainda me angustia, é uma coisa que eu tenho que fazer, que é importante para minha área, um testemunho que é o resultado do meu trabalho e da minha vida profissional toda que tenho que colocar no papel e que é o que vai sobrar quando eu for embora desse mundo. Então essa é uma

coisa que eu preciso fazer e que eu acho que vai ser importante, que é o que a gente faz, o resultado da pesquisa que a gente faz. Preciso de um tempo para desenvolver isso para que futuros pesquisadores possam utilizar desse material para fazerem suas pesquisas nessa área, isso que eu quero deixar (AUSTEN, 2011).

Cabe lembrar que o pesquisador é constituído ao longo de sua história e, portanto, pensar em outras formas de ser pesquisador é também pensar em outras formas de escolarização, em outras formas de universidade. Ticiano (2014) percebe já nos alunos de graduação – embriões dos futuros pesquisadores – essa restrição do espaço de reflexão que ele denomina de “tempo de pensar”:

[Pergunta ao final da entrevista: Você gostaria de acrescentar algo?] Só para adicionar, eu vou falar do aluno. Acho que o perfil do aluno hoje está um pouco estranho, como diria um grande amigo meu, estão vagabundos. Mas o termo não é porque são preguiçosos, mas acho que é porque a gente fez uma estrutura curricular na maioria dos cursos muito pesada, no meu curso, em vários cursos. E o aluno não tem tempo para pensar. Ele só tem tempo para estudar o que é passado para o dele pelo professor. E a gente precisa que o aluno pense também. Então eu acho que seria necessário, não sei como, mas, as grades curriculares deveriam dar um espaço maior para pensar. Tem alguns programas, alguns cursos, que a hora de estágio tem que ser feita nas férias, que é o caso do nosso curso. O aluno tem que pensar, ele não tem como no atropelo do dia-a-dia. Então a gente perde cérebro, perde gente no simples fato de a pessoa não ter atividade, não ter tempo para pensar no que quer da vida. Vê aquele monte de coisa, monte de disciplinas, prova toda semana, e o aluno precisa pensar, não é só a gente que precisa pensar. Na forma como nós estamos estruturados hoje não é possível de maneira plena. Só isso (TICIANO, 2014).

Repensar a forma pesquisador exige problematizar os vários dispositivos que a constitui, inclusive, como dito acima, a escola-universidade. Se para ser pesquisador deve-se fazer pesquisa, há, então, sempre um espaço de inventividade, de resistência, de escolha voluntária do que e como se fazer. É bem verdade, como visto, que esse espaço de criação pode ser maior ou menor dependendo da intensidade e alcance dos mecanismos de controle. Porém, é somente por intermédio desse espaço de resistência-escolha que se torna possível a estilização da existência, dando-lhe uma forma desejada diante dos dispositivos.

6 CONCLUSÕES

Refletir na constituição do sujeito pesquisador a partir do dispositivo do tempo é, também, pensar na questão do “mesmo e do outro”. Enquanto o “mesmo” exige a submissão aos seus critérios, expressando-se por meio da homogeneização dos que são diferentes, o “outro”, por sua vez, caracteriza-se por “aquilo que de dentro dos quadros de uma cultura, a limita por dentro” (MUCHAIL, 2004, p. 39). Assim, o “outro” é, simultaneamente, interno à cultura e estrangeiro a ela.

Dentro deste estudo, nas subjetivações impostas, o “mesmo” produz a forma pesquisador. Ser pesquisador é ter um tempo produtivo, uma vida repleta de publicações, participações em eventos, de orientações de teses, dissertações e monografias etc. Ser pesquisador é cumprir uma série de requisitos e submeter-se a exames que não só pronunciam uma verdade acerca do sujeito, mas também lhe dão uma identidade à qual ele permanece fixado.

Ser ou não ser pesquisador está muito além de se fazer ou não se fazer pesquisa. Há um enquadramento – um conjunto de dispositivos – que age no pesquisador dando-lhe uma forma e que tende a reduzir-lhe a alteridade. Dessa maneira, o sujeito que resiste às linhas de forças que pesam sobre ele geralmente é excluído e lançado à margem.

Em Foucault, há uma proposta ético-política que privilegia a prática da liberdade. Segundo esta, o sujeito, na contemporaneidade, deve desprender-se do poder totalizante e individualizador. Ao sintetizar o pensamento de Deleuze e Guattari, Foucault (1991) recomenda: “Prefira o que é positivo e múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os agenciamentos móveis aos sistemas, considere que o que é produtivo não é sedentário, mas nômade” (p. 83).

Trata-se de se estimular uma arte de viver, uma forma de subjetivação livremente escolhida. Por meio dela o sujeito exerce a prática da liberdade mediante as resistências. Criar novas formas de ser pesquisador, diferenciar-se, tomar a si como uma obra de arte, só pode ser feito pelo confronto de forças. Nietzsche (2006b), no *Zaratustra*, já indicava que para criar é preciso, antes, destruir. Na estilização da existência, na criação de novas formas de ser, é imprescindível exercitar-se em contracondutas, mesmo que estas sejam apenas no âmbito do pensamento mediante a reflexão.

Além disso, o cuidado de si, quando exercido pelo pesquisador, inclui muito mais do que a obtenção de conhecimentos sobre si e sobre o mundo. Ele pressupõe um agir sobre si, a transformação da própria existência. Nesse sentido, Foucault (1984) reflete:

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir (FOUCAULT, 1984, p. 15).

Não se trata apenas de responder as questões: “o que é um pesquisador?” ou “que forma de pesquisador escolho dar a mim mesmo?”. Talvez, seja necessário ir além e se questionar o porquê de tantos quererem ser pesquisadores, este pesquisador objetivado, não cogitando, de antemão, outras formas de ser como, por exemplo, o filósofo, o escritor, o professor, o gênio, o louco, o erudito etc. Será que o problema não está mais na excessiva legitimação do pesquisador, obscurecendo as demais formas que os sujeitos podem se dar?

A própria forma pesquisador encontra nas universidades um lugar de ser privilegiado. Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia (2014c), havia, em 2010, um número muito maior de pesquisadores e pessoal de apoio envolvidos em pesquisa e desenvolvimento no ensino superior do que em relação àqueles que estão no governo, nas empresas ou no setor privado sem fins lucrativos.

Certamente, à margem, nas bordas dessa moldura que constitui o pesquisador nas universidades, há, como nota Angelico (2014), “casos muito concretos de gente que faz pesquisa aqui mesmo, colegas que não possuem bolsa e que são extremamente competentes e excelentes pesquisadores”.

Criar outras formas de existência, outras formas de ser pesquisador, é pensar e fazer pesquisa também fora dos muros da Universidade, é também pensar e fazer pesquisas que não são avaliadas pelas instituições de fomento. É, inclusive, transpor o dispositivo do tempo, dobrando as linhas de forças, permitindo formas outras de subjetivação.

REFERÊNCIAS

- AITKENHEAD, D. Peter Higgs: I wouldn't be productive enough for today's academic system. *The Guardian*. Londres, 6 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/science/2013/dec/06/peter-higgs-boson-academic-system>>. Acesso em: 12 dez. 2013.
- ALBERNAZ, L. S. F. Sinfonia a muitas mãos: esboço etnográfico de um projeto científico e as vicissitudes das políticas de avaliação. **Mediações [online]**, Londrina, v.14, n. 1, pp. 125-142, jan./jun. 2009.
- ALCADIPANI, R. Dinâmicas de poder nas organizações: A contribuição da governamentalidade. **Revista Comportamento Organizacional e Gestão [online]**, Lisboa, Portugal, v.14, n.1, pp.97-114. 2008.
- ALCADIPANI, R.; TONELLI, M. J. Governamentalidade e a teoria das organizações. In: ENANPAD, 28., 2004, Curitiba, **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br>>. Acesso em: 18 jul. 2013.
- ALENCAR, K. S.; DINIZ, R. C. M.; LIMA, F. R. F. Administração do tempo nas atividades de enfermagem de uma UTI. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.57, n.4, pp.417-420, jul./ago. 2004.
- ARAÚJO, I. L. **Foucault e a crítica do sujeito**. 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.
- ARAÚJO, G. P.; OURIQUES, H. R. Estudo sobre o trabalho e o tempo livre no capitalismo contemporâneo: Uma abordagem empírica. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v.31, n.2, pp.113-121. 2009.
- BARDON, T.; JOSSERAND, E. A Nietzschean reading of Foucauldian thinking: constructing a project of the self within an ontology of becoming. **Organization**, v.18, n.4, pp.497-515, out. 2010.
- BERNARDO, M. H. **Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BILLOUET, P. **Foucault**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. (Coleção Figuras do Saber,6).
- BRASIL, M. S. Trabalhar ou não – eis a questão: uma análise do trabalho a partir da fala dos trabalhadores da cidade de Ponta Grossa – PR. **Emancipação**, Ponta Grossa, v.3, n.1, pp.93-109. 2003.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 11 dez. 2013.

BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CALDAS, L. M. **A constituição do sujeito gestor de pessoas**. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, 2013.

CANDIOTO, C. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Coleção Estudos Foucaultianos, 5).

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES (Brasil). **História e missão**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 29 set. 2014.

CARDOSO, A. C. M. Os trabalhadores e suas vivências cotidianas: dos tempos de trabalho e de não-trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]**, São Paulo, v.25, n.72, fev. 2010.

CARRIERI, A. P.; PIMENTEL, T. D.; CABRAL, A. C. A. O discurso e sua análise no enfoque foucaultiano da formação discursiva: um método de pesquisa nos estudos organizacionais. **GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v.3, n.2, pp. 106-121, mai./ago. 2005.

CARTER, C.; MCKINLAN, A.; ROWLINSON, M. Introduction: Foucault, Management and History. **Organization**, v.9, n.4, p.515-526, nov. 2002.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault** – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHAN, A.; GARRICK, J. Organization Theory in Turbulent Times: The Traces of Foucault's Ethics. **Organization**, v.9, n.4, pp.683-701, nov. 2002.

CLEGG, S. Poder, linguagem e ação nas organizações. In: CHANLAT, J-F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**, v. I. São Paulo: Atlas, 1996. pp.47-66.

_____. Post-Structuralism, Sovereign Power and Disciplinary Power. In: _____. **Frameworks of power**. London: SAGE publications Ltd., 2002. pp.149-186.

CONTADOR, J. C. Produtividade Fabril I – método para rápido aumento da produtividade fabril. **Gestão & Produção**, São Carlos, v.1, n.3, pp. 217-238, dez. 1994.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ (Brasil). Estabelece as normas gerais e específicas para modalidades de bolsas individuais no País. **Resolução n. 016, de 2006**. Disponível em:

<http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/100343>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. **Sobre a plataforma Lattes**. 2013. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/portal-lattes/sobre-a-plataforma>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. **CNPq - Bolsas no país:** investimentos segundo as principais modalidades - 1996-2012. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/b36be12f-18c0-478f-9dc0-6aac40d2d5d9>>. Acesso em: 26 fev. 2014a.

_____. **O CNPq.** Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/o-cnpq;jsessionid=A7A9504020115A181D4452C26EDB0773>>. Acesso em: 29 set. 2014b.

COSTA, F. Z. N.; LEÃO, A. L. M. S. Formações discursivas de uma marca global num contexto local: um estudo inspirado no método arqueológico de Michel Foucault. **Organização & Sociedade**, Salvador, v.19, n.62, pp.453-469, jul./set. 2012.

CRUZ, C. H. B. C. Recursos humanos para a ciência e tecnologia no Brasil. In: SENES, R. U.; BRITO FILHO, A. (Orgs.). **Inovações tecnológicas no Brasil:** Desempenho, políticas e potencial. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. pp. 7-39.

CURRÍCULO LATTES. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.** Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2783432013280344>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

DE GRAZIA, G. A redução da jornada de trabalho em tempos de desemprego e precarização sem limites. **Emancipação**, Ponta Grossa, v.6, n.1, pp.97-117. 2006.

DELEUZE, G. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. Política. In: _____. **Conversações, 1972-1990.** São Paulo: Editora 34, 1992. pp. 209-226.

DUARTE, A. **Vidas em risco:** crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica:** (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ESTADÃO. O manifesto contra o CNPq. **Estadão**, São Paulo, 29 de dez. 2008. Editorial, p. 3.

FARHI NETO, L. N. **Biopolíticas:** as formulações de Foucault. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade do Brasil:** das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Inep, v.1, 2000.

FERREIRA, L. C. M.; GARCIA, F. C.; VIEIRA, A. Relações de poder e decisão: conflitos entre médicos e administradores hospitalares. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo. v.11, n.6, pp.31-54, nov./dez. 2010.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.44, n.2, pp.367-383, mar./abr. 2010.

FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FONSECA, C. Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo. **Horizontes Antropológicos**, v.4, n.8, pp.182-198, jun. 1998.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade III: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. O Anti-Étipo. Uma introdução à vida não-fascista. In: ESCOBAR, C. H. (Org.). **Dossier Deleuze**. São Paulo: Hólon, 1991.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. pp.231-249.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção tópicos).

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____. **História da loucura: na Idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 38. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2010a.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (194-75)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.

_____. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010c.

_____. 1977 - Poder e Saber. In: **Ditos e escritos, volume IV: estratégia, poder-saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a. p. 218-235.

_____. 1974 - Da Natureza Humana: Justiça contra Poder. In: **Ditos e escritos, volume IV: estratégia, poder-saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b. pp. 84-128.

_____. 1975 - Entrevista sobre a Prisão: o Livro e seu Método. In: **Ditos e escritos, volume IV: estratégia, poder-saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012c. pp. 157-171.

_____. 1978 – Sexualidade e Poder. In: **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012d. pp. 55-75.

_____. 1983 – O Uso dos Prazeres e as Técnicas de Si. In: **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012e. pp. 187-211.

_____.1984 – O Retorno da Moral. In: **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012f. pp. 247-260.

FREITAS, I. M. A. C. **Configurações estratégicas em universidades federais brasileiras**. 2002. 279 f. (Tese de Doutorado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

GARCIA, L. B. R. A ideologia e o poder disciplinar como formas de dominação. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v.11, pp.53-59. 1988.

GARCIA, F. C.; RODRIGUES, M. A.; MUNIZ, R. M. Poder e controle na grande empresa industrial: alternativas metodológicas para a pesquisa qualitativa. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v.24, n.4, pp.175-185, out./dez. 1984.

GASPARINI, G. Tempo e trabalho no ocidente. In: CHANLAT, J-F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**, v. III. São Paulo: Atlas, 1996. pp.111-126.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida/SP: Expressão Popular, 2007.

GOIS, P. H. **A constituição do sujeito biólogo e as formas de poder-controle organizacional em universidades públicas no Estado do Paraná**. 2012. 236 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, 2012.

GOMES, E. O. **A constituição do sujeito-administrador**. 2012. 102 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, 2012.

GROSS, F. Situação do curso. In: FOUCAULT, M.A **hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. pp. 455-493.

HARDY, C.; CLEGG, S. R. Alguns ousam chamá-lo de poder. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORDY, W. R. (Orgs.).**Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2001. pp. 260-289.

HARRIS, R. L. (Org). **Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1998.

HASSARD, J. Tempo de trabalho – outra dimensão esquecida nas organizações. In: CHANLAT, J-F. (Org.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. v.1. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. pp.175-193.

HELOANI, R. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

HEYWOOD, B. A. O. Directions relative too good Thoughts. In: _____. **The whole works of the Rev. Oliver Heywood, B. A.** v.2.Printedby John Vint, 1827. pp. 99-127.

HOBBSAWM, E. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. Os destruidores de Máquinas. In: _____. **Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KAMDEM, E. Tempo e trabalho na África. In: CHANLAT, J-F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**, v. III. São Paulo: Atlas, 1996, pp. 127-147.

KELLY, P.; ALLENDER, S.; COLQUHOUN, D. New Work Ethics?: The Corporate Athlete's Back End Index and Organizational Performance. **Organization**, v.14, n.2, pp.267-285, mar. 2007.

LARRE, C. Apercepção empírica do tempo e concepção da história no pensamento chinês. In: RICOUER, P. et al. **As culturas e o tempo**. Petrópolis: Vozes, 1975. pp. 41-72.

LE GOFF, J. Na Idade Média: tempo da Igreja e tempo do mercador. In: _____. **Para um novo conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Culturas no Ocidente**. Lisboa: Editorial Estampa, 1980a. pp.43-60.

_____. O Tempo de Trabalho na “Crise” do século XIV: do tempo medieval ao tempo moderno. In: _____. **Para um novo conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente**. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1980b. pp. 61-73.

LEMOS, F. C. S.; CARDOSO JÚNIOR, H. R. A genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 3, pp. 353-357, set./dez. 2009.

LEMOS, A. H. C.; RODRIGUEZ, D. A.; MONTEIRO, V. C. Empregabilidade e Sociedade Disciplinar: uma análise do discurso do trabalho contemporâneo à luz de categorias foucaultianas. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.18, n.59, pp.587-604, out./dez. 2011.

LOURENÇO, M. L. O tempo de trabalho em sua dimensão subjetiva. **Psicologia USP**, São Paulo, v.21, n.1, pp.199-215, jan./mar. 2010.

LLOYD, G. E. R. O tempo no pensamento grego. In: RICOUER, P. et al. **As culturas e o tempo**. Petrópolis: Vozes, 1975. pp. 136-175.

MACHADO, R. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. pp.VII-XXIII.

MATOS, O. O corpo e o poder. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, pp.42-44, jan./mar. 1984.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **3.6.1 Brasil: Instituições, grupos, pesquisadores e pesquisadores doutores**, cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, 1993/2010. Disponível em: < http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/6588/Brasil_Instituicoes_grupos_pesquisadores_e_pesquisadores_doutores_cadastrados_no_Diretorio_dos_Grupos_de_Pesquisa_do_CNPq.html >. Acesso em: 26 fev. 2014a.

_____. **Docentes nos programas de pós-graduação, 1998-2012.** Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/7787/Brasil_Docentes_nos_programas_de_pos_graduacao.html>. Acesso em: 26 fev. 2014b.

_____. **Brasil:** Pesquisadores e pessoal de apoio envolvidos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), em número de pessoas, por setor institucional e categoria, 2000-2010. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/5858/Brasil_Pesquisadores_e_pessoal_de_apoio_envolvidos_em_pesquisa_e_desenvolvimento_P_D_em_numero_de_pessoas_por_setor_institucional_e_categoria.html>. Acesso em: 11 mar. 2014c.

MOTTA, F. C. P. O poder disciplinar nas organizações formais. **RAE - revista de administração de empresas**, São Paulo, v.21, n.4, pp. 33-41, out./dez. 1981.

_____. **Organização e poder:** empresa, Estado e escola. São Paulo: Atlas, 1986.

MOTTA, F. C. P.; ALCADIPANI, R. O Pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. **RAUSP**, v. 39, n.2, pp. 117-128, abr./maio/jun. 2004.

MOTTA, F. C. P.; BRESSER-PEREIRA, L. C. Burocracia e Administração. In: _____. **Introdução à Organização Burocrática.** 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. pp.149-178.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. **Teoria geral da administração.** 3. ed. rev. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

MORGAN, G. **Imagens da organização.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MUCHAIL, S. T. **Foucault, simplesmente:** textos reunidos. São Paulo: Edições Loyola, 2004. (Coleção leituras filosóficas).

_____. **Foucault, nestre do cuidado:** textos sobre A hermenêutica do sujeito. São Paulo: Edições Loyola, 2011. Coleção leituras filosóficas.

MUMFORD, L. The monastery and the Clock. In: _____. **Technics and Civilization.** London: Routledge&Kegan Paul, 1934.pp. 12-18.

NIETZSCHE, F. **Crepúsculo dos ídolos ou como se filosofa com o martelo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006a.

_____. **Assim falou Zaratustra:** um livro para todos e para ninguém. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

_____. **Genealogia da moral:** uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OHNO, T. **O sistema Toyota de Produção:** além da produção em larga escala. Porto Alegre: Bookman, 1997.

ORWELL, G. **1984.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

PARANÁ. Lei n. 11.713, de 07 de maio de 1997. Dispõe sobre as Carreiras do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná e adota outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 07 maio. 1997. Disponível em: <http://www.drh.uem.br/Lei%2011713/LEI_11713.htm>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. Estatuto do Servidor - Funcionários Civis do Paraná Lei 6174/70 - Texto da Lei. Estabelece o regime Jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná. **Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 16 nov. 1970. Disponível em: <<http://www.portaldoservidor.pr.gov.br/arquivos/File/estatutoservidor.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

PEREIRA, M. C.; MUNIZ, M. M. J.; LIMA, J. B. Foucault e estudos organizacionais: ampliando as possibilidades de análise. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v.9, n.17, jan./abr. 2007.

PERROT, M. Os operários e as máquinas na França durante a primeira metade do século XIX. In: _____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988a. pp.17-51.

_____. As três eras da disciplina industrial na França do século XIX. In: _____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988b. pp.53-80.

_____. O primeiro Primeiro de Maio na França (1890): nascimento de um rito operário. In: _____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988c., pp.127-164.

REVEL, J. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

RICOUER, P. et al. **As culturas e o tempo**. Petrópolis: Vozes, 1975.

RODRIGUES, L. O. C. Publicais mais, ou melhor? O tamanduá olímpico. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 29, n.1, pp.35-48. 2007.

ROSA, A. R.; BRITO, M. J. “Corpo e Alma” nas Organizações: um Estudo Sobre Dominação e Construção Social dos Corpos na Organização Militar. **RAC**, Curitiba, v.14, n.2, pp.194-211, mar./abr. 2010.

ROWNLINSON, M.; CARTER, C. Foucault and History in Organization Studies. **Organization**, v.9, n.4, p.527-547, nov. 2002.

SANT’ANNA, D. B. Michel Foucault e os paradoxos do corpo e da história. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FILHO, A. (Org). **Cartografias de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SANTOS, C. M. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educ. Soc. Campinas**, v. 24, n. 83, pp. 627-641, ago. 2003.

SCIMAGO JOURNAL & COUNTRY RANK. **Country Rankings**. Disponível em: <<http://www.scimagojr.com/countryrank.php>>. Acesso em: 26 fev. 2104.

SENNET, R. Rotina. In: _____. **A corrosão do caráter**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. pp. 35-51.

SILVA, J. P. Introdução. In: _____. **Três discursos, uma sentença: tempo e trabalho em São Paulo – (1906/1932)**. São Paulo: ANNABLUME/FAPESP, 1996. pp.17-50.

_____. Tensão entre tempo social e tempo individual. **Tempo social, revista de sociologia da USP**, v.21, n.1. pp. 35-50. Junho 2009.

SILVA, A. O. A sua revista tem Qualis?. **Mediações [online]**, Londrina, v.14, n. 1, pp. 117-124, jan./jun. 2009b.

_____. A corrida pelo Lattes. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 46, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/046/46pol.htm>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

SILVEIRA, R. A. **Michel Foucault: poder e análise das organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SOUZA, E. M.; COSTA, A. M. Usos e significados do conhecimento histórico em estudos organizacionais: uma (re)leitura do taylorismo sob a perspectiva do poder disciplinar. **Cad. EBAPE.BR [online]**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, mar. 2013.

SOUZA, E. M. et al. A analítica de Foucault e suas implicações nos estudos organizacionais sobre o poder. **Organizações & Sociedade**, v.13, n. 36. 2006.

SOUZA, E. M.; BIANCO, M. F.; MACHADO, L. D. Análises Sobre Poder: Comparativo entre a Perspectiva Foucaultiana e a Funcionalista. IN: ENANPAD, 30., 2006, Salvador, **Anais eletrônicos...**Rio de Janeiro: ANPAD, 2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

SKINNER, D. Foucault, subjectivity and ethics: towards a self-forming subject. **Organization**, pp.1-20, out. 2012.

STARKEY, K.; HATCHUEL, A. The Long Detour: Foucault's History of Desire and Pleasure. **Organization**, v.9, n.4, pp.641-656, nov. 2002.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. 8 ed.. São Paulo: Atlas, 1990.

TEIXEIRA, I. A. C. Cadências escolares, ritmos docentes. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n.2, pp.87-108, jul./dez. 1999.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 267-304.

TUCHERMAN, I. Michel Foucault, hoje ou ainda: Do dispositivo de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade. In: QUEIROZ, A.; CRUZ, N. V. **Foucault hoje?**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. pp. 108-118.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Regimento Geral**. Maringá, PR: UEM, 2009. Disponível em: <http://www.scs.uem.br/regimento_uem.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2013.

_____. **Cresce o reconhecimento dos pesquisadores da UEM no CNPq**. Disponível em: <http://www.uem.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7081>. Acesso em: 17 dez. 2013a.

_____. **Professor da UEM é um dos ganhadores do Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia**. 12 nov. 2013. Disponível em: <http://www.uem.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7491&Itemid=1>. Acesso em: 15 dez. 2013b.

VEYNE, P. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIEIRA, F. G. D.; MACHADO, H. P. V.; OLIVEIRA, R. S. Seqüestro emocional: apropriando trabalho, formando identidade e definindo poder nas organizações. **GESTÃO.Org Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v. 4, n. 3, pp. 111-122, nov./dez. 2006.

WALTER, B. E. P.; WINKLER, C. A. G.; CRUBELLATE, J. M. O ideário taylorista, a gestão da subjetividade e o poder pastoral. **Cad. EBAPE.BR [online]**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, mar. 2013.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Pioneira Editora, 1983.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WOODCOCK, G. A ditadura do relógio. In: _____ (Org.). **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L & PM Editores Ltda., 1977. pp. 120-124.

FONTE DE DADOS PRIMÁRIOS - ENTREVISTADOS

ANGELICO. **Entrevista VI.** [abr. 2014]. Entrevistador: Bruno Eduardo Procopiuk Walter, 2014. 1 arquivo.mp3 (31m27s).

AUSTEN. **Entrevista XVI.** [nov. 2011]. Entrevistador: Pedro Henrique de Gois. Maringá, 2011. 1 arquivo.mp3 (01h02m40s).

BOTTICELLI. **Entrevista III.** [abr. 2014]. Entrevistador: Bruno Eduardo Procopiuk Walter, 2014. 1 arquivo.mp3 (45m35s).

BRUEGEL. **Entrevista IV.** [mar. 2014]. Entrevistador: Bruno Eduardo Procopiuk Walter. Maringá, 2014. 1 arquivo.mp3 (01h05m21s).

CHRISTIE. **Entrevista XXI.** [mar. 2012]. Entrevistador: Pedro Henrique de Gois. Maringá, 2011. 1 arquivo.mp3 (01h10m34s).

GIOTTO. **Entrevista V.** [abr. 2014]. Entrevistador: Bruno Eduardo Procopiuk Walter, 2014. 1 arquivo.mp3 (36m05s).

GOIS, P. H. **Entrevistas (Proj. Dissertação)** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <bruno14@gmail.com> em 22 de setembro de 2013.

LIPPI. **Entrevista VIII.** [abr. 2014]. Entrevistador: Bruno Eduardo Procopiuk Walter, 2014. 1 arquivo.mp3 (43m34s).

LISPECTOR. **Entrevista V.** [nov. 2011]. Entrevistador: Pedro Henrique de Gois. Maringá, 2011. 1 arquivo.mp3 (54m36s).

MEIRELES. **Entrevista XVII.** [nov. 2011]. Entrevistador: Pedro Henrique de Gois. Maringá, 2011. 1 arquivo.mp3 (01h19m01s).

MICHELANGELO. **Entrevista I.** [abr. 2014]. Entrevistador: Bruno Eduardo Procopiuk Walter, 2014. 1 arquivo.mp3 (44m32s).

ROBERTS. **Entrevista I.** [nov. 2011]. Entrevistador: Pedro Henrique de Gois. Maringá, 2011. 1 arquivo.mp3 (02h19m15s).

SANZIO. **Entrevista X.** [nov. 2011]. Entrevistador: Pedro Henrique de Gois. Maringá, 2011. 1 arquivo.mp3 (02h11m22s).

TICIANO. **Entrevista VII.** [abr. 2014]. Entrevistador: Bruno Eduardo Procopiuk Walter, 2014. 1 arquivo.mp3 (34m23s).

WOOLF. **Entrevista XIV.** [nov. 2011]. Entrevistador: Pedro Henrique de Gois. Maringá, 2011. 1 arquivo.mp3 (01h16m15s).

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistador: Bruno Eduardo Procopiuk Walter

Data:

Horário:

Tempo total:

Local da entrevista:

Número de laudas:

Sequência:

Objetivo específico I

- Identificar as práticas discursivas e não-discursivas que permitem compreender o tempo enquanto um dispositivo envolvido na constituição de sujeitos;

Objetivo específico II

- Descrever as práticas de controle, atreladas ao dispositivo do tempo, presentes no cotidiano do pesquisador na Universidade Estadual de Maringá;

Objetivo específico III

- Identificar as resistências ao dispositivo do tempo na prática dos pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá.

Questões de Pesquisa

1) Identificação e dados objetivos

- Idade:
- Sexo:
- Estado civil:
- Religião:
- Escolaridade máxima atingida:
- Com que idade começou os estudos:
- Com que idade começou a trabalhar:
- Número de empregos que teve:
- Lugar em que trabalhou por um período maior de tempo:
- Naturalidade:
- Há quanto tempo trabalha na UEM como professor/pesquisador:
- Outros cargos já ocupados na UEM (administração):

2) Questões abertas:

Bloco 1

- Você poderia fazer um breve relato de sua vida, do lugar onde nasceu, onde estudou, dos fatos que lhe vem à mente que marcaram sua vida e que contribuíram para a sua condição profissional atual?
- Qual foi a sua trajetória de formação escolar? Como você vivenciou o período em que esteve na escola?

- c. Você poderia elencar quais pontos chamaram sua atenção quando da escolha de sua profissão? Houve algum tipo de influência neste processo? Por que e em que momento, de fato, decidiu-se pela profissão que exerce?
- d. Você trabalha naquilo que escolheu ou poderia dizer que algum outro fator foi mais determinante que sua própria escolha, na definição de seu trabalho?
- e. Era o que você esperava, ou não?
- f. O que é um trabalho ideal para você?
- g. Existe algum outro lugar (outro tipo de empresa/organização ou mesmo outra universidade) que você gostaria de trabalhar?
- h. Especificamente quanto a sua formação profissional, o que o(a) levou a especializar-se na área em que atua? Que formação especializada foi necessária para a função de docente/pesquisador que exerce atualmente?
- i. O que você pensa hoje acerca da escolha que realizou profissionalmente? Que tipo de relação você tem com seu trabalho e com os resultados que observa por meio dele?

Bloco 2

- a. O que é ser um pesquisador?
- b. Quais são os requisitos a serem cumpridos para ser um pesquisador?
- c. Há quanto tempo você é pesquisador?
- d. Há diferenças entre ser pesquisador e ser docente? Se existirem, quais são elas?
- e. O que é um bom pesquisador?
- f. Ser um pesquisador com bolsa produtividade em pesquisa é indicativo de que se é um bom pesquisador?
- g. Você possui bolsa produtividade em pesquisa? Qual?
- h. O que é ser um mau pesquisador?
- i. Você acha que fazer pesquisa (ou ser pesquisador) é diferente hoje do que antigamente?
- j. Qual o papel das agências de fomento (CAPES, CNPq, Fundação Araucária) para a sua pesquisa?
- k. Há alguma avaliação do docente-pesquisador na Universidade Estadual de Maringá? Você poderia me explicar como ela é?
- l. Como um pesquisador deve responder às exigências de produtividade tais como produção de artigos, livros, organização e participação em eventos?
- m. Você considera que seu papel como docente e pesquisador influencia de forma geral suas ações e nas escolhas que realiza, inclusive em nível pessoal?
- n. Você poderia me relatar como é a sua rotina enquanto pesquisador?


Bloco 3

- a. Qual a importância do trabalho em sua vida?
- b. Como é a divisão do seu tempo entre o trabalho, sua família e o lazer?
- c. Você tem tempo para algum hobby?
- d. Quais são suas expectativas para o futuro?
- e. O que você desejava para a sua vida, quando começou a trabalhar, você alcançou?
- f. O que você quer(ia) atingir na vida?
- g. Se você tivesse a oportunidade de não precisar trabalhar mais (loteria, herança, ser sustentado por outra pessoa) você pararia de trabalhar?

- h. O que mudaria em sua vida caso não precisasse mais dedicar-se ao seu atual trabalho?

ANEXO A

11/7/2014 Gmail - Sobre o uso das entrevistas junto aos pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá

 Bruno Walter . <bruno.psi.utfpr@gmail.com>

Sobre o uso das entrevistas junto aos pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá

Pedro Henrique <pedrodgois@gmail.com> 28 de junho de 2014 23:31
Para: "Bruno Walter ." <bruno14@gmail.com>

Olá Bruno.

Em resposta à sua solicitação, confirmo a cessão de uso das entrevistas que realizei em 2011 e 2012 com 21 pesquisadores, atuantes em programas de pós-graduação da área de ciências biológicas da Universidade Estadual de Maringá. Certamente tais discursos estão à disposição para articulação com sua problemática de pesquisa, contribuindo dessa forma para nossa área de estudo.

Sucesso na condução da dissertação e em sua defesa.

Grande abraço.

—
Pedro Henrique de Gois

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ui=2&ik=389d436bbe&view=pt&q=pedrodgois%40gmail.com&qs=true&search=query&msg=146e576c3ca139d8&siml=1...> 1/1

ANEXO B



Maringá, 18 de março de 2014

Prezado(a) Senhor(a),

Apresento à V.Sª o mestrando **BRUNO EDUARDO PROCOPIUK WALTER**, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, que realiza trabalho de campo (entrevistas) para a sua dissertação, sob o tema “O Dispositivo do Tempo e a Constituição do Sujeito Pesquisador”.

Informo que a dissertação do sr. Bruno é conduzida sob orientação do prof. Dr. João Marcelo Crubellate, professor do PPA/UEM que, neste momento, encontra-se afastado para realização de estágio pós-doutoral e do qual sou procurador perante esta Universidade e também o CNPq.

Em face da necessidade de coleta de dados para a realização da pesquisa, venho solicitar a V.Sª. autorização para que o mestrando realize entrevistas com professores vinculados ao Programa de Pós-Graduação.

Agradecido por sua gentileza e apoio, despeço-me

Respeitosamente,



Prof. Dr. Francisco Giovanni David Vicira
Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da UEM